

SESSÕES DO PLENÁRIO

70ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de agosto de 2008.

PRESIDENTE: DEP. ROBERTO CARLOS “3º VICE-PRESIDENTE”
1º SECRETÁRIO: DEP. LUIZ DE DEUS “2º SECRETÁRIO”
2º SECRETÁRIO: DEP. ISAAC CUNHA “AD HOC”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Roberto Muniz, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto (57).

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal para abertura dos trabalhos. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Solicito ao 1º Secretário proceder à leitura do Expediente.

(O Sr. 1º Secretário “ad hoc”, deputado Luiz de Deus, procede à leitura do Expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Isaac Cunha, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 06 e 07/08/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Júnior Magalhães, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 04, 05, 09 e 16/06 e 05 e 07/08/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de até 5 minutos. V.Ex^a dispõe de 5 minutos para falar ao povo da Bahia.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, serventuários da Justiça presentes às Galerias Paulo Jackson, na condição de Líder do Governo nesta Casa Legislativa, devo anunciar que, conforme acordado com a categoria, com o Tribunal de Justiça, votaremos no dia de hoje, com a aquiescência, a paciência, a anuência, a participação e a concordância dos blocos de Oposição e Independente desta Casa, o projeto de lei de interesse do Tribunal de Justiça, que reorganiza o Plano de Cargos e Salários dos serventuários daquele Poder.

Afirmamos categoricamente, naquela oportunidade, que após a adequação do plano ao que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei complementar à Constituição – portanto esta Casa Legislativa não poderia prevaricar – nós imediatamente colocaríamos em votação e aprovaríamos o projeto.

Por isso queria parabenizar o Sinpojud, o Sintaj, o Ipraj, o Tribunal de Justiça, na pessoa de Dr^a Sílvia Zarif; parabenizar as lideranças deste Poder, Liderança da Minoria, e também a Liderança dos Blocos Independentes que já concordaram, e logo mais assinaremos as dispensas de formalidades para ainda hoje apreciarmos, votarmos e aprovarmos esse Plano de Cargos e salários que, naturalmente, representa o interesse dos serventuários do Estado da Bahia que, desde a aprovação da Lei de Organização Judiciária, LOJ, vêm perseguindo esse objetivo. Realizaram várias reuniões de entendimento, de diálogo, de acordo. Estiveram presentes nesta Casa Legislativa por várias oportunidades e após muito dialogo, muita conversa, como é próprio da política, sindicatos, Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo felizmente chegaram a uma conclusão de adequação ao que estabelece a legislação pertinente, e no dia de hoje estaremos, portanto, aprovando esse Plano de Cargos e Salários que, naturalmente, além de reajustar salários, readequar a carreira dos serventuários estabelece e aprova novas tabelas salariais que não só melhorarão o poder aquisitivo dos serventuários do Estado da Bahia como dotarão essa categoria de um plano que será

fundamental para o estabelecimento da progressão na carreira, do estímulo ao desempenho das suas funções, o que, sem dúvida alguma, redundará em melhor serviço judiciário prestado à população da Bahia.

Portanto, quero, mais uma vez, parabenizar todos envolvidos na discussão dessa temática, na conclusão e no acordo desse projeto e agradecer ao presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, que teve papel decisivo nos entendimentos, e também aos Líderes da Minoria e dos Blocos independentes, que acordaram em dispensar as formalidades, para que ainda hoje estejamos votando e aprovando plano de cargos e salários de interesse de serventuários do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

Essa é a comunicação inicial que, na condição de Líder do governo, faço a todos os presentes, especialmente, às lideranças dos serventuários presentes nas Galerias Paulo Jackson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Quero saudar todos os servidores do Tribunal de Justiça e dizer que logo votaremos o projeto, pois já existe um denominador comum, aquilo que sempre discutimos nas assembléias, nos debates. Levantamos a necessidade de um consenso, para que esse projeto fosse viabilizado e aprovado e, hoje, teremos a votação e a aprovação desse projeto, já que não existe, pelo que consta, qualquer divergência com relação à aprovação do mesmo.

Estaremos discutindo, debatendo e finalmente votando. Evidentemente, esse não é o projeto que vocês idealizaram, mas é o possível e significa um avanço em relação à situação anterior. Portanto, é preciso aprová-lo e lutar, cada vez mais, para melhorar as condições salariais e de trabalho dos servidores.

Só poderemos ter uma Justiça ágil, eficiente, que venha a contribuir com a nossa população, se tivermos a valorização de quem lá trabalha. Isso é fundamental para que os serviços melhorem. Por isso, estaremos logo mais dando um passo, ainda insuficiente, mas que significa uma avanço para os servidores do Judiciário, em função da própria luta dos servidores, do esforço de vários parlamentares, no sentido de viabilizar esse plano de carreira.

Por isso estaremos, daqui a pouco, após as falas das Lideranças partidárias, dos horários dos Blocos partidários, discutindo e votando esse projeto de grande importância. Sempre defendi que a mudança da Lei de Organização Judiciária significou um grande avanço para a sociedade, era preciso olhar e buscar medidas no sentido de valorizar o funcionalismo. A mudança na Lei de Organização Judiciária, a nova Lei de Organização Judiciária-

ria significou um grande avanço para a sociedade, que era preciso olhar e buscar medidas no sentido de valorizar o funcionalismo.

A mudança na Lei de Organização Judiciária significa um grande avanço no que diz respeito à transparência, à acessibilidade, à eficiência. Evidentemente, ela precisa ser implantada. Para ser efetivamente implantada é preciso de que o funcionalismo seja valorizado, ganhe bem, trabalhe em condições dignas. O recurso humano precisa ser valorizado. É por isso que defendemos a melhoria das condições de trabalho e as condições salariais do funcionalismo.

Queremos parabenizar a luta dos servidores do Judiciário que estiveram aqui durante muito tempo realizando assembleias e muitas mobilizações. É importante ressaltar que eu sou sindicalista, continuo sendo sindicalista e tenho plena consciência de que para se conquistar a vitória é preciso lutar. É preciso mobilizar. É preciso muitas vezes fazer greve para que a gente possa, realmente, avançar. Vocês fizeram aquilo que deveriam fazer: a mobilização, tendo o sindicato à frente dessa luta, companheira Zezé, companheiros do Sintaj, para garantir o direito, que é de todos vocês, de todas as pessoas e de todos os trabalhadores.

Portanto, vocês estão de parabéns por desenvolverem essa luta. Graças a essa luta, vamos aprovar este projeto. Se não fosse a luta, não haveria a aprovação deste projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica, pelo tempo de 5 minutos.

Na ausência dele, com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, companheiros servidores do Tribunal de Justiça que nos honra com as suas presenças, em primeiro lugar, quero dizer ao deputado Waldenor, Líder do governo, e ao nobre deputado Álvaro Gomes que a vitória não foi minha, nem da nossa Bancada, nem de V.Ex^{as}. A vitória foi dos Srs. Servidores do Tribunal de Justiça da Bahia pela obstinação deles.

Abrimos mão de todas as formalidades regimentais. Está aqui o documento assinado pelos nobres deputados Gildásio Penedo Filho, Líder da Minoria, Roberto Muniz, Líder do Bloco PP/PRP, Elmar Nascimento, Líder do PR. E cadê a assinatura do Líder da Maioria? Cadê? Agora vem à tribuna demagogicamente, ele a faz de palanque, para dizer que está abrindo mão de precedentes para votar hoje no projeto do Plano de Cargo e Salários dos Serventuários da Justiça. Não é verdade isso!

Agora, temos deputado que nos dão condição, com os dois Blocos Independentes, PP/PRP e PR, e com o Democratas estamos em condições de votar esse projeto hoje. Agora cedem. Cederam pela pressão de V.Ex^{as}. Vamos deixar essa conversa demogoga para lá, se

não fosse a obstinação, a presença constante dos companheiros, os senhores e as senhoras dos municípios do interior para fazerem pressão, não votaríamos este projeto com o acordo da Maioria.

Ora, não sou sindicalista, deputado Álvaro Gomes, mas sou deputado eleito pela grande maioria de baianos. Eu não sou sindicalista e nunca usei boleto de servidor para me eleger. Nunca me elegi com greve de funcionalismo público, mas eu respeito porque sou servidor público. E, quando lemos aqui o ofício da Exm^a Sr^a Presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Sílvia Zarif, de que estava dentro das condições financeiras do Tribunal... Mas eles não aceitaram. “Rolaram com a barriga”, enganaram as pessoas! Aí, voltamos do recesso. A nossa Bancada disse aqui, peremptoriamente: “Não votaremos nenhum projeto do governo se não votarmos em primeiro lugar o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário.” (Palmas)

Vamos construir a democracia com respeito ao cidadão. Não vamos fazer como o nosso governador que quer ir, deputado Clóvis Ferraz, para o bate-boca com o governador Paulo Souto. Não vai haver canal para isso.

Ora, qual foi o primeiro ato do governo de combate à violência e à criminalidade? Contratar uma empresa para blindar o carro do Exm^o Sr. Governador. Que infelicidade! E olha que o governador, todo os dias, está vindo de Ondina para o Centro Administrativo de helicóptero. Vai ter blindar os helicópteros. Hoje, a Associação de Taxistas disse que quer uma verba do governo para blindar os táxis, porque seus motoristas estão morrendo pela cidade.

Isso é que é demagogia! Então, quero dizer a V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou concluir, deputado Marcelo Nilo, dizendo que V.Ex^a peça ao Líder do governo para assinar a dispensa de formalidades para votarmos hoje, rapidamente, o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, passo a ler o requerimento de dispensa de formalidades para votarmos hoje o projeto de lei Judiciário de nº 17.281/2008: “Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, o Líder da Bancada do PR, bem como Líder do Bloco PP/PRP, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V.Ex^a., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 17.281/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia; altera as Leis nºs 5.516 de 17 de novembro de 1989, 6.355 de 30 de dezembro de 1991, 6.955 de 04 de junho de 1996, 7.816 de 04 de junho de 2001, 7.855 de 23 de agosto de 2001, 8.977 de 12 de janeiro de 2004, 9.653 de 09 de setembro de 2005, 10.555 de 13 de abril de 2007 e dá outras providências.”

O requerimento está aqui para colhemos as assinaturas do deputado Waldenor Pereira, Líder da Maioria; do deputado Gildásio Penedo Filho, Líder da Minoria; do deputado Roberto Muniz, Líder do Bloco PP/PRP, e do deputado Elmar Nascimento, Líder do PR.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Presidente, estamos aqui, desde ontem, com um requerimento já com as assinaturas de todos os três deputados, só faltando a do deputado Waldenor. Há um interesse coletivo, conjunto. Por isso, os deputados Roberto Muniz, Gildásio Penedo e Elmar Nascimento já assinaram, só faltando a assinatura do deputado Waldenor. Passo-o às mãos de V.Ex^a para que possamos concluir esse processo de votação. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, aí é uma questão política, a Presidência não vai se meter. Os dois requerimentos ficam aqui. Se V.Ex^{as} quiseram assinar, para mim está resolvido. Não vou entrar... Estão aqui os requerimentos. É uma questão política, por isso, a Presidência não vai interferir.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, todos os que acompanharam...

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, não ficou acertado que não ia haver questão de ordem no Pequeno Expediente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já que o deputado Gildásio Penedo falou...

Deputado Waldenor, V.Ex^a tem a palavra. O deputado Gildásio Penedo pediu, não posso negar. Entendeu? Foi acertado, mas, infelizmente, o deputado Gildásio Penedo pediu, não posso...

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, abro mão da minha questão de ordem concordando com o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concorda? Muito obrigado pela compreensão.

Também está aqui o requerimento para votação do projeto do Ministério Público precisando da assinatura dos Srs. Líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Antônia Pedrosa, caros servidores que vão ter, pelo acordo dos Blocos da Maioria e Minoria, o projeto de interesse justo da classe aprovado hoje, tenho certeza absoluta, com a dispensa das formalidades, as quais atrasariam sem dúvida nenhuma essa longa batalha de todos vocês, aproveito esta data para contribuir e também apoiar as palavras do deputado Ga-

ban, que se pronunciou nesta Casa ontem à tarde sobre mais um escândalo que assola a Bahia. Às vezes, a população imagina que só existem escândalos na classe política.

E nos jornais desta terça, deputado Gaban, não vi nada a respeito. Não sei se foi porque não li o jornal inteiro. Mas não vi o que deveria estar em manchete de primeira página, este escândalo do Judiciário. Claro que a grande maioria ou quase a totalidade dos servidores não tem nada a ver, mas o Ministério Público juntamente com a Polícia Federal estão descobrindo aquilo que a Bahia toda já sabia e já se ouvia: a venda de sentenças. E não se vendem sentenças sem a participação de algum desembargador ou algum juiz naquele Poder.

É uma vergonha para todos nós baianos! E, como disse o deputado Gaban, precisamos saber os nomes! Tenho certeza de que o MP prometeu e irá divulgar quem são os desembargadores, ou o desembargador, quem são os juízes, ou o juiz,² que estavam vendendo sentenças neste Estado. E isso já ouvíamos falar há muito tempo, porque tem cada caso! Sem falar em outros empresariais cabeludos aqui na nossa Bahia, para não falar na classe política dos prefeitos, pois é uma piada continuarem recebendo liminar para ficarem nas prefeituras desmandando de tudo quanto é jeito numa corrupção desenfreada! Assim conseguem permanecer no poder através de liminares ou outros recursos que só Deus sabe como! Aliás, o Ministério Público já deve estar sabendo como, porque a gente já ouvia falar havia muito tempo.

Então infelizmente ou felizmente hoje, num dia tão importante para os servidores do Judiciário, o escândalo fez com que eu me pronunciasse. Ele só foi descoberto ou pelo menos só vazou para a imprensa nesse final de semana. Advogados ainda estão foragidos, outros presos, alguns servidores ou que lá serviram.

Esta Assembléia precisa, deputado Gaban... Estou vendo pouquíssimos pronunciamentos nesta Casa. E ela tem a obrigação de cobrar a divulgação imediata para que possa a Bahia tomar conhecimento de quem são os juízes, ou o juiz, os desembargadores, ou o desembargador, que praticavam tamanha arbitrariedade. Como dizia Rui Barbosa, os piores de todos os crimes são os cometidos por aqueles que têm a obrigação de zelar pela própria Justiça. Então, o pior de todos os crimes é aquele cometido por juízes e desembargadores, que são os encarregados de zelar pela própria lei.

Então, Srs. Deputados, vou deixar para no Horário das Representações Partidárias continuar este assunto que V.Ex^a, deputado Gaban, comentou ontem, pois o meu tempo está acabando. Claro que todo mundo aqui é independente, sabe o que está fazendo, mas estou notando esta Casa muito calada para um escândalo de tal ônus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Luiz Augusto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Funcionários que estão nas Galerias, o Bloco Independente, como dissemos antes do recesso parlamentar, já tinha assinado a dispensa de formalidades para que pudéssemos votar o projeto do Judiciário e, hoje, voltamos a reafirmar isso.

Sr. Presidente, no interior do Estado, principalmente em Guanambi, não sei o que está ocorrendo com a Secretaria da Educação em relação ao transporte escolar. No ano retrasado, ficou em restos a pagar o transporte escolar dos alunos do segundo grau para a prefeitura, que teve que arcar com todo ele. No ano passado a mesma coisa, ou seja, a prefeitura não recebeu um centavo para o transporte dos alunos do segundo grau, cuja obrigação é do governo federal.

No primeiro semestre, o prefeito Nilo Coelho estava disposto a não assinar um novo convênio e deixar o transporte desses alunos a cargo do Estado, já que esse está recebendo os recursos, mas para não prejudicar os alunos, a prefeitura vinha transportando-os.

Entrou em cena o deputado federal Daniel Almeida, estivemos com o secretário Rui Costa, e foi feito um acordo em relação ao transporte escolar de Guanambi. Infelizmente, o acordo não foi cumprido, o Estado não pagou o que era devido e, até nesse instante, quando conversei com a secretaria da Educação daquele município, a prefeitura não tinha recebido os recursos.

Será que a Secretaria da Educação do Estado quer transformar os alunos da zona rural em semi-analfabetos? Só há segundo grau na sede do município e na sede do distrito, e, se não transportarmos esses alunos, eles terão apenas o primeiro grau, com o qual, hoje, na Bahia, o cidadão mal serve para ser trabalhador braçal no corte de cana. Será que é isso que queremos para esses jovens de 15, 16 anos? Será que é esse o futuro que queremos lhes dar? Vamos deixar que alunos não tenham direito ao segundo grau, porque no interior não existem escolas para atender esse nível de escolaridade?

O prefeito Nilo Coelho está utilizando recursos do município para poder transportar esses alunos. Todos sabemos que, quando o governo do Estado dá R\$ 1,00 à prefeitura para fazer o transporte escolar, ela tem que gastar R\$ 2,00 ou R\$ 3,00, e, mesmo assim, as prefeituras fazem esse transporte.

Não é possível que se assine um convênio, assumam-se compromissos - o secretário deputado Rui Costa esteve lá em companhia do deputado federal Daniel Almeida, que é testemunha do que estou dizendo aqui - e aí não se cumpra de novo? É brincadeira, não vou a reunião mais nenhuma com o pessoal dele para fazer acordo e não se cumprir! O pessoal do interior vai achar que estou mentindo, e não gosto de mentiras, gosto de falar a verdade!

Espero que o secretário resolva pagar o transporte escolar, e tomara que isso esteja ocorrendo apenas em Guanambi, que a retaliação seja apenas a esse município - porque lá, pelo menos, a prefeitura está fazendo o transporte - e que outros municípios estejam tendo transporte e estes estejam sendo pagos para que não tenhamos semi-analfabetos nesse sertão da Bahia e que as pessoas jovens não sirvam apenas para ser transportadas para São

Paulo e Mato Grosso para trabalhar no corte da cana. Tomara que possamos dar uma vida mais digna a esses jovens e que eles tenham, pelo menos, o segundo grau completo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar por 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Governador do Estado, depois de deixar a população baiana entregue à insegurança, entregue a uma situação que se assemelha à que vive a população do Afeganistão, com muita solenidade, com muita pompa, anunciou que a situação da segurança pública vai ser resolvida na Bahia. E a medida que o Sr. Governador tomou foi trazer de Brasília 50 policiais que estão fazendo um curso para a Força Nacional de Segurança. Ou o governador está totalmente fora da realidade ou o governador quer brincar com os baianos!

Somente Salvador, com uma população de 3 milhões de habitantes, com o retorno, deputado Álvaro Gomes, desses 50 policiais, vai ter mais um policial para cada 60 mil habitantes.

Governador Wagner, isso não é brincadeira, governador! A população de Salvador não tem carro blindado à disposição; a população de Salvador não se desloca de helicóptero; a população de Salvador não tem batedores com motos, carros recém comprados e plotados de uma maneira irresponsável e anti-econômica para lhe dar proteção. Um governador do Estado se dá ao trabalho de de ir a um grande veículo de comunicação hoje pela manhã, e no horário cedo, quando se diz que o governador não é muito afeito a acordar cedo e a trabalhar, para anunciar que vai trazer 50 soldados para dar garantia de segurança à população de Salvador. Tenha paciência, Sr. Governador! Os baianos merecem e exigem mais respeito; os baianos querem, governador, que V.Ex^a trabalhe; os baianos querem que V. Ex^a cumpra os compromissos assumidos durante a campanha e não essa demagogia e esse proselitismo que beira a irresponsabilidade.

Mas as atitudes do governador têm um paralelo na sua Bancada da Assembléia. Vimos hoje aqui quem foi contra a votação do plano de cargos e salários dos servidores do Judiciário, durante todo o primeiro semestre dizer hoje, sem a menor cerimônia, que é o responsável pela votação desse projeto hoje. Quem foi o responsável por este projeto ser votado hoje foi o fato político da Bancada do governo ter perdido a maioria nesta Casa. Esse, sim, é o fato. Porque, nobre Líder, a Bancada da Oposição e o Bloco Independente disseram que não votariam nada nesta Casa enquanto o plano de cargos e salários dos servidores do Judiciário não fosse à votação. Passamos aqui um semestre inteiro pedindo que esse plano fosse aprovado. Era estudado em tal secretaria, era estudado na Casa Civil, o Sr. Rui Costa dizia que não ia examinar, e nada andou, nada andou. Só andou agora por uma decisão da Bancada de Oposição e dos blocos independentes.

Deputado Waldenor, veja o quanto é importante este ser um Poder livre e soberano, e não como o governador Wagner quer, que seja um poder de cabeça baixa, que seja um

poder acovardado frente à força do Executivo e aos cargos que ele distribui na bacia das almas para cooptar deputados, e o exemplo está aqui, o deputado Fernando Torres, que já teve quatro ou cinco integrantes do seu grupo político demitidos dos cargos por terem optado por votar pelos servidores do Judiciário e por uma Justiça mais ágil e mais eficiente na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores servidores do Judiciário, senhoras e senhores da imprensa, tenho certeza absoluta de que alguns fatores, conjugados, deram condições para estarmos aqui, hoje, votando o plano de cargos e salários dos servidores do Judiciário.

Primeiro, sabemos todos, os servidores, que, se o governo não queria, os deputados da base do governo também não queriam, tanto assim que no primeiro semestre toda a luta da Minoria aqui não foi suficiente para colocar em votação esse plano de cargos e salários. Mesmo com a pressão, mesmo com a greve dos servidores, e quero parabenizá-los pela persistência nessa pressão, e também o próprio compromisso que o governo havia assumido com a presidente do Tribunal, desembargadora Sílvia Zarif de que esse plano viria para a Assembléia e seria votado. Mas o governo não honrou esse compromisso em primeiro momento.

Neste momento, a maior pressão, e um fato novo que está dando condições para que seja votado esse projeto aqui, é porque na Casa, hoje, a Bancada de Governo não tem maioria nas comissões para aprovar o que eles queriam e aprovaram sob pressão do Executivo, que tem exercido, ao longo deste governo, praticamente dois anos, uma pressão para que os deputados de governo votem aquilo que ele quer. Mas esta Casa é independente, tem a sua independência, e ao conquistarmos a maioria ou empate nas comissões técnicas, agora tem que ser através de negociação, e isso é bom para o parlamento.

É por isso que hoje, o Líder do Governo está cedendo e quero parabenizá-lo, até por ter esse entendimento. É através do diálogo que se constrói a democracia, e o que estamos exercitando aqui é a democracia. Quero parabenizar o Líder do Governo porque entendeu isso, e vamos votar, aqui, com o apoio do Líder do Governo, que já assinou o requerimento; com o apoio do Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo, que assinou o requerimento; com o apoio do Líder do PR, deputado Elmar Nascimento, que já assinou o requerimento e com o apoio do Líder do PP e de outros partidos, os blocos independentes, que também já assinaram o requerimento.

Então, nós devemos comemorar, sim, a votação desse projeto que é importantíssimo para o Judiciário e para seus serventuários para que o Judiciário realmente cumpra o seu papel. Os servidores são importantíssimos nesse processo, não só desembargadores e juizes,

mas todos os servidores, para que tenhamos, realmente, celeridade na Justiça baiana para atender à população.

Por isso, quero parabenizar os serventuários por terem se mantido nessa persistência e hoje, aqui, estamos todos num acordo, num diálogo, construindo esse processo que beneficia não somente aos servidores do Judiciário, mas a toda a população baiana, que recebe os benefícios de uma Justiça que constrói a cidadania no Estado da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não entendemos as colocações do governador Jaques Wagner. O jornal *A Tarde*, numa manchete, diz: “Governador e ex-governador entram em bate-boca”. Primeiro, o ex-governador Paulo Souto não é de bater boca. Segundo, estranhamos o fato de o governador Jaques Wagner voltar – acredito até que não tenha sido intenção dele – a chamar de besteiro a discussão sobre a blindagem que ele mandou fazer no carro.

Nós, da Minoria, criticamos aqui o fato devido ao momento, num momento em que a população do Estado da Bahia tem toda a preocupação com a questão da segurança. Não preciso citar nomes, porque toda a Bahia sabe dos problemas que estão a ocorrer na área da segurança do Estado da Bahia. Todos os baianos têm conhecimento do número altíssimo de homicídios, foram mais de 800...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) só nos primeiros 6 meses deste ano. E vem o governador, num momento desse, e manda blindar o carro!

Nós achamos isso um fato normal, não estamos questionando o fato, estamos questionando o momento.

E vem o governador, talvez numa colocação infeliz, e diz que é uma discussão imbecil da Minoria aqui, na Casa. Nós não aceitamos essa colocação do governador Jaques Wagner. O Poder Legislativo é independente, precisa ser respeitado e, para respeitá-lo, primeiro tem que respeitar os seus membros, os deputados desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Para concluir, Sr. Presidente.

O ex-governador Paulo Souto mandou uma carta de solidariedade ao Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo Filho, e aos deputados pelas colocações infelizes do governador Jaques Wagner.

E o governador volta a afirmar que isso é o maior besteiro, dizendo que o ex-governador Paulo Souto não é o maior arauto da democracia. O ex-governador Paulo Souto sempre foi um democrata, exerceu 2 mandatos de governador deste Estado e tratou esta Assembléia com todo o respeito. Por isso ele pode, sim, falar de democracia, porque é um democrata, e sempre agiu democraticamente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Clóvis Ferraz, lamentavelmente, o tempo de V.Ex^a está esgotado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- O governador Jaques Wagner mais uma vez, infelizmente, disse que essa discussão é o maior besteiro, e nós não concordamos com ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a mantivesse a proporcionalidade da Mesa, porque há agora V.Ex^a, um membro da Oposição e um do Bloco Independente; falta na Mesa um membro do Bloco do governo. O governo tem a Maioria, e deve ter um membro na Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, uma comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para uma comunicação inadiável, o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, já que estamos no início de mais um processo eleitoral em todo o nosso Estado, quando deverão ser eleitos prefeitos e vereadores, e para que o que ocorreu no Município de Luís Eduardo Magalhães não vire rotina em nosso Estado – o que denunciei ontem aqui, nesta Casa, e hoje todos os jornais noticiam, não só aqui, na capital, mas, sobretudo no interior, principalmente na região de Luís Eduardo Magalhães –, gostaria de que, por respeito... Não sei se V.Ex^a estava aqui ontem ou se ficou sabendo do que falei a respeito de uma empreitada para que fosse assassinado o candidato, pelo DEM, a prefeito do Município de Luís Eduardo Magalhães, um médico, casado, com 2 filhos.

O indivíduo, esse bandido que foi contratado, o crime era para ter sido realizado na sexta-feira, agora. Na última hora, ele resolveu não mais aceitar essa empreitada para a qual tinha recebido 20 mil reais. Foi devolver o dinheiro a quem o havia contratado, e com receio de que ele delatasse aquele que intermediou a negociação, recebeu três tiros: um na boca, um na garganta e um no abdômen.

Foi deslocado para o município de Barreiras e lá, diante de vários médicos e enfermeiros, ele disse quem era o mandante e o motivo pelo qual o contrataram para assassinar o Dr. Luciano, no município de Luís Eduardo. Relatou porque sabia que iria morrer, mas pediu aos médicos que levassem o caso à Justiça, o que foi feito. Fizeram a cirurgia, permanecendo em estado gravíssimo no Hospital de Barreiras. Os médicos que o atenderam foram à delegacia prestar depoimento, como dever de profissão, e entregaram os mandantes e tudo mais.

Ontem, assim que tomei conhecimento do fato liguei para o Dr. Joselito, delegado-chefe das polícias do nosso estado, ele já tinha ciência do ocorrido, já estava tomando

algumas providências. No final da tarde, fui ao encontro do secretário de Segurança Pública pedir para que providenciasse a segurança para o Dr. Luciano e sua família; ele, à minha frente, ligou, deu algumas orientações novas, e gostaria de dizer que hoje, felizmente, esse delinqüente não faleceu. Hoje o delegado, atendendo as recomendações do Secretário de Segurança, foi ouvi-lo, e ele deu mais detalhes: já citou o nome de 4 pessoas que estavam envolvidas. Surgiu até um boato de que esse que tentou matar o bandido teria sido morto, que tinham encontrado o corpo dele, mas, na realidade, não foi localizado ainda este intermediário da negociação. Encontraram o carro usado por ele para fugir, e quem deu a placa foi o atingido pelos 3 tiros.

Que sirva de exemplo para os outros municípios, para que não mais ocorra semelhante fato, e assim não denegrir a imagem do nosso estado, como tentaram lá no município de Luís Eduardo. Por não respeitar a vontade soberana do povo, haviam tentado um artifício. Imaginávamos nós que isso tivesse sido abolido da prática democrática e política do nosso estado, mas infelizmente aconteceu.

Então, gostaria de dizer que estamos atentos. O delegado regional deverá ser entrevistado hoje, provavelmente uma entrevista coletiva. Não sei se vai declinar os nomes. Já tenho os nomes, mas não cabe a mim decliná-los. Temos os nomes de 4 pessoas que levaram o dinheiro e fizeram o pagamento em nome de determinada autoridade. Tenho certeza, até pelos contatos que mantive com o delegado-chefe, com o Secretário de Segurança Pública, de que todas as providências serão tomadas.

Estamos esperando que a polícia entre em ação efetivamente, porque estaremos vigilantes, e que prendam imediatamente, já têm os instrumentos, porque já têm o nome, sabem quem é. Está foragido, mas podem prender aquele que deu os 3 tiros, o intermediário entre o mandante, para que esse que recusou tivesse recebido os tiros.

Faço esta comunicação, Sr. Presidente, para que esta Casa tome consciência, para que a imprensa acompanhe diuturnamente o trabalho que, até o momento, está sendo muito bem feito, muito bem conduzido pelo delegado que está tomando conta desse inquérito, para que esse elemento seja preso e, exemplarmente, o mandante seja punido, e que sirva de exemplo para a região de Luís Eduardo, que está apavorada, para a Bahia e para o Brasil, não só nesta campanha política que se inicia, mas nas futuras, porque poderemos ser vítimas, pois daqui a dois anos participaremos intensamente de outras campanhas.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Fica registrado, deputado Gaban, e sob todos os aspectos condenamos essa atitude.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos): - Questão de ordem ao deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento: - Presidente, essa já foi uma questão, inclusive, resolvida pela Mesa, mas trago-a novamente a V.Ex^a. É sobre as questões de ordem no horário do Pequeno Expediente. Agradeço ao Líder do Governo, deputado Waldenor, que havia pedido uma questão de ordem e a retirou para não prejudicar os oradores. Chegamos cedo, nos

inscrevemos para falar e não pudemos falar. Peço a compreensão dos colegas para que respeitem os 5 minutos. A Mesa não deve deixar ultrapassar os 5 minutos. Ficamos prejudicados. Cheguei cedo, me inscrevi, tinha horário para falar, mas terminei impedido de falar coisas importantes aqui.

A Bancada do Governo pede reiteradas verificações de quorum, derruba a sessão. Não funciona mais o plenário, não funcionam mais as comissões. Nunca se ouviu dizer nisso. Dizem que na Bahia de Otávio Mangabeira ele falou: “Pensem num absurdo, na Bahia há precedente.” O governo está obstruindo o funcionamento das comissões. Nunca ouvi falar nisso! Impedir o funcionamento das comissões! Demitiu as pessoas indicadas pelo deputado Fernando Torres. Se ele acolheu essas pessoas, é porque eram capazes para fazer funcionar a máquina do governo. Em função do posicionamento dele, demitiu as pessoas indicadas pelo deputado Fernando Torres, e agora está oferecendo cargo a deputado por deputado. Já o fez com o deputado Jurandy, que não aceitou... Não vai ser por aí. Deputado aqui não está em balcão de negócio, não está em mesa, não está à venda em prateleira, não vão conseguir cooptar. É muito mais fácil o diálogo, porque estamos dispostos a isso, a votar projetos de interesse do governo.

Ontem, o deputado Yulo Oiticica nos perguntou a respeito de votarmos um projeto que institui políticas públicas para a juventude. É um projeto que nos interessa. A Bancada da Oposição e a Bancada dos Independentes têm interesse em votar. Então, é muito mais fácil para o governo dialogar conosco e as coisas continuarem a funcionar. A única coisa que não vão conseguir é nos amordaçar. Temos o direito de falar o que pensamos. Por exemplo, com relação à terra de V.Ex^a, meu caro presidente Roberto Carlos, é preciso que se tome uma providência urgente. O governo deve usar o prestígio que tem junto ao presidente, e ele tem prestígio com o presidente Lula, além da Bancada federal e dos senadores da Bahia, para que se tome uma providência, porque isto aqui é um absurdo.

Há quase um ano, está paralisada a obra de uma ponte, que está pela metade. Como é que se constrói uma ponte pela metade? Faz-se a parte de Pernambuco, mas não se faz a da Bahia. É a ponte talvez mais importante que liga os dois estados, nas cidades de Juazeiro e Petrolina. Duas grandes cidades cortadas pela metade. A parte de Petrolina está construída, mas a de Juazeiro parou. O governo federal só colocou dinheiro... Onde está o prestígio do governador? Dos políticos que apóiam o presidente Lula? Acho que devíamos fazer uma moção aqui nesta Casa, deputado Pedro Alcântara, para todos os deputados assinarem, dirigida ao governador, aos senadores. Dos três senadores baianos, dois apóiam o governo, inclusive o do nosso partido. O ministro dos Transportes é do nosso partido. É inadmissível isto: uma ponte pela metade. O deputado Roberto Carlos conhece bem isto aqui. Só foi construída a parte de Pernambuco. A Bahia está prejudicada.

Hoje os deputados desta Casa sabem que nunca fui ligado ao senador Antônio Carlos Magalhães. Pelo contrário, era desafeto do senador, mas a Bahia está precisando de um político que ame este Estado, que defenda com paixão as suas causas. Estivesse o senador Antônio Carlos Magalhães vivo, ele estaria todos os dias discursando na tribuna do Senado sobre isto. Ele não aceitaria uma situação desta. É inadmissível, deputado Roberto

Carlos. Nós, que estamos ali, passamos por aquela estrada, sou votado nos municípios de Casa Nova e Remanso, e V.Ex^a, por aquela região inteira, não podemos aceitar calados que se continue um processo desse. Dizem que o recurso está alocado... Que recurso alocado é esse que não sai nunca, só sai a metade e deixa a ponte nesta situação? Isto aqui é para ir para o Jornal Nacional! É um escândalo se liberar dinheiro para se construir uma ponte pela metade, uma ponte que separa os dois municípios.

Faço questão de dar conhecimento a esta Casa sobre este assunto, porque é algo absurdo e que revela uma falta de compromisso. Acho que nem é falta de compromisso, porque o presidente Lula já demonstrou várias vezes que gosta do nosso Estado. Não tem por que não gostar, pelas votações que tem recebido dos baianos. Acho que está faltando prestígio dos nossos governantes.

Portanto, Sr. Presidente, este é um assunto que trarei mais tarde aqui. Semana passada, foi o deputado Pedro Alcântara, hoje sou eu. Não ficaremos calados enquanto não for resolvida essa situação que envergonha os baianos, especialmente o povo de Juazeiro e região.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Fica registrado o questionamento de V.Ex^a.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Grande Expediente. Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, serventúrios e serventúrias da Justiça, nós também concordamos que esta Casa Legislativa, o Parlamento, é o coração do processo democrático. É aqui que ecoam os protestos, as reivindicações e as demandas da sociedade. É nesta Casa Legislativa que, através do diálogo, do entendimento e da articulação política, se aprovam os projetos, as proposições emanadas dos diferentes poderes, naturalmente todos eles interessam ao desenvolvimento, ao progresso do Estado da Bahia.

Também compreendemos que os gregos inventaram a política exatamente com o propósito, com o objetivo, com a determinação de mediar os conflitos através do diálogo, do entendimento, da conversa. É por isso, nobres colegas deputados, especialmente os da Oposição, que este projeto será votado e aprovado no dia de hoje graças aos entendimentos, às conversas, às articulações que foram realizadas naturalmente por parlamentares, por Lideranças deste Poder Legislativo com o Poder Judiciário, com os representantes dos trabalhadores, com o Executivo para permitir que este projeto fosse votado e apreciado no dia de hoje. Não há nenhuma demagogia, nem de nossa parte, nem da parte da Oposição - acreditado. Este assunto não acolhe, não cabe nenhum proselitismo.

Estamos debatendo, discutindo, apreciando um projeto de interesse de uma das mais numerosas e importantes categorias de servidores públicos do Estado da Bahia, ao

qual não cabe proselitismo nem demagogia. Tanto é que vou apresentar aos serventuários algumas informações que são fundamentais para o debate de qualidade, de conteúdo deste projeto. Não é verdade que este projeto foi debatido por todo o primeiro semestre legislativo, não é verdade.

Este projeto chegou a esta Casa Legislativa no dia 29 de maio, e é importante que os serventuários sejam conhecedores que um projeto, tramitando regularmente neste Parlamento, para chegar a este Plenário para votação, anda aproximadamente 25 dias. Este projeto estava pronto para ser votado no final do semestre legislativo, estava pronto para ser apreciado por este Plenário no final do mês de junho.

Portanto, não é verdade o que foi dito há pouco aqui nesta tribuna, que este projeto se arrastou por todo o semestre. O projeto chegou aqui, foi protocolado no dia 29 de maio, tramitou regularmente...

O Sr. Álvaro Gomes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Está inscrito, deputado Álvaro Gomes.

(...) nesta Casa Legislativa apenas por 30 dias, período regulamentar normal de tramitação de qualquer projeto de lei nesta Casa. E, naquela oportunidade, todos os senhores serventuários e serventuárias acompanharam, ouviram inclusive manifestação da minha pessoa, na condição de Líder do governo, que a nossa Bancada sempre foi e será, no dia de hoje vocês verão, favorável à aprovação deste projeto. Naquela oportunidade, questionávamos a legalidade, a constitucionalidade da primeira proposição que chegou a este Parlamento, a qual, comprovadamente, no terceiro ano de implantação do plano, alcançava 7,2% da receita corrente líquida, ultrapassando, portanto, o limite constitucional de 6%, porque Lei de Responsabilidade Fiscal é complementar à Constituição Federal.

Nós, em alto e bom som, prezados colegas deputados, senhoras e senhores serventuários, afirmamos categoricamente, com coragem, sem proselitismo ou demagogia, que, uma vez o projeto adequado à Lei de Responsabilidade Fiscal, teria o apoio da Bancada do governo, do Poder Executivo, e seria votado e aprovado por esta Casa Legislativa. E, mais do que isso, ainda bem que anunciei, e todos são testemunhas, que, na primeira votação do segundo semestre legislativo, nós apreciaríamos e votaríamos o projeto, e estamos cumprindo a palavra.

Aliás, sou lá do interior, filho de Caculé, sou catingueiro e, modéstia à parte, sou homem de palavra, garantida através do fio do bigode, não é deputado Zé Neto? Nós afirmamos que, na primeira votação do segundo semestre legislativo, caso o projeto estivesse adequado ao que estabelece a lei, nós o votaríamos.

Mas nós queremos encaminhar esta questão com a devida ponderação e reconhecer a importância da Bancada de Oposição e dos Blocos independentes. Não queremos para nós os louros exclusivos da aprovação do projeto, mas reconhecer aqui, em alto e bom som, humildemente, o papel e a importância, tanto da Bancada da Minoria, quanto da dos Blocos independentes na aprovação desse projeto.

Agora, é importante que os serventuários também sejam informados do porquê desse meu reconhecimento. O projeto de lei, quando alterado, aditado pelo Tribunal de Justiça, deputado Pedro Alcântara, que me ouviu com atenção, abriu uma nova pauta e tem que obedecer a uma nova tramitação. Portanto, no dia de hoje, só poderemos votar esse projeto com as dispensas de formalidades, porque ele está submetido a uma nova tramitação, tendo em vista o aditamento que o Tribunal de Justiça fez, apresentando as alterações e adequações necessárias a esse projeto.

Portanto, na minha primeira intervenção, todos acompanharam, fui cuidadoso em reconhecer e agradecer às Lideranças da Minoria e dos Blocos independentes, porque a assinatura, com a dispensa de formalidades, é o que permite, como permitirá, que possamos votar e aprovar o projeto no dia de hoje.

Não queremos exclusividade, até porque esse projeto, de fato, é de interesse do Estado da Bahia na medida em que atende a uma categoria que tem uma relação direta com a melhoria da qualidade da Justiça, do acesso à Justiça no nosso Estado, o qual é um grande violador dos direitos humanos, porque é subordinado a péssimos indicadores sociais. É de fundamental importância, imprescindível, indispensável, de fato, que possamos melhorar os serviços judiciais no nosso Estado da Bahia e é indiscutível que a melhoria salarial, a adequação do plano de cargos e salários tem um papel fundamental para que essa qualidade se efetive na prática. E por isso de forma ponderada, cuidadosa queremos aqui mais uma vez reconhecer a importância das Lideranças dos demais Blocos e dizer que dividimos humildemente com as demais Bancadas a aprovação deste projeto que naturalmente interessa a todo o povo do Estado da Bahia.

Em segundo lugar, queremos lembrar aos deputados da Oposição e aos Srs. Serventuários e Serventúrias que a Bancada de apoio ao governo Jaques Wagner aprovou, nesta Casa Legislativa, a nova Lei de Organização do Judiciário baiano. A última lei, a última LOJ aprovada no Estado da Bahia datava de 1979. E já no primeiro ano de governo aprovamos aqui a nova Lei de Organização Judiciária.

Ainda no processo da transição de governo aprovamos também um reajuste salarial para os serventuários e o pagamento da URV, uma demanda trabalhista de interesse deles.

Portanto, a nossa Bancada nesta Casa Legislativa já está colecionando - e eu diria isso respeitosamente - a aprovação de várias matérias de interesse do Poder Judiciário, algumas delas do interesse específico dos serventuários do nosso Estado.

Estamos tranquilos a respeito do nosso papel, até porque temos aprovado matérias da maior relevância e significação tanto para o Poder Judiciário quanto para os serventuários do Estado.

Sei que alguns de forma mais açodada, numa inquietação primeira, se comportaram equivocadamente acreditando que a Bancada do governo seria contra, não votaria e arrastaria com a barriga. Não! Nós estamos hoje aqui presentes, já assinamos todos os reque-

rimentos para aprovar o Plano de Cargos e Salários dos Serventuários do Estado da Bahia, adequado que foi à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, Srs. Serventuários e Sr^{as} Serventuárias, esses esclarecimentos são fundamentais. Ainda para completar, o aditivo de adequação do Tribunal de Justiça que está aqui em minhas mãos chegou a esta Casa no dia 05/08/08, na semana passada, e já estamos neste Plenário hoje, 12 de agosto, apreciando-o. Daqui a pouco, se Deus quiser, com o nosso apoio e o da Bancada da Oposição estaremos aprovando o Plano de Cargos e Salários de interesse de V.S^{as}.

Dito isso, eu gostaria de tratar dum outro assunto de grande relevância para o Estado da Bahia no que diz respeito à promoção do seu desenvolvimento econômico. As matérias jornalísticas da última semana revelam com clareza, não deixam dúvidas, o grande crescimento econômico que vem experimentando o Estado da Bahia.

Por exemplo: “A indústria baiana cresce 4,6% no 1º semestre de 2008.” “Bahia bate novo recorde de exportações em julho.” “Inaugurada na Bahia a maior usina de beneficiamento de algodão da América Latina.” “Bahia consolida a posição de 3º maior produtor mundial de mamona.” Arrecadação de ICMS chega a 5 bilhões no primeiro semestre.”

São todos dados reveladores da pujança da economia do Estado da Bahia, sem falar do desenvolvimento experimentado com os mais de 100 mil empregos gerados no primeiro semestre, o maior crescimento em todo o Nordeste do Brasil e um dos maiores, em termos percentuais, de todas as unidades da Federação.

O nosso Estado experimenta um crescimento sem igual e está sendo alvo e merecedor de importantes investimentos do governo federal. Todos estão acompanhando o volume de investimentos que o governo faz no Estado da Bahia, estão cientes e são conhecedores disso. Até o final do governo Wagner estão previstos investimentos da ordem de R\$24 bilhões, sendo R\$ 5 bilhões para a construção da Ferrovia Oeste-Leste - que vai permitir a integração do nosso Estado, o escoamento da produção de grãos e minérios -; a construção de um novo porto em Ilhéus, de um novo aeroporto; a duplicação do porto de Salvador; a construção da via expressa portuária - que vai modernizar e modificar, substancialmente, o perímetro urbano da capital do Estado; mais de R\$2 bilhões para a revitalização da lavoura cacaueteira; R\$ 1,7 bilhão para o esgotamento sanitário e o saneamento básico; R\$1,1 bilhão destinados à habitação popular, para retirar a Bahia da triste classificação de terceiro estado de maior *deficit* habitacional do Brasil.

São investimentos que, pouco a pouco, estão chegando a todos os rincões do Estado da Bahia, a todos os municípios, sem falar nos investimentos na Educação, com a construção de escolas, e na Saúde, com reformas e instalação de 155 postos de Saúde da Família, sem falar da recuperação de algumas estradas e construção de outras, da duplicação da BR-116, que sai de Salvador e vai até a divisa com Minas Gerais. São muitos os investimentos que estão sendo e que serão feitos e que vão, naturalmente, provocar, definitivamente, impacto no desenvolvimento do Estado da Bahia, promovendo a geração de emprego e renda, para, naturalmente, construir dias melhores para ele.

Portanto, recomendaria aos colegas deputados de Oposição que acompanhassem, com um maior cuidado as notícias jornalísticas, seja na imprensa escrita, falada, seja na televisada, que dão conta dos investimentos, que crescem progressivamente e estão sendo feitos nas mais diferentes regiões da Bahia e vão credenciando o governo Jaques Wagner como aquele que vai construir uma infra-estrutura imprescindível à promoção do desenvolvimento do nosso Estado.

Dito isso, quero conceder um aparte ao nobre colega deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre deputado Waldenor Pereira, gostaria de falar sobre a primeira parte do seu discurso, que se refere à luta dos servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

Sou testemunha do esforço que V. Ex^a fez perante o governo do Estado e o Tribunal, no sentido de encontrar um denominador comum..., e isso foi conseguido. Disse aqui, no início, e repito, que, se não fosse a mobilização dos servidores e serventuários do Poder Judiciário do Estado da Bahia, esse projeto não estaria sendo votado aqui, hoje. Desde o início, dissemos que era preciso encontrar esse denominador comum e fizemos um esforço nesse sentido, assim como V. Ex^a, do que sou testemunha, mas esforço maior, sem dúvida nenhuma, foi o da luta e da mobilização.

Se não houvesse a ocupação da Assembléia Legislativa, a greve dos servidores e serventuários do Judiciário, a participação efetiva deles no movimento, não estaríamos votando esse projeto. Só com luta se conquista a vitória. Para conquistar uma vitória, é preciso desenvolver a luta.

Então era esse o registro que eu gostaria de fazer.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Obrigado, deputado Álvaro Gomes. Incorporo o aparte de V.Ex^a totalmente. Retornando à questão do Poder Judiciário, quero também concordar com V.Ex^a que estamos nos relacionando com uma categoria extremamente combativa, que soube se organizar em dois importantes sindicatos. Ao longo pelo menos do tempo que me encontro aqui na Assembléia Legislativa, posso testemunhar a luta, a determinação, o compromisso, a capacidade de negociação, de articulação, desses dois sindicatos. Aqui também parabenizo ao Sinpojud e ao Sintaj pela tenacidade, pelo comportamento ético, pela capacidade de negociação com respeito às relações, inclusive com os parlamentares. Sem dúvida nenhuma, trata-se de uma categoria que, através da sua organização, soube conquistar não só essa vitória como outras vitórias importantes que vem colhendo ao longo da sua trajetória.

Mas gostaria de destacar que esse projeto, essa proposição agora adequada atende perfeitamente à lei de responsabilidade fiscal. No primeiro ano de 2008, estará dentro do limite prudencial, destinando 5,60% ; em 2009, 5,58% da receita corrente líquida; em 2010, 5,55%; e nos anos seguintes, todos dentro do patamar do limite prudencial, não criando nenhum embaraço para o funcionamento do Poder Judiciário e muito menos criando dificuldade para o governo da Bahia.

Eu já afirmei na imprensa e também já discutir nesta Casa Legislativa, é importante que os serventuários compreendam. A não possibilidade de extrapolação do limite constitucional se dá, principalmente, pelo fato de que assim acontecendo o governo do Estado poderia ser penalizado com a impossibilidade da contração de empréstimos internacionais em operações de crédito; o governo estaria impedido de fazer a repactuação da dívida interna pública com o Banco Central e, portanto, mais do que isso, estaria prevaricando – desobedecendo, atentando a uma Legislação Federal, a uma Constituição Federal, que estabelece esse limite para todos os estados da federação e não apenas para o Estado da Bahia. Por isso, Sr. Presidente, é com muita satisfação que nós da Bancada do governo, no dia de hoje, anunciamos esse entendimento, esse acordo que foi naturalmente decidido entre sindicatos, Ipraj, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, para poder viabilizar a aprovação desse importante projeto.

O projeto naturalmente trata de uma série de questões que não haveria tempo de destrinchar por tratar-se de assuntos de natureza mais burocrática. Mas de qualquer forma é importante destacar que neste ano 2008 já teremos o impacto de R\$ 13 milhões imediatamente para atendimento deste plano. E nos anos seguintes, o total do impacto na folha de pagamento do Judiciário, 12% será agregado em 2009; 30% em 2010; 40% em 2011; 50% em 2012; 75% em 2013; 95% em 2014, alcançando o percentual de 100% do impacto em 1º de julho de 2015. Trata-se de fato de um projeto que foi construído a várias mãos, que teve a participação acompanhada dos sindicatos e do Ipraj, e que naturalmente está perfeitamente adequado a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estão de parabéns os serventuários, os sindicatos, os parlamentares desta Casa, representantes de diferentes agremiações partidárias. E mais do que nunca de parabéns está a população baiana, porque serventuários mais motivados, mais satisfeitos, naturalmente que prestarão um serviço judicial de melhor qualidade para uma população ainda tão carente, tão sofrida como é a do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção dispensada a este orador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):-Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 10 minutos, o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado, representante de Feira de Santana, Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Boa tarde a meu ilustre presidente, Exmº Deputado Roberto Carlos, a toda a Mesa, às minhas companheiras deputadas, aos meus companheiros deputados, a todos os presentes nesta Casa e aos que nos estão ouvindo.

Primeiro, quero dizer que as coisas estão nos seus devidos lugares agora. Nós podemos dizer isso porque, ruídos à parte, os 2 sindicatos e a categoria, que nós conhecemos não de agora, podem ter hoje um dia importante como marco nesse processo de reconstrução da Justiça no Estado, o que não é uma tarefa simples.

Quero dizer que em alguns momentos tanto eu como Waldenor e o próprio Álvaro sempre fomos referência na defesa dos interesses dessa categoria. E vocês bem lembram que fui presidente da Comissão de Justiça e conduzi por 8 meses a LOJ. Álvaro foi o relator da LOJ. E, aqui, na luta pela URV, fizemos muito para que essa fosse a única categoria do Estado da Bahia que recebeu a URV.

Então, nós sabemos o tratamento que deve ser dado. Óbvio que todo mundo sabe, e não há menino algum nessa história, que no primeiro momento tivemos dificuldades de comunicação. Isso gerou dificuldades, mesmo, com o governo do Estado, com o próprio Tribunal e com os sindicatos. Mas nada melhor do que o processo democrático e a abertura para dizermos o que pensamos e podermos chegar a um consenso.

O consenso a que nós chegamos hoje para votar esse projeto foi necessário para que cada um de nós tenha aprendido com esses dias, no convívio com as dificuldades e, acima de tudo, tenhamos a capacidade de entender que esse é um pequeno passo para uma grande tarefa que é a reconstrução da Justiça na Bahia.

Hoje, nós estamos em 13º lugar em credibilidade jurisdicional no Brasil, e é bom lembrar que é mais um dado negativo que temos de enfrentar por conta de uma dificuldade histórica por que essa Justiça vem passando.

O passo dado hoje para os funcionários é muito pouco, e é muito pouco porque vocês precisam, acima de tudo, não só os servidores, mas toda a Justiça, de mais tecnologia, de mais computadores.

Estivemos na semana passada em Porto Seguro, onde mantivemos um encontro com representantes da OAB local. Tivemos o prazer da presença dos 2 sindicatos e de algumas pessoas da região que nos relataram que lá em algumas comarcas ainda se usa máquina de escrever porque não chegou a tecnologia para suprir as necessidades nesse novo momento no mundo.

E não é só isso. Não dispõem de carros, os prédios e as estruturas físicas estão defasadas.

Nós conseguimos dar um passo com a LOJ, mas nos falta pernas para fazer com que a LOJ chegue à realidade da instalação das comarcas, chegue à ampliação do número de juizes, à ampliação do número de desembargadores, enfim, à ampliação do quadro funcional.

Nós temos uma grande tarefa. E essa tarefa não só é do Poder Judiciário, mas também do Poder Legislativo, que, neste momento, está dando uma contribuição valiosa, depois de ter debatido e adequado as nossas regras constitucionais e as regras da própria

política necessárias ao bom convívio e à busca de fraternidade, à busca de consenso. E encontramos hoje um consenso e damos a nossa contribuição.

O Poder Executivo terá, sim, que discutir com o Poder Judiciário para que possamos encontrar mecanismos que façam com que esse Poder Executivo tenha maior possibilidade de contribuição não só financeira, mas através de convênios e programas, em situações nas quais possamos encaixar novas dimensões nas relações entre Poder Judiciário e Executivo, não havendo aí nenhuma situação que possa trazer atrelamento e sim o compartilhamento dessa dificuldade que a Justiça baiana vive.

Hoje, com 5.7, sabemos que não chega a suprir as necessidades desse quadro que eu como advogado conheço de perto; precisamos de funcionários, veículos, espaços decentes para o bom exercício da profissão; temos fóruns sem ar condicionado, sem sanitário, como já vi no interior. Precisamos dar um passo, porque esse é o passo do estado de direito; é o passo da construção do respeito à ação jurisdicional, para que tenhamos credibilidade, tanto interna como externamente; para que os investimentos cheguem neste estado e não encontrem a Bahia colocada em 13º; já chega a Bahia que encontramos colocada no 26º lugar em educação e 24º em índice social. Temos agora tantos outros enfrentamentos.

Agora se fala muito em violência, mas sem uma ação jurisdicional competente e de qualidade a contribuição também tem que ser dada para que possamos fazer com que em nossos presídios haja justiça. Muitas vezes a justiça não chega pela lentidão, pela falta de funcionário e juízes, pela condição geral da justiça baiana. Há um esforço, um momento, um novo diálogo e uma compreensão que pode nos levar ao êxito, a um avanço significativo.

O passo dado no sentido de garantir plano de cargos e salários deve nos empolgar, dar-nos mais norte ainda, mais condição de interferirmos nesse debate. Porto Seguro...conversei com Zezé, conversei com o menino do outro sindicato, nós vamos fazer encontros. A Comissão de Constituição e Justiça fará encontros em seis regiões deste Estado para ver de perto o que há em cada região, para o mês que vem podermos ir ao Rio de Janeiro e sabermos porque é que o Rio tem a melhor Justiça do Brasil, o que é que há lá de mais eficiente que não podemos fazer aqui; o que há lá de mais rápido e de melhor que não podemos fazer aqui. Eu, Nonô e outros tantos do movimento social que fazem parte das bancadas, uma Oposição e outa Governo, têm que dar contribuição para suas cidades, seus redutos, para que a gente traga para o debate solução, proposta, afinidade e, acima de tudo, condição real para que não fique só no plano de cargos e salários.

Vocês bem sabem do que estou dizendo, porque são vocês que vivem, são vocês que estão no dia-a-dia. Nós, advogados, estamos vivendo o trauma de ter um turno de atendimento. É um trauma para os advogados e não é por culpa do Judiciário, mas da estrutura que ainda é deficitária. Temos que fazer com que essa estrutura possa avançar, tornar-se moderna, mais eficiente e atenda o nosso povo.

Esse é o nosso papel neste momento histórico de todas as relações que, infelizmente, por muitos anos foram deixadas de lado, no que respeita ao diálogo, à construção de

um objetivo real que é o Poder Judiciário na Bahia, da ação jurisdicional. Essa ação serve para o Estado arrecadar mais, para que as pessoas tenham mais Justiça, para que a punibilidade da classe política e todas as outras classes tenham eficiência e possam dar o teor de uma sociedade equilibrada e justa. Essa ação jurisdicional deve avançar e tirar a Bahia da 13ª colocação, como estamos hoje, na ação jurisdicional e na eficiência da Justiça.

Então, queria falar sobre isto, tive o prazer de ter sido convidado para ser o relator desse projeto. Sou presidente da Comissão de Constituição e Justiça e tive o prazer de, durante 8 meses, estar em 11 audiências públicas e de participar de um momento de abertura com um tribunal, que dá passos significativos, grandiosos, para dialogar com a sociedade e deve receber o nosso elogio.

Aqui nesta Casa, como no Poder Executivo, há um ambiente político propício para que façamos conjuntamente a busca de melhores dias para a Justiça, esse é o papel. Fui convidado para ser o relator dessa matéria e, daqui a pouco, farei a leitura do relatório, traçarei seus caminhos e passarei para vocês com prazer, não só de deputado, mas de advogado, de cidadão e de quem começou a vida profissional dentro dos fóruns no interior da Bahia.

Então, está aqui a nossa contribuição. Queremos que seja só o momento inicial para que tenhamos mais harmonia, mais compreensão e que todos os entraves que tivemos em busca do diálogo aprimorem ainda mais a democracia, a verdade, a história e a construção dessa nova Justiça que é nossa, de todos os cidadãos da Bahia, e temos aqui agora a responsabilidade de conduzi-la a dias melhores. (Palmas)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria, ou ao representante do PMN, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, pelo tempo do PMN, falará o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado representante de Jequié e de toda a Bahia, Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, caro deputado Roberto Carlos, deputado do PDT, partido do qual faço parte, Srs. Deputados e Deputadas, desejo registrar a presença do governador Jaques Wagner no dia 30 de junho no município de Jequié. Ele foi acompanhado pelo Líder da Maioria desta Casa de leis, deputado Waldenor Pereira, e de vários secretários de estado, levando benefícios, assim como a assinatura de ordens de serviços para atender aos reclamos da comunidade de Jequié.

Acompanhou S.Exª, o governador Jaques Wagner, o secretário de Relações Institucionais, Rui Costa, que tem uma missão difícil, às vezes, incompreendida pelos políticos.

A missão da Secretaria de Relações Institucionais é a articulação entre o Executivo e os entes federativos, com os governos federal e municipais. Tem a missão da relação entre o governo e a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, através dos Srs. Deputados e a missão também com a sociedade baiana.

Também foi na comitiva de S.Ex^a, o governador Jaques Wagner, o secretário da Indústria e Comércio, Rafael Amoedo Amoedo. Lá, o governador relatou as políticas públicas de combate ao desemprego, tivemos a presença do Estado através da Secretaria da Indústria e Comércio, na ampliação das fábricas de calçados Ramarin e Amazonas e também na implantação da indústria de ferro Bahia, lá no estado de Minas Gerais que vem se implantar em nosso município, e o Estado já assinou o protocolo de intenções, dando os incentivos para que essa indústria venha a se instalar no município de Jequié.

Sr. Presidente, também a presença do programa do governo Jaques Wagner, o Programa Água para Todos, com a Embasa, que está cuidando do saneamento em várias comunidades, vários bairros de Jequié, com a verba de 11 milhões. A presença da Cerb com a abertura de vários poços artesianos, atendendo à necessidade da caatinga que tanto precisa dessas providências. A presença da CAR com a implantação de sistema de abastecimento de água simplificado.

Sr. Presidente, o secretário da Saúde também estava na comitiva e lá ele trouxe os benefícios de ampliação, principalmente do Hospital Prado Valadares. Também esteve na comitiva o secretário Ildes Ferreira, secretário de Ciência e Tecnologia, que foi para a implantação do Pólo de Tecnologia e Informação e outras providências de sua secretaria, como a implantação de Infocentros, para atender as necessidades dos adolescentes na inclusão digital.

Então, Sr. Presidente, Jequié recebeu o governador com alegria, com entusiasmo. Jequié, em 2002, foi um dos poucos municípios que deram a vitória a Jaques Wagner; em 2006, foi um dos municípios que deram a maior vitória ao governador Jaques Wagner, que obteve 71% dos votos de Jequié.

Sr. Presidente, o governador Jaques Wagner ainda atendeu ao sonho acalentando há anos pela comunidade de Jequié, a comunidade regional. Sr. Presidente, a nossa região havia sido injustiçada pelo antigo governador Paulo Souto, a Uesb multicampi, com o campus de Jequié, o campus de Vitória de Conquista, onde fica a reitoria, e o campus de Itapeitinga. Jequié vocacionado para a área de saúde, o campus de Jequié com as graduações de odontologia, enfermagem, fisioterapia, educação física, biologia e farmácia, totalmente vocacionado o campus de Jequié para a área de saúde. E o governo, por interesses pequenos, interesses políticos de Paulo Souto à época, determinou a implantação do curso de medicina no campus de Vitória da Conquista, um campus vocacionado para a área de serviços, sendo a primeira graduação em saúde a ser implantada no campus de Vitória da Conquista.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, trinta de junho, uma data que vai ficar marcada na história de Jequié, quando o governador lá, em pronunciamento público, assegurou que Jequié e a região, o campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, o campus de Je-

quién teria o seu primeiro vestibular em medicina em 2009. A alegria, o contentamento de Jequié e região por ter resgatado para Jequié o que lhe era de direito, que o governador Paulo Souto negou a Jequié e deu a Vitória da Conquista.

O Sr. Clóvis Ferraz:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Está registrado, Excelência.

(...) Então, Sr. Presidente, não poderia deixar de trazer a esta Assembléia, para que fique registrado nos anais desta Casa, aquilo que o governador Paulo Souto tirou de Jequié,...

O Sr. Clóvis Ferraz:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Está registrado, Excelência.

(...) Jaques Wagner, no dia 30 de junho, assegurou que o primeiro vestibular será realizado em 2009.

Sr. Presidente, o nobre pediu-me um aparte, mas não vou conceder-lhe porque o tempo é curto e vou falar sobre os trabalhadores, os serventuários da Justiça que estão nas Galerias desta Casa esperando a votação do projeto que é tão importantes para essa categoria. Há muita polêmica. A Oposição fez barulho, tocou os tambores no término da última semana das atividades do Plenário desta Casa de Leis. Bateram os tambores como se não houvesse sensibilidade por parte da Bancada do governo, uma Bancada formada de parlamentares que têm tradição, têm história no sindicalismo, nos movimentos sociais. E os serventuários da Justiça não esquecem disso. Não esquecem mesmo.

Sr. Presidente, Srs. da Bancada da Minoria, com bom senso, com equilíbrio, há uma harmonia entre os Poderes. Está dito na divisão dos Poderes, que veio através do pensamento da época do Iluminismo, que os Poderes são separados, mas são harmônicos. Havia necessidade do diálogo com o Poder Executivo para se encontrar o caminho para bem servir à categoria dos serventuários da Justiça, que são importantes dentro da distribuição da Justiça. Para o juiz funcionar, para o Ministério Público funcionar, para que os advogados possam funcionar é fundamental essa peça chamada de serventuários da Justiça.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer aos serventuários da Justiça que a Bancada de sustentação do governo está aqui pronta para votar o projeto, para lhes dar o que é de direito. Ontem já foi feito um acordo com a Minoria para dispensa de formalidades para que possamos votar, ainda hoje, o projeto que vai beneficiar a categoria dos serventuários da Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Gostaria de registrar a visita dos estudantes do programa ProJovem Adolescente da Boa Vista do Lobato, no Programa Escola e o Legislativo, que estão nas Galerias, como também a presença dos servidores do Poder Judi-

ciário que estão aqui desde as primeiras horas. Sejam bem-vindos. Esta Casa é de vocês. (Palmas)

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PC do B, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 10 minutos, no horário do PCdoB.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- A primeira coisa que eu gostaria de fazer é um apelo à Bancada da Oposição no sentido de que façamos a votação deste projeto o mais rápido possível, que não prorrogemos esta sessão até altas horas da noite ou da madrugada, porque os servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia precisam ter a notícia de imediato para que possam continuar suas atividades normais. Faço este apelo ao Líder da Oposição, Gildásio Penedo, e a todos os deputados da Oposição no sentido de que votemos este projeto o mais rápido possível.

Não há divergência, deputado Gildásio Penedo. Todos nós concordamos. A Bancada do governo concorda, e a de oposição também. Então, não tem necessidade de ficarmos aqui até tarde da noite ou até a madrugada para votar este projeto. Temos também outro, o do Ministério Público. Portanto, precisamos agilizar este processo aí. Creio que não haverá dificuldade, acho que a Oposição terá sensibilidade suficiente para agilizar a votação deste projeto.

Sr. Presidente, queria informar que ontem nós fizemos uma confraternização no Restaurante Sal e Brasa com os nossos candidatos a prefeito no Estado da Bahia. São 45 pelo PCdoB. Poderiam ser 65. Ficaria um número melhor. Lá tivemos a presença do presidente nacional do nosso partido, o Partido Comunista do Brasil, Renato Rabelo, e também do diretor-geral da ANP, nosso camarada, companheiro Haroldo Lima, além do secretário Nilton Vasconcelos, do presidente da Bahiagás, Davidson Magalhães, e de deputados estaduais e federais.

É bom registrarmos que na eleição passada apresentamos 12 candidatos a prefeito. Nesta estamos apresentando 45. Na próxima a confraternização tem de ser num lugar bem maior, porque esperamos lançar centenas de candidatos a prefeito na Bahia.

Logo após a confraternização tivemos uma audiência com o governador Jaques Wagner, na qual apresentamos as nossas candidaturas e discutimos a perspectiva futura do nosso Estado. Queremos registrar que o número de candidatos a prefeito é de 45, a vice é de 68 e a vereador é de 1.200.

Temos candidaturas importantes em cidades importantes como Guanambi, com Paulo Costa, uma candidatura que cresce e trará uma vitória muito bonita para as forças progressistas do nosso Estado. A vitória de Paulo Costa será simbólica, uma vitória das forças progressistas e populares derrotando as oligarquias, setores conservadores e atrasados daquela região. Sem dúvida nenhuma, vamos comemorar essa grande vitória.

Temos também uma candidatura nova, importante, emergente: a de Isaac, da Juagro, em Juazeiro. É uma candidatura que cresce. Temos ali vizinhas duas cidades: de um lado, Petrolina. Do outro lado do rio, Juazeiro. Petrolina se desenvolveu, Juazeiro ficou no atraso. A candidatura de Isaac, da Juagro, coloca perspectiva de desenvolvimento da cidade de Juazeiro e região. O Isaac é uma liderança jovem, é um empresário.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ÁLVARO GOMES:- V.Ex^a está inscrito - (...) nunca foi candidato..., mas as portas do Partido Comunista do Brasil estão abertas às pessoas de bem, sérias, éticas, e por isso ele se incorporou às fileiras partidárias. Sendo um empresário bem sucedido na área rural, sério, caracterizado pela coerência, competência e seriedade, não temos nenhuma dúvida de que o nosso camarada Isaac, da Juagro, vai ser o próximo prefeito de Juazeiro, acabando com aquela dobradinha, dos dois lados. Entra agora o novo, a novidade da cidade e da região.

Temos também Alagoinhas, com a candidatura de Pedro Marcelino, operário, trabalhador, sindicalista, companheiro, atualmente vice-prefeito, o qual dará uma nova dinâmica à administração de Alagoinhas. Só para citar três candidaturas importantes, ou seja, em Juazeiro, Alagoinhas e Guanambi.

Mas temos também outra novidade em nosso Partido, que é o lançamento de candidaturas femininas, fortalecendo a luta das mulheres: a de Leni de Castro, em Coribe; a de Irismar de Sousa, em Gandu; a de Luiza Coelho, em Caraíbas; a de Olga Gentil, em Matina; a de Sandra Vidal, em Ibicoara; a de Tânia Portugal, em São Sebastião do Passé. Portanto, o nosso partido dá a sua contribuição, reforçando a luta progressista, tendo a preocupação com a questão do gênero, reforçando a candidatura das mulheres às prefeituras, e, nas próximas eleições, vamos aumentar, sem dúvida alguma, ainda mais a nossa força.

Esse quadro na Bahia é bastante positivo. Sem dúvida nenhuma, o nosso partido vai crescer, desenvolver-se e contribuirá para as mudanças que vêm sendo implementadas pelo governador Jaques Wagner, através das administrações importantes do Partido Comunista do Brasil no Estado da Bahia, e dará o exemplo de administração, como vem dando em Olinda, em Aracaju e em várias outras cidades. É por isso que ele desponta como o primeiro nas pesquisas em Belo Horizonte, com a candidatura de Jô Moraes; no Rio de Janeiro, com a de Jandira Feghali; em Porto Alegre, com a de Manuela D'Ávila; em Florianópolis, com a de Ângela Albino.

Portanto, estamos reforçando a luta das mulheres, elas têm que assumir importantes cidades e esse papel de lideranças para realmente buscar uma política progressista a fim de que possamos desenvolver o nosso País e as capitais. Portanto, é o PCdoB crescendo, desenvolvendo para, cada vez mais, transformar a Bahia e o Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, por 6 minutos, o deputado Pedro Alcântara e, por 4 minutos, o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara por 6 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero agradecer a V.Ex^a a atenção e o carinho com que me tratou durante o período em que estive ausente desta tribuna. Agradeço a V.Ex^a.

Sr. Presidente, na semana passada, nós trouxemos ao conhecimento desta Casa a situação da Ponte Presidente Dutra, que liga o Estado da Bahia ao Estado de Pernambuco e a cidade de Juazeiro a Petrolina. Enquanto não tivermos uma resposta do governo estadual, que é o responsável maior pelo nosso Estado, e também do governo federal, estaremos a perguntar desta tribuna por que parou - Parou por quê? - a construção da ponte . Isso é mais algo estranho que acontece em nosso Estado Fazer uma ponte pela metade, licitar parte de uma ponte. Isso só acontece na Bahia dos dias de hoje.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como médico principalmente, e retornando ao mandato, cada dia fico mais estarrecido com o que está a acontecer em nosso Estado. A capa do *Tribuna da Bahia* traz hoje, deputado Heraldo Rocha, - eu acompanhei V.Ex^a no período em que estava fora desta Casa, o seu trabalho em relação à Saúde enquanto deputado e médico, mas acho que V.Ex^a também deve estar estarrecido - um dos principais jornais da nossa cidade, do nosso Estado traz, na sua primeira página “ Hospital de Irmã Dulce pede socorro.”

Não é apenas um hospital, deputado Heraldo Rocha, é o Hospital Santo Antônio, de relevantes serviços prestados à classe mais pobre da nossa capital, de nosso Estado e de outros Estados do nosso País. Um hospital que serviu a nós médicos como estagiários, como residentes e que hoje, apesar de a direção do hospital já ter comunicado à Secretaria da Saúde do Município, à Secretaria da Saúde do Estado e ao Ministério da Saúde, nada foi feito para socorrer esse importante hospital do nosso Estado.

Portanto faço coro às palavras de V. Ex^a, que todos os dias durante este mandato tem cobrado de S.Ex^a o Secretário da Saúde uma ação mais efetiva nessa área. Entendo que que o Estado não está preocupado com a saúde do povo da nossa querida Bahia.

Juazeiro está por concluir o hospital regional, que tradicionalmente é um hospital cuja direção fica por conta do Estado como um todo. Há tempos era a Fundação Cespe(?), e relevantes serviços prestou esse hospital sob a direção da Fundação Cespe(?), depois veio a Funasa e agora o hospital está estatizado, deputado Paulo Rangel. V.Ex^a conhece esse hospital, está para ser concluído, um investimento de quase 30 milhões de reais, um hospital de referência, vai ser um hospital universitário da Faculdade de Medicina da Univasf. E o Estado abre licitação para a terceirização dos seus serviços, o que causa uma revolta total e re-

vela uma incoerência do governo, que antes era contra a privatização e a terceirização da rede hospitalar pública. Foi o discurso com o qual o governo ganhou as eleições.

E há uma reação de 100% da população de Juazeiro e de toda aquela região que não quer a terceirização do Hospital Regional de Juazeiro. Isso foi dito... estão aqui o deputado Misael Neto, o deputado Roberto Carlos, e todos vão fazer coro à minha fala. E o que é que nós queremos? A população de Juazeiro não foi escutada, as lideranças políticas de Juazeiro com certeza não foram escutadas, não foram ouvidas. Tenho certeza que o deputado Roberto Carlos não foi ouvido, que faz parte da base de sustentação do governo aqui nesta Casa.

Portanto, trago a mensagem da população de Juazeiro, 100% reação, inclusive de correligionários de S.Ex^a o governador. Que ele reveja essa questão, a ansiedade da população para ter o atendimento nesse hospital é muito grande, a vontade que ele continue a ser administrado pelo Estado é muito grande.

Então, deputado Paulo Rangel, V.Ex^a que também representa o município de Juazeiro, porque lá foi votado, V.Ex^a, como um dos líderes do governo aqui nesta Casa, tem o dever e a obrigação de levar ao governador a vontade do nosso povo, o desejo de nosso povo, porque se fizemos uma pesquisa, hoje, em Juazeiro em relação a (...), e o governador está fazendo pesquisa para saber as questões da sucessão municipal, está mais preocupado com a questão política do que com a questão administrativa. Que ele inclua essa pergunta quando fizer a pesquisa em Juazeiro: se a população de Juazeiro quer a terceirização ou a privatização do hospital?

Não quer, porque ali eu estou presente, ali eu faço a minha base eleitoral principal, onde tive o prazer de ter 16 mil votos na última eleição, mesmo não sendo consagrado no primeiro momento como deputado, e agora estou, mesmo temporariamente, no exercício.

O Sr. Roberto Carlos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Permito, deputado Roberto Carlos. Eu ouvi quando V.Ex^a, na sua entrevista em Juazeiro, quanto a essa questão, vi a posição de V.Ex^a e creio que a nossa posição é idêntica, a não ser que V.Ex^a hoje tenha revisto a posição que colocou naquele momento. Mas sei que V.Ex^a é também um zelador dos interesses da população de Juazeiro.

Seja breve porque o meu tempo já se esgotou.

O Sr. Roberto Carlos:- Serei breve, deputado.

Quero primeiro parabenizá-lo pelo retorno a esta Casa. V.Ex^a que tem muitos serviços prestados e que realmente fez falta a esta Casa. Parabeno-o e quero discorrer quanto a essa opinião de V.Ex^a num momento em que tivermos mais tempo.

Parabéns e V.Ex^a merece estar aqui.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:-Obrigado, deputado Roberto Carlos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Para concluir, Sr. Presidente.

Então, estaremos a cobrar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão da ponte de Juazeiro, porque é impossível, deputado Clóvis Ferraz, que uma ponte tão importante, que é o elo de ligação entre o norte e nordeste, centro-sul e vice-versa, estejamos nessa situação constrangedora para a Bahia, principalmente para Juazeiro e para a região do São Francisco.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado, Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, quero saudar a todos os serventuários e servidores do Poder Judiciário da Bahia que mais uma vez se fazem presentes nesta Casa. Esta que tem sido uma luta constante dos servidores desde o mês de maio, quando aqui estiveram presentes por diversas vezes a cobrar um posicionamento oficial do governo acerca do projeto encaminhado a esta Casa.

Dura luta, que chegou ao ápice da situação com a greve que ocorreu no final do mês de junho, em que o governo retardava um posicionamento oficial. Agora, depois do retorno, no compromisso que fora assumido com a categoria, o projeto chegou à Casa na última semana e a Bancada de Oposição, desde ontem, vem provocando o governo a cumprir, deputado João Carlos Bacelar, aquilo que fora assumido com os servidores e serventuários, que é a votação imediata desse projeto.

Desde o dia de ontem a Bancada já recolheu as assinaturas de todos os líderes, com exceção do Líder do Governo, que naquela oportunidade também foi procurado por mim através do deputado Bira Coroa, que aqui estava no dia de ontem e que mostrou, também, muito boa vontade em acatar a dispensa das formalidades regimentais, já que o projeto na semana passada foi aditado. Por força disso teria que correr prazos regimentais, o que dificultaria, inclusive, a aprovação de imediato.

Esse requerimento foi assinado no dia de ontem, e já contou com as assinaturas do bloco de Oposição, do bloco independente do PR, assinado pelo deputado Elmar Nascimento, pelo deputado Roberto Muniz, que representa o bloco do PP. E a informação que nos chega é que os deputados Waldenor e Álvaro Gomes também deverão assinar. Encerando-se, assim, o processo, que durou alguns meses, mas que, não tenho dúvida, será coroado de êxito hoje com a votação por unanimidade nesta Casa, que honra o compromisso assumido, já que os servidores do Poder Executivo tiveram o seu reajuste e os servidores do Poder Legislativo também. Estavam faltando o Poder Judiciário e o Ministério Público, que também já está com o pedido de dispensa das formalidades regimentais assinado.

Até porque essa foi a posição da Bancada da Oposição, deputado Paulo Azi, a de forçar, de uma certa forma, a votação desse projeto. Senão, como já havíamos anunciado no dia de ontem, iríamos obstruir as votações nesta Casa para que o governo pudesse, de fato, honrar o compromisso assumido, o crédito que foi dado, já que os servidores, os serventuários saíram do estado de greve desde o final de junho devido ao compromisso de, logo no início do recesso, nós votarmos esse projeto.

Portanto, quero crer que esse é o sentimento de todo o Poder Legislativo, deputado Waldenor. E não é, em momento algum, deputado Álvaro Gomes, propósito da Bancada de Oposição arvorar-se a ser detentora desse projeto. Acho que, neste momento, em nome do Poder Judiciário baiano, cabe um sentimento apartidário, independente. A Bancada da Oposição procurou fazer o seu papel, mas não quer, em momento algum, trazer para si o ônus ou o bônus. O louvor e o merecimento nesta tarde são para todos os servidores e serventuários que lutaram bravamente e, tenho certeza, hoje terão aprovado o seu Plano de Cargos e Salários. (Palmas) Portanto, parabéns.

E não fazemos nada mais do que a nossa obrigação, enquanto legisladores, enquanto representantes de um segmento importante; não estamos fazendo nada mais que aquilo que é de direito, honrando o compromisso com os servidores.

Portanto, estão de parabéns todos: servidores, serventuários, sindicatos, que lutaram intensamente, e tenho certeza que hoje haverão de ver coroada de êxito essa luta que há mais de 3 meses vêm travando aqui, nesta Casa.

Parabéns a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 10 minutos, o nobre Líder do Partido dos Trabalhadores, o companheiro Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo, nobre deputado Paulo Rangel, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, companheiros da imprensa, gostaria de saudar os serventuários do Poder Judiciário que hoje ocupam as Galerias desta Casa, e quero iniciar dizendo que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, além de votar de forma consensual esse projeto que dispõe sobre o plano de carreira dos serventuários do Poder Judiciário, entende ser ele de grande importância para a vida dessa importante categoria. E mais do que isso, entende como de importância fundamental para o bom andamento e a melhoria da qualidade das atividades nesse setor.

Também venho aqui, Sr. Presidente, para dizer que esse projeto, sendo votado hoje da forma como vai ser votado, de forma consensual, demonstra a maturidade desta

Casa Legislativa em relação a alguns temas que perpassam, em nossa visão, as questões partidárias de ordem política e, sobretudo, ideológica.

Mas, quero, Sr. Presidente, neste momento, destacar também o papel do Líder do governo, com auxílio do deputado Álvaro Gomes, para que tivéssemos, logo no início dos trabalhos desta Casa, após o recesso do meio do ano, essa votação ocorrendo. Portanto, entendemos que estão de parabéns a categoria dos servidores e serventuários da Justiça pela sua mobilização, pela força demonstrada, pelo nível de conscientização, assim como o Poder Judiciário, o governo do Estado e esta Casa Legislativa.

Mas, Sr. Presidente, não podia deixar de, neste momento, posicionar-me em relação ao discurso do deputado Álvaro Gomes, destacado parlamentar desta Casa, que, de forma oportuna, fez uma avaliação do grande crescimento do Partido Comunista do Brasil e dos objetivos desse partido neste processo eleitoral. Quero dizer que o Partido Comunista do Brasil está de parabéns, pois conseguiu revolucionar, rapidamente, algumas cabeças, devendo-se a isso esse crescimento tão grande dele, e de forma célere, como ocorreu.

Mas, queria dizer, Sr. Presidente, que tenho duas discordâncias em relação ao discurso do nosso companheiro Álvaro Gomes. Primeiro, concordo com ele quando diz que o camarada Paulo, de Guanambi, poderá chegar à vitória naquele município, o que será um grande avanço político para aquela região, entendendo a capacidade dele, e, com certeza, fará um grande trabalho de ordem administrativa naquela cidade. Porém discordo do deputado Álvaro Gomes quando ele se refere à possível vitória do candidato do PCdoB, Isaac Carvalho, em Juazeiro da Bahia, que tem um dos mais fortes candidatos a prefeito, companheiro experimentado, prefeito por duas vezes e, hoje, diga-se de passagem, o candidato do governador Jaques Wagner, até porque foi quem tomou sol e comeu sal junto com ele: o nosso companheiro Joseph Bandeira.

Respeito todos os candidatos. Aliás, Sr. Presidente, hoje, na Bahia, ocorrem algumas coisas interessantes. Em Juazeiro da Bahia, todos os candidatos a prefeito são da base do governo, todos, sem exceção. Quem ganhar a eleição está na base de apoio ao companheiro Joseph Bandeira, que, quero destacar, foi quem comeu sal e tomou sol com o governador e, por isso, será prefeito daquela importante cidade pela terceira vez.

Quero, Sr. Presidente, dizer também que Alagoinhas viveu, por dois mandatos executivos, diria, experiências administrativas das mais competentes já vistas no Estado da Bahia. Tenho certeza absoluta de que a população de Alagoinhas, satisfeita com o modo petista de governar, vai estar elegendo o companheiro Elionaldo, presidente da Câmara Municipal, duas vezes vereador, presidente da Câmara de Vereadores, até para que se dê continuidade a tão importante trabalho. A candidatura do companheiro Elionaldo sobe e tem um lastro muito forte, que é a vontade da população de Alagoinhas em ver aquele importante município se desenvolvendo a partir da administração que tem.

Sr. Presidente, quero também aqui destacar que o nosso companheiro Roberto Carlos também é candidato a prefeito na cidade de Juazeiro. Foi outro que comeu sal e tomou sol com o governador. No entanto, o Partido dos Trabalhadores reconhece nessa im-

portante liderança uma pessoa fundamental para que a vitória do companheiro Joseph se dê de forma mais ampla. Daí, estarmos constantemente conversando com o deputado Roberto Carlos, até porque entendemos que o momento correto acontecerá para que esse grande parlamentar, esse grande desportista venha a se tornar prefeito da cidade de Juazeiro da Bahia.

Finalizando, Sr. Presidente, já que falamos em Juazeiro da Bahia, São Francisco vai ser uma das regiões em que o Partido dos Trabalhadores mais vai estar crescendo nos próximos anos, já que teremos assim grandes vitórias. Uma das cidades onde o PT lidera a disputa e que com certeza vai chegar ao governo é Sobradinho, uma cidade importante, energética, que hoje, inclusive, possui o maior lago artificial do mundo.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, retorno ao início do meu discurso, parabenizando todos os serventuários e servidores e dizendo que nós, do Partido dos Trabalhadores, hoje estamos muito contentes em poder votar esse projeto nesta Casa Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos. Não há orador.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- PP não. V.Ex^a é Líder... Com a palavra o Líder do Bloco do Governo ou da Maioria, ou o Líder do PMDB, para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Javier Alfaya; pelo tempo de 4 minutos, o deputado Roberto Carlos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o nobre deputado Javier Alfaya pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Presidente, deputados, companheiros e companheiras funcionários da Justiça que nos acompanham nesta tarde, uma tarde muito importante para a vida dessa categoria, para a política baiana. Temos uma pauta muito significativa de votação, que é o reajuste salarial dos companheiros do Ministério Público do Estado da Bahia e a aprovação, finalmente, do Plano de Cargos e Salários dos trabalhadores e trabalhadoras da Justiça do nosso Estado.

Para mim, é um prazer retomar, neste segundo semestre, deputado Marcelo Nilo, a discussão neste Plenário. Não pude estar, na semana passada, nas três sessões que houve, em função de uma forte gripe, tampouco pude estar na sessão de ontem. Mas me desloquei para não deixar de votar na tarde de hoje a favor do PCS, que tem sido objeto de luta, de preocupação e de mobilização dos servidores da Justiça nos últimos meses, na verdade, nos últimos anos.

Tenho acompanhado esta luta, ido eventualmente às assembléias no Fórum Ruy Barbosa, no Campo da Pólvora, tenho acompanhado também as opiniões de outras representações do meu partido, a companheira Alice Portugal que também se faz presente nas assembléias, com quem me comunico com freqüência para, justamente, informar acerca do andamento da luta. E, finalmente, chegamos nesta tarde quando se votará a mensagem enviada em forma de substitutivo agora, pela presidenta do Tribunal de Justiça do nosso Estado.

Eu dizia, antes do recesso do mês de julho, que era otimista quanto à luta e quanto ao desfecho da batalha. Alguns colegas da Justiça, que aqui estavam nas últimas sessões, talvez um pouco irritados com a demora, com a lentidão da votação, manifestavam discordância com a minha opinião. Acho que tenho razão. Falei com várias lideranças aqui, companheiros do Sintaj, com a companheira Zezé, presidente do Sinpojud; com outras lideranças do Sinpojud e há uma avaliação positiva do processo que aconteceu durante o mês de julho. O Tribunal de Justiça, o governo do Estado, através do Secretário da Fazenda, Carlos Martins; o Secretário das Relações Institucionais, Rui Costa, se reuniram tanto o Tribunal e o governo com as representações dos dois sindicatos e se chegou a uma formulação alternativa àquela que tinha sido contestada pelo governo, depois de ter sido enviada aqui pela Desembargadora Sílvia.

Argumentávamos que havia talvez metodologias diferentes de análises ou levantamento de dados que não batiam, tanto do ponto de vista do Tribunal de Justiça como da parte do Poder Executivo. E nós, aqui no Poder Legislativo, nos situávamos exatamente num ponto em que a posição de um lado e a posição do outro dificultava o encontrar de uma solução, que, do nosso ponto de vista, sempre teria que ser a favor dos funcionários da Justiça do nosso Estado.

Portanto, fui informado de que o processo durante o mês de julho foi extremamente positivo, construtivo e estamos aí com o substitutivo sendo apreciado e para ser votado ainda na tarde hoje, concluindo essa fase de luta por parte dos companheiros da Justiça.

Registro aqui meu contentamento, reafirmo o meu apoio à luta do Sintaj, o meu apoio à luta do Sinpojud, minha solidariedade às lideranças que se esforçaram nesse mês de julho e durante o mês de junho na ocupação aqui da Assembléia Legislativa, no acampamento que foi feito e nas diversas outras formas de manifestação. Parabéns à categoria pela combatividade, pelo compromisso, pela seriedade que eles têm não apenas com a sua própria carreira como servidores públicos, mas também com a luta por fazer da Justiça da Bahia uma justiça mais eficiente, mais célere, mais rápida, mais atendida com as exigências do mundo contemporâneo, de um Brasil que luta de maneira desesperada contra a violência, contra a impunidade que há, que luta de maneira desesperada para encontrarmos modelos que nos levem à construção de uma civilização mais avançada em nosso País.

Esse é o grande objetivo que as forças políticas mais avançadas têm no terreno da Justiça e reconheço aqui o grande papel que o sindicato dos servidores da Justiça tem desenvolvido também nesse sentido de encontrarmos uma solução a esses grandes entraves, ao encontro de uma solução mais efetiva da reforma do Poder Judiciário, que um dia será

ainda objeto de uma grande polêmica nacional. Espero que isso seja temário das grandes reformas que o Brasil tanto precisa nos próximos anos e no Congresso Nacional.

Encerro minhas palavras para dar a voz ao companheiro Roberto Carlos, também comentando muito brevemente a minha satisfação pela luta política em torno da prefeitura de Juazeiro. Sei que o companheiro Roberto Carlos disputa a prefeitura, por ele fico contente, mas fico feliz pela boa performance do companheiro Isaac Carvalho, que é o candidato do PC doB àquela prefeitura, que tem 33% da preferência do eleitorado daquele município.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância; muito obrigado, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados e parabéns companheiros da Justiça que se encontram aqui presentes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Roberto Carlos pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas, povo que prestigia esta Casa, funcionários da imprensa, motivado pelos pronunciamentos dos deputados Paulo Rangel e Álvaro Gomes é que vim a esta tribuna falar sobre Juazeiro. Nós estamos disputando o cargo de prefeito daquela cidade e eu gostaria de reafirmar o meu compromisso com aquele município, porque ele já cansou de falsas promessas, de belos discursos e de tanto abandono.

Chegou o momento e o povo de Juazeiro está tendo coragem para dizer: queremos mudança. E vai mudar. A mudança que Juazeiro quer, Sr. Presidente, é que favoreça as camadas sociais mais simples. Há 130 anos, os prefeitos da cidade de Juazeiro têm discriminado a maioria da sua comunidade e feito política para empresários, para as camadas sociais mais altas.

Que saudade do PCdoB., daqueles discursos bonitos que defendiam a classe operária, e hoje ele vem à tribuna dizer como é bom ver um empresário do PCdoB ser prefeito de Juazeiro. Que saudade desse PCdoB histórico que ia para as ruas e defendia os operários, os menos favorecidos. Hoje estou vendo um PCdoB defendendo empresário. Empresário não é instituição de caridade, todo mundo sabe disso. Se o empresário colocar 10 reais, ele vai querer ganhar empresariando na frente.

Quero também ressaltar aqui o deputado Paulo Rangel ao dizer que o governador Jaques Wagner tem a única candidatura em Juazeiro, que é do PT. Não, deputado, V.Ex^a está enganado. O governador Jaques Wagner me garantiu que estará no meu palanque. Assim como Joseph Bandeira, como V.Ex^a falou, comeu sal e poeira com o governador, eu também comi.

Não foi a primeira vez, foi a segunda que votei em Wagner o comi sal e poeira com ele. Mesmo sabendo que o meu partido, o PDT, aqui em Salvador, comprando uma brigada com a estadual e com a nacional, eu e o prefeito João Henrique fomos a Brasília comunicar ao ministro, naquela época presidente do PDT nacional, e dissemos a ele que aqui na

Bahia o governador era Wagner e que o presidente da República era Lula. Pois bem, comi sal e poeira com o governador, não estou arrependido e vou comer quantas vezes o governador estiver para ser candidato.

Agora quero reafirmar a nossa candidatura, que não tem dono, não tem patrão, não tem empresário; ela nasceu do sentimento verdadeiro do povo que cansou de belos discursos e de muitas promessas. Juazeiro é uma cidade de 230 mil habitantes e não tem um cinema, perdemos todas as referências culturais. Juazeiro pariu Ivete Sangalo, que lá não tem um fã clube, pariu João Gilberto, que nunca fez um show em Juazeiro, pariu Daniel Alves, desportista, jogador de futebol do Barcelona e que não tem uma fundação, uma escolinha de futebol em Juazeiro.

Por que perdemos as nossas referências culturais? Porque nenhum prefeito que passou por Juazeiro conseguiu fazer política para resgatar essas culturas da nossa cidade. Vamos conseguir sim, porque o sentimento da população de Juazeiro é verdadeiramente de uma mudança radical, porque não agüenta mais tanto sofrimento, chegou a hora da mudança, o povo está dizendo que vai mudar. Estamos ouvindo todo mundo, as camadas sociais mais simples, porque elas querem a mudança.

Agora, Sr. Presidente, quem não sabe quanto custa um pedaço de pão para comer, quem nunca dividiu um pedaço de chão para morar, quem nunca teve uma viração...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado Roberto Carlos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Concluindo, Sr. Presidente.

(...) para sobreviver, quem fica rico sem trabalhar, Sr. Presidente, não vai defender o povo pobre, humilde, não.

Fui camelô com muita honra, vendi pão...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- (...)e estou pronto para ser prefeito de Juazeiro, com o apoio do governador Wagner e do presidente da República, porque sou da base e comi sal e poeira com o governador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder dos Democratas, para falar e indicar o orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, estão disputando, aí, o presidente Lula, o governador Wagner, estão comendo sal, poeira, e não sabemos em que palanque ele vai subir. É uma situação meio difícil, é igual a Salvador, o governador disse que vai se abster. Os outros ficam dizendo: Lula é meu. Outros, Wagner é meu. Então, dou a palavra por 4 minutos do meu horário, do partido ao nobre representante da região de Juazeiro e da

Bahia, deputado Pedro Alcântara, ex-Líder do governo nesta Casa e um dos melhores parlamentares que esta Casa tem.

O Sr. PRESIDENTE:- E os outros 6 minutos dará ao deputado Misael?

O Sr. Heraldo Rocha:- Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, agradeço ao grande deputado Heraldo Rocha, amigo particular, colega médico, por me conceder esses 4 minutos do DEM aqui nesta tribuna.

Em primeiro lugar, hoje, para mim, é um dia feliz, porque o primeiro voto que darei nesta Casa, no meu retorno, é ao pessoal da Justiça e quero fazer uma homenagem especial a Maria José, amiga que sabe tanto quanto, como Líder do governo aqui nesta Casa, o canal era aberto, inclusive fui homenageado pelo próprio sindicato pelo diálogo e compromisso com uma categoria tão importante que são os serventuários do Judiciário baiano.

Por isso quero parabenizá-los por essa conquista que conseguiram a duras penas, aqui, acreditando, e hoje, retorno a esta Casa e o primeiro voto que darei é para uma causa mais do que justa. Esse compromisso eu já havia dito à própria categoria que, retornando, eu estaria aqui para votar.

Mas, Sr. Presidente, a mídia da Bahia, a mídia maior, a mídia da capital dá muito destaque à eleição de Salvador, em páginas e páginas de jornais, e cidades importantes, como Juazeiro, Conquista, Itabuna, Ilhéus, Feira de Santana, Alagoinhas, às vezes, ficam fora da avaliação da grande mídia do nosso Estado.

Mas a situação em Juazeiro começou a esquentar, Sr. Presidente, haja vista que o debate está vindo à tona nesta Casa. Há um candidato, um empreendedor oriundo da agricultura, dos projetos de irrigação, onde começou a sua vida, filho de pequeno colono, agricultor e, hoje, um empreendedor do agronegócio, cidadão que evoluiu na vida. É isto que desejamos a todos: evolução moral, intelectual, cultural, profissional. Essa é a natureza, a conquista de quem é capaz e competente e que conseguiu fazer em torno de sua candidatura, filiado ao PCdoB, partido que tem história no País, uma aliança ampla em que vai PCdoB, PSDB, PP, PR, PTdoB, PTC. Realmente uma ampla aliança, deputado Heraldo Rocha, que cresceu e lidera as pesquisas.

Disse muito bem o deputado Roberto Carlos na tribuna desta Casa: “O povo de Juazeiro quer mudança”. E a mudança chegou com um cidadão que hoje lidera 60% do interior e 40% dentro, em termos relativos, na cidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Se o pleito fosse hoje, estaria consagrada a eleição do Sr. Isaac. Ganhamos o primeiro tempo. Venho propiciando o guia eleitoral, que é o outro tempo da campanha, e quem realmente tiver propostas vai conseguir lograr êxito. Eu acredito piamente na vitória de Isaac Carvalho, que conseguiu fazer um arco de alianças forte, atualmente lidera as pesquisas, tem no PR a

sua vice, que já foi vice eleita no governo passado, do professor Rivas, e ampla possibilidade de vencer, pois os números apontam a sua eleição para a Prefeitura de Juazeiro.

Isso é fruto do trabalho de um cidadão, deputado Heraldo Rocha, que emprega um sem-número de pessoas, centenas delas nos seus empreendimentos e não tem uma questão na Justiça do Trabalho. Essa é uma das qualidades dele. Mais de quinhentas pessoas com empregos diretos e indiretos, e não tem uma ação na Justiça do Trabalho contra suas empresas. É esse o candidato que estou apoiando. E eu não estou fazendo diferente do que fiz há quatro anos, não, quando fui candidato a prefeito de Juazeiro dizendo que nem a continuidade de Joseph Bandeira nem a ascensão de Misael Aguilar à prefeitura! E hoje o povo juazeirense clama por mudança, e com certeza ela acontecerá porque os juazeirenses não suportam mais a troca de poder entre o atual prefeito, Dr. Misael Aguilar, e o ex-prefeito Joseph Bandeira.

Portanto, acredito piamente na vitória de Isaac. E as urnas vão dizer quem será o futuro prefeito de Juazeiro. Não adianta pressa, deputado Paulo Rangel, não adianta contrariar a vontade de um povo. E nós sabemos hoje que a tendência de Juazeiro à mudança é muito grande. Está aqui o testemunho do meu amigo vereador Paganini Junior, que, embora esteja em palanque diferente, com certeza sabe que o espírito da mudança chegou a Juazeiro, e fortemente. Sem dúvida o PCdoB fará o prefeito de Juazeiro aliado ao PR, que cedeu a vice.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Concluindo definitivamente.

Quando Lula quis ganhar a Presidência da República, foi escolher no meu partido o seu vice, José Alencar. Hoje, o PCdoB escolhe no PR o vice para ganhar a eleição em Juazeiro e governar muito bem. Essa é a história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, é um samba do crioulo doido. Mas acredito que Juazeiro representa uma hora muito importante nesta Casa com três grandes representantes, os deputados Roberto Carlos, Misael e Pedro Alcântara, e alguns aderentes.

Deixarei para tratar da situação do Hospital Irmã Dulce amanhã. Inclusive já requeri que a superintendente da OSID venha a esta Casa depor na Comissão de Saúde.

Queria dizer a V.Ex^a que com a palavra o deputado Misael Neto, filho do meu amigo prefeito de Juazeiro. E ao deputado Roberto Carlos que naquela cidade conheci dois

grandes prefeitos, meu particular amigo deputado federal Jorge Khoury e o atual prefeito, Misael Aguilar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Misael, pelo tempo restante de 4 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, não pensei que viria hoje para falar da situação política de Juazeiro. Acho que temos lá uns candidatos, diversas opções para o eleitor escolher. Preferia aqui discutir a questão de todo o funcionalismo público do Judiciário, que nesta terça vai ter um sonho realizado na votação do projeto de cargos e salários.

Queria escutar o deputado Heraldo Rocha falar da questão da saúde, do Hospital Irmã Dulce. Mas, já que provocado por diversos parlamentares, alguns filhos daquela terra e outros que por lá passam em busca de votos e apoio político, tenho que vir a esta tribuna.

Confesso que concordo com o deputado Roberto Carlos e com o deputado Pedro Alcântara que Juazeiro tem um espírito de mudança. E essa mudança, senhoras e senhores, foi feita há 4 anos quando o governo do PT sucateou a Prefeitura de Juazeiro; quando o governo do PT entregou a prefeitura a Misael Aguilar com mais de 4 meses de salários atrasados; quando o governo do PT entregou ao prefeito Misael Aguilar os lixos revirados nas ruas; os funcionários públicos não recebiam, no comércio não circulava dinheiro e os fornecedores só negociavam com a Prefeitura de Juazeiro recebendo à vista.

Então, senhoras e senhores, a mudança em Juazeiro foi feita. A mudança foi feita com o prefeito Misael Aguilar, que conseguiu reoxigenar a Prefeitura de Juazeiro. Hoje, a prefeitura tem crédito; hoje, a Prefeitura de Juazeiro paga em dia; hoje, Juazeiro representa o 4º PIB agrícola do Brasil; hoje, a cidade que mais emprega no interior da Bahia é Juazeiro. A mudança foi feita, senhoras e senhores, há 4 anos. E a mudança, com a vontade do povo, vai continuar por mais 4 anos.

Temos pesquisas para todos os gostos em Juazeiro. Acho que essa pesquisa do PCdoB foi encomendada pelo mesmo instituto que, no passado, mostrava um candidato, que obteve 5 mil votos na cidade, em primeiro lugar, com quase 50% dos votos. Deve ter sido o mesmo instituto. Pesquisa essa da qual só sabemos pelos corredores; pesquisa essa que não foi publicada, não foi divulgada.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MISAEL NETO:- Então, senhoras e senhores, a verdade há de prevalecer.

Espero que as eleições de Juazeiro, mais uma vez, transcorram na maior normalidade. Houve um incidente, um atentado na caminhada política do prefeito Misael Aguilar. E agora, há essa denúncia no Município de Luís Eduardo Magalhães. Então, quero que as eleições, não só em Juazeiro, mas na Bahia, transcorram na maior normalidade, em paz, e que o debate político prevaleça.

Concedo o aparte ao deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Nobre deputado Misael Neto, queria solidarizar-me com V.Ex^a em seu pronunciamento, e dizer que é um orgulho muito grande para o PMDB da Bahia ter recebido a filiação do prefeito Misael, que tem transformado o Município de Juazeiro.

Recentemente, o ministro Geddel esteve na Cidade de Juazeiro, anunciando obras, investimentos, recursos para o município, e a notícia que tenho, eu que ando pelo interior deste Estado, é que Juazeiro vem-se transformando num canteiro de obras. Então tenho certeza que a Cidade de Juazeiro, o povo de Juazeiro fará Justiça e escolherá o melhor para assumir os destinos dessa terra tão querida.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MISAEL AGUILAR:- Com sua tolerância, Sr. Presidente, gostaria de conceder um aparte ao deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Misael, quero, neste momento, até porque os Democratas fazem parte dessa chapa encabeçada pelo PMDB, na pessoa do prefeito Misael Aguilar, e sendo V.Ex^a membro do nosso partido, dizer que temos muito orgulho de contar no quadro com um expoente, um jovem deputado que tem qualificado o debate nesta Casa. E não tenho dúvida de que o povo de Juazeiro haverá de fazer o seu julgamento político.

Esperamos, como bem coloca V.Ex^a, que o debate seja travado no campo das idéias, até porque há também aqui deputados, colegas nossos, que são candidatos. É legítima a pretensão de qualquer um, mas acreditamos no projeto político do deputado Misael Neto para o município, do prefeito Misael Aguilar e também do candidato a vice, que é do Democratas. Portanto, desejamos todo o sucesso, todo o êxito, honrando as tradições dos bons quadros políticos que essa terra tem trazido para a Bahia e para a Região Norte do nosso Estado.

Portanto, a nossa alegria de tê-lo no quadro e vê-lo, também, neste momento, lutar bravamente, defendendo o seu posicionamento por acreditar, em seu entendimento, e também no nosso, que Juazeiro haverá de fazer a sua escolha de forma sensata, democrática, escolhendo, quem sabe, Misael Aguilar e o vice do Democratas, honrando as tradições, principalmente o nome do jovem deputado que muito nos honra no Parlamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. MISAEL NETO:- Incorporo seu aparte.

Sr. Presidente, agradeço sua tolerância.

Só para reforçar, a coligação Por Amor a Juazeiro, encabeçada pelo prefeito Misael Aguilar, do PMDB, conta com o apoio do Democratas, na pessoa do candidato a vice, Hamilton Ferreira, pessoa humilde, que vem das classes mais humildes.

E vamos à luta em Juazeiro e em toda a Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Antes de passar a palavra ao próximo orador gostaria de dizer que a Presidência esta enviando um convite a todos os Líderes partidários para uma reunião na Presidência no dia 20 às 9h para negociar projetos oriundos dos parlamentares .

A Presidência está enviando um ofício a todos os Líderes partidários para no próximo dia 20 às 9h, na Presidência, tentarmos chegar a um acordo com relação aos projetos dos parlamentares.

Estamos convidando com antecedência para que os Líderes participem dessa reunião, vez que a reunião dos Líderes foi suspensa porque eles não compareciam. Não diria todos , mas a maioria esmagadora. Portanto, ficam convidados os Líderes para no dia 20 às 9h na Presidência com parecerem à reunião sobre projetos de parlamentares.

O Sr. Elmar Nascimento:(inaudível).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Pois não, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, quero apenas registrar que eu era um dos poucos líderes que participava das reuniões e parabenizar V. Ex^a pela iniciativa . V. Ex^a chama a responsabilidade para si em um momento importante , pois não podemos aceitar que a Casa fique paralisada e não vote projeto nem de deputado nem do Executivo .Quero dizer também que estamos dispostos a sentar com V. Ex^a e o Líder do Governo para elaborar um cronograma de votação para que as eleições não atrapalhem o processo de funcionamento da Assembléia Legislativa e que , pelo menos , dois dias por semana tenhamos um processo de votação na Casa . V. Ex^a está de parabéns e conta com a nossa boa vontade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT ou da Maioria para falar pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente falarão no tempo do Partido dos Trabalhadores o companheiro Paulo Rangel por 5 minutos e o deputado Bira Coroa pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Servidores da Justiça, Srs. da Imprensa, quando adentrava ao plenário escutei o pronunciamento do deputado Misael e quero não só aqui demonstrar a minha discordância em relação àquilo que foi colocado, mas lembrar ao deputado que quando o nosso companheiro, Joseph Bandeira , no ano de 2000, foi eleito ele encontrou a prefeitura de Juazeiro em uma si-

tuação caótica , em virtude, inclusive, de empréstimo tomado pela Prefeitura de Juazeiro junto à Caixa Econômica Federal. Esses débitos não foram honrados e esse fato, Sr. Presidente, fez com que na gestão do companheiro Joseph Bandeira, no final inclusive da sua gestão ele sofresse o sequestro de verbas por parte do governo federal, o que dificultou o final da sua gestão fazendo com que houvesse atrasos no pagamento do funcionalismo.

A gestão de Joseph Bandeira durante os quase 3 anos foi uma gestão referência para toda a região do Estado da Bahia principalmente na área de saúde, área essa que está hoje totalmente desmantelada , com o povo de Juazeiro tendo que ir até Petrolina para receber uma assistência médica mais digna já que na cidade de Juazeiro os serviços da área de saúde não funcionam, portanto, não são oferecidos à população.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que o companheiro Joseph Bandeira é, sem dúvida alguma, uma das maiores lideranças políticas que já atuaram na região do rio São Francisco, homem que quando sai às ruas é acompanhado por amplas massas mobilizadas; isso nos dá a certeza de que Juazeiro, a exemplo do Brasil, a exemplo do Estado da Bahia, também vai votar 13, até porque se trata de um grande gestor, de um amigo do presidente da República, companheiro Lula, amigo do governador Jaques Wagner, alguém preparado, capaz de colocar a cidade de Juazeiro no verdadeiro caminho do progresso.

Realiza-se, em Juazeiro, hoje, uma grande disputa. Ninguém discute mais a possibilidade de continuidade da atual gestão. Creio que o gestor atual, sem nenhum exagero, deve estar colocado no 3º lugar nas pesquisas, devendo ser essa a sua posição final, ou até bem abaixo da posição que hoje ele está colocado. Portanto, acho que Juazeiro da Bahia, a exemplo de Sobradinho que é vizinho, vai ser 13, como foi o Brasil, a Bahia e as mais de 70 cidades de nosso Estado.

Era isso que tinha para colocar nesse momento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Bira Coroa pelo tempo de até cinco minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, servidores desta Casa, imprensa, serventuários da Justiça de nosso Estado, faço uso da palavra para consolidar o que na tarde de hoje vem sendo colocado em todos os pronunciamentos: a importância e o reconhecimento de mais uma categoria de nosso Estado, os serventuários da Justiça que ora estão aqui acompanhando o desfecho de um processo de luta que se arrasta por mais de 10 anos. É bom dizer que se trata de reconhecimento e de valorização profissional. O momento que estamos vivendo é também uma conquista desta Casa por sua responsabilidade e participação, mas os méritos não estão nos nobres deputados e sim na categoria, pela perseverança, força da luta e, acima de tudo, disposição.

Quero saudar as representações sindicais e, em nome delas, todos os beneficiados por essa lei que logo em breve, ainda no dia de hoje, estaremos votando. Por isso é bom

destacar que fica, como referência para o trabalhador, o fato de que a luta e a conquista não estão distantes e não caminham isoladas. Hoje é um dia que coroa uma conquista a partir desse processo de luta. Muitos serventúrios que já não estão entre nós deram suas contribuições, muitos que talvez não venham a ser beneficiados pela lei que hoje será aprovada. Os que aqui estão e estarão na linha do benefício, sem dúvida, não podem esquecer que foi um processo de luta e não um benefício doado ou concedido por quem quer que seja. Mas quero destacar a importância de um governo popular, pois a partir dele já é permitido que categorias sejam respeitadas e tenham direito de intervenção. Sem sombra de dúvida, essa é também uma conquista do povo baiano ao eleger o governo que aí está.

Sr. Presidente, quero, além de parabenizar todos os serventúrios por este momento de aprovação dessa lei, que, com certeza, tem a participação ativa desta Casa, aproveitar para, mais uma vez, destacar a importância e o compromisso das Bancadas ao criarem todas as condições favoráveis a essa aprovação no dia de hoje, criando e cumprindo um compromisso firmado antes do início do recesso parlamentar do ano em curso. Mas quero também, aproveitando um pouco do tempo que ainda resta, destacar que na última semana estivemos em uma região do Estado da Bahia, a Chapada Diamantina, cumprindo um compromisso com o meu partido, Partido dos Trabalhadores, e a nossa militância.

Tive oportunidade de circular em nove municípios da Chapada e destacar a onda vermelha que vem crescendo exatamente naqueles municípios e naquela região, a exemplo Rui Barbosa, onde iremos eleger o prefeito, para dignificar e moralizar a ação do poder público municipal e garantir cidadania a todos os munícipes. Assim também, em Macajuba, Nova Redenção, dentre outros que eu poderia destacar naquela região, o que vem ocorrendo em muitas regiões do Estado da Bahia. Destaco que o povo da Bahia vem conseguindo reconstruir a sua própria história a partir da afirmação e da manutenção do estado democrático.

É isso que quero destacar, porque na trajetória desse fim de semana tivemos que fazer um enfrentamento em um dos municípios onde o gestor público ainda se acha o dono do município e tentou impedir que um ato público de inauguração de um comitê conjunto entre o PMDB e o PT fosse realizado, impedindo os servidores públicos de participar, utilizando inclusive a ação policial para prender os carros de som que estavam divulgando o ato, como uma prova de que o vestígio e a ação perversa dos governos passados ainda tentam perdurar no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Há um requerimento assinado por todos os Líderes partidários: o Líder da Maioria, deputado Waldenor Pereira, deputado Gildásio Penedo, Líder da Minoria, deputado Roberto Muniz, Líder do Bloco PP/PRP, e deputado Elmar Nascimento, Líder da Bancada do PR.

(Lê:) “Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, o Líder da Bancada do PR, bem como o Líder do Bloco PP/PRP, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V.Ex^a a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo, o Projeto de Lei n° 17.299/2008, de autoria do Ministério Público, que altera as Leis n°s 8.966, de 22 de dezembro de 2003, e 10.703, de 01 de novembro de 2007, que dispõem sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos, reajustam os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores, e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, e dá outras providências.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- (Lê) “*Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei n° 17.299/2008, de autoria do Ministério Público, o qual 'altera as Leis n° 8.966, de 22 de dezembro de 2007, que dispõem sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos, reajusta os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores, e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, e dá outras providências.'*

Encaminha, à Assembléia Legislativa, o Exm° Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado, projeto de lei propondo alteração nas Leis n°s 8.966/2003 e 10.703/2007. As referidas leis dispõem sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos e reajusta os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores e os cargos em comissão do Ministério Público Estadual.

A proposição ora em análise 'trata das alterações relativas à complementação de dispositivos, com o intuito de fortalecer o suporte legal das práticas de recursos humanos deste Ministério Público e a atualização remuneratória dos seus servidores para o ano de 2008', conforme registra o Exm° Sr. Procurador-Geral de Justiça na exposição de motivos que acompanha o projeto, que versa, entre outras matérias, sobre regras para fins remuneratórios, incidência de descontos e deduções da Gratificação por Competências - GPC, e dispõe sobre a Gratificação pelo Exercício Funcional em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - RTI. Além disso, cuida também a proposta da atualização remuneratória dos servidores do MP, com o reajuste linear de 4,46% a partir de setembro do corrente ano.

Por fim, é destacada ainda na exposição de motivos a irrelevância do impacto financeiro das medidas propostas, 'porquanto a participação da despesa total de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida em 2008 ficará em 1,74%, abaixo, portanto, do limite prudencial de 1,90%.'

O projeto não recebeu emendas. Opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Ministério Público.”

Este é o parecer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado João Carlos Bacelar no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em primeira discussão o Projeto de Lei nº 17.299/2008 do Ministério Público.

PROJETO DE LEI Nº 17.299, DE 12 DE JUNHO DE 2008.

Altera as Leis nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, e 10.703, de 01 de novembro de 2007, que dispõem sobre o Plano de Carreiras e Vencimentos, reajusta os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores, e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 11 a 14, 18, 21 e 22 da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 11.** A gratificação instituída na forma do art.10 desta Lei será paga conjuntamente com os vencimentos do cargo e não servirá de base para cálculo de qualquer outra vantagem, integrando a remuneração apenas para efeito de:

- I.** cálculo da remuneração de férias;
- II.** abono pecuniário resultante da conversão de parte de férias a que o servidor tenha direito;
- III.** gratificação natalina.

§ 1º Sobre a parcela da gratificação incidirão os descontos legais, obrigatórios e facultativos, na forma de legislação específica.

§ 2º As deduções da remuneração do servidor, decorrentes de faltas injustificadas ao serviço, alcançarão, em igual proporção, a parcela relativa à gratificação.” (NR)

“Art.12.

§ 1º Fica assegurada aos atuais servidores efetivos com regime de trabalho de 30 (trinta) horas e aos ocupantes de cargo em comissão neste Ministério Público a percepção da Gratificação pelo Exercício Funcional em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - RTI, com o objetivo de remunerar o aumento da produtividade decorrente de regime integral e dedicação exclusiva, e realização de trabalhos especializados.

§ 2º A Gratificação pelo Exercício Funcional em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - RTI poderá ser concedida ao servidor no limite percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) e máximo de 150% (cento e cinquenta por cento), conforme estabelecido em regulamento.” (NR)

“Art. 13. Somam-se, indistintamente, os períodos de percepção da Gratificação por Competência - GPC e das gratificações pelo Exercício Funcional em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - RTI e por Condições Especiais de Trabalho - CET, para efeitos de recebimento da Gratificação por Competência nos afastamentos decorrentes de Licença Prêmio e sua incorporação aos proventos de aposentadoria.” (NR)

“Art. 14

§ 1º O concurso, conforme critérios estabelecidos no respectivo Edital, consistirá em exame de conhecimentos gerais e específicos e, sendo o caso, aferição de títulos.

§ 2º O ingresso na carreira de Motorista, além da aprovação em concurso público, tem como requisito a experiência mínima de 2 (dois) anos nessa função.” (NR)

“**Art. 18.** A movimentação de servidor ocupante de cargos de Assistente Técnico-Administrativo, Motorista e Analista Técnico, observados os critérios de competência, experiência profissional e interesse da Administração, poderá ocorrer nas hipóteses de:

I. remoção, mediante a mudança de exercício para órgão ou unidade integrante da estrutura do Ministério Público do Estado da Bahia, conforme regulamento específico;

II. regime de disposição, quando se tratar de mudança de exercício para órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal, do Ministério Público e da Defensoria Pública.” (NR)

“**Art. 21.** A disposição de servidor de que trata o inciso II do artigo 18 desta Lei se dará somente nos casos de exercício de funções de chefia, direção e assessoramento.

Parágrafo único. A liberação de servidor para atender ao estabelecido neste artigo observará, cumulativamente, os requisitos:

I. ter cumprido o período de estágio probatório;

II. quantitativo de cargos efetivos do Ministério Público estar adequadamente suprido;

III. interesse do Ministério Público do Estado da Bahia.” (NR)

“**Art. 22**

§ 1º

.....

.....

.....

§ 5º O Ministério Público do Estado da Bahia publicará, anualmente, o quantitativo de:

I. progressões por nível de cada classe;

II. vagas por classe de cada carreira, para promoção.” (NR)

Art. 2º O parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 10.703, de 01 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º**

Parágrafo único. Na opção de que trata o *caput* deste artigo serão observados o curso de escolaridade superior e as atuais atividades desenvolvidas pelo servidor, mediante anuência da Administração.”(NR)

Art. 3º Os valores dos vencimentos e das gratificações dos cargos efetivos e em comissão dos servidores do Ministério Público do Estado da Bahia passam a ser, a partir de 1º de janeiro de 2008, os constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 4º Aplicar-se-á o reajuste de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento) aos vencimentos e gratificações fixados no Anexo Único desta Lei, a partir de 1º de setembro de 2008.

Art. 5º Os proventos e pensões serão revistos na mesma proporção e condições previstas nesta Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários do exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Parágrafo único. Ficam assegurados, na cota orçamentária do Ministério Público do Estado da Bahia, para o próximo exercício, os recursos correspondentes ao impacto decorrente desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em de junho de 2008.

Jacques Wagner

Governador

ANEXO ÚNICO

VIGÊNCIA: 1º DE JANEIRO DE 2008

ANALISTA TÉCNICO

Classe	Vencimento (R\$)	
	30 horas	40 horas
I	1.608,06	2.144,02
II	1.849,26	2.465,62
III	2.126,65	2.835,47
IV	2.445,65	3.260,79

Classe	Gratificação por Competência (R\$)		
	Nível		
	1	2	3
I	913,56	1.004,90	1.421,22
II	1.705,47	1.876,01	2.063,61
III	2.476,34	2.723,98	2.996,36
IV	3.595,65	3.955,21	4.350,73

ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E MOTORISTA

Classe	Vencimento	
	30 horas	40 horas
I	867,59	1.156,75
II	954,35	1.272,43
III	1.049,78	1.399,67
IV	1.154,76	1.539,64

Classe	Gratificação por Competência (R\$)		
	Nível		
	1	2	3
I	511,66	613,98	736,79
II	884,15	972,56	1.069,82
III	1.283,78	1.412,16	1.553,37
IV	1.864,06	2.050,46	2.255,50

CARGO	VENCIMENTO (R\$)
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	537,90

**CARGO EM COMISSÃO
VIGÊNCIA: 1º DE JANEIRO DE 2008**

Símbolo	Cargo	Vencimento (R\$)
CMP – 7	Superintendente	4.397,62
CMP – 6	Assessor de Gabinete	3.463,13
	Assistente Militar	
	Diretor	
CMP – 5	Assessor de Comunicação Social I	2.518,63
	Coordenador Técnico	
	Assessor Jurídico	
	Ajudante de Ordens	
	Assessor Técnico Pericial	
CMP – 4	Assessor de Comunicação Social II	1.967,69
	Assessor Administrativo	
	Assessor Técnico	
	Assessor Técnico de Inteligência	
	Coordenador Administrativo I	
	Gerente	
CMP – 3	Coordenador Administrativo II	1.509,84
	Gerente Administrativo Regional	
	Oficial Administrativo I	
CMP – 2	Coordenador Administrativo III	754,80
	Oficial Administrativo II	
CMP – 1	Oficial Administrativo III	452,87

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de 20 minutos.

Convido o deputado J. Carlos para presidir a sessão enquanto me ausento por alguns minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento, para discutir o projeto pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. Servidores do Poder Judiciário, desde antes do recesso a nossa Bancada havia se posicionado favoravelmente à aprovação do Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Judiciário e ficamos satisfeitos que o governo tenha chegado a um bom termo. Ontem, quando o Líder da Oposição nos apresentou o requerimento de dispensa de formalidades, fizemos questão de ser os primeiros a assinar. É sempre uma satisfação muito grande quando podemos, de certa forma, dar a nossa parcela de contribuição a que seja levado a um bom termo um projeto de lei que é resultado da mobilização da categoria do Sindicato dos Servidores do Judiciário e que irá beneficiar essa classe.

Assistimos, nos últimos dias, nos jornais, a uma celeuma muito grande que terminou por uma, digamos, discussão, via mídia, entre o atual e o ex-governador a respeito da blindagem de um carro. Se, de um lado, parece que a questão de um carro blindado é uma coisa pequena – e, neste instante, quero solidarizar-me com a Bancada de Oposição para dizer que não conheço nesta Casa, quer na Bancada de Oposição quer na do governo ou na

Independente nenhum deputado imbecil. Pode ter até outro tipo, outros defeitos, mas imbecil não conheço nenhum –, acho que a Casa Militar do Governo trouxe um mau momento.

É didático, deputado Clóvis Ferraz. Isso é simbólico. Quando nós vivemos índices cada vez maiores e mais alarmantes de violência no Estado, por falta de uma política voltada à diminuição da violência, por falta de projeto voltado para a área da Segurança Pública, deputado Capitão Tadeu, acho que um chefe de Estado mandar blindar um carro não transmite uma boa imagem para a sociedade. Em que situação ficam as pessoas que transitam nas ruas? Não é o valor. Não é a discussão se um chefe de Estado, ou chefe de governo, pode ter ou não direito a um carro blindado. Mas o Sr. Governador, que anda com batedores, um sindicalista que anda com batedores, com a segurança dos policiais da Casa Militar, mandar blindar um carro, logo pensamos: “E nós? E a sociedade? E o povo em geral, como é que fica?” Qual o atentado que vai haver contra o governador? Nunca ouvi falar de ter atentado nenhum contra governador aqui e nem em nenhum outro Estado. Isso é didático. É simbólico e amedronta a nossa sociedade. Parece irrelevante. Mas foi inoportuna essa decisão do governo, em especial da Casa Militar, de mandar blindar um carro.

No início do ano passado, deputado Capitão Tadeu, assistimos aqui a uma reunião do Tribunal de Justiça para a qual todos nós fomos convidados. Fez-se um estardalhaço na presença do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Benito Figueiredo, do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Marcelo Nilo, nos representando, e do governador do Estado, quando foi assinado um protocolo de intenções denominado “Avança, Bahia”, “Acelera, Bahia”, um negócio desses. Eu queria saber do Líder do governo que projeto foi esse, que propostas foram essas, porque não tenho conhecimento, deputado Capitão Tadeu, V.Ex^a, que é dedicado a essa área da Segurança Pública, é um membro da Comissão de Segurança, presidente da Subcomissão de Segurança Pública desta Casa, em que se constituiu esse protocolo de intenções. Quais foram as ações?

Eu tive, ontem, uma reunião com especialistas na área de segurança, e alguns delegados me disseram que, à época, deputado Capitão Tadeu, da transição, foi passado para o Sr. Governador uma diagnóstico da situação da Segurança Pública do Estado. Esse diagnóstico apresentava a necessidade urgente de investimentos na área, a exemplo da necessidade de 600 viaturas só para repor as que haviam sucateado. É claro que isso não é uma responsabilidade do governo de, de um dia para outro, ter uma vara de condão. Mas é preciso fazer um plano, deputado João Carlos Bacelar. Porque o secretário da Segurança Pública esteve aqui, Dr. César Nunes, e disse que tinha muita coisa para fazer, apresentou um plano, mas em tudo botava: “Depende de suplementação orçamentária, depende de suplementação orçamentária...” E, quando vamos examinar a execução orçamentária do governo na área da Segurança, investiram-se menos de 20% do que está previsto para investimento. Aí, ficamos na dúvida se é capacidade de gestão.

As pessoas me diziam: “Uma coisa seja a área que for, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a, que já foi secretário de Estado em duas oportunidades, seja que tema for, inclusive a Segurança Pública, não se precisa de um delegado como secretário, o que precisa é de gestor. Secretário se faz assessorar, contrata consultorias, manda fazer curso fora. O que preci-

sa é de um gestor que identifique os problemas e saiba executar, saiba gerir a secretaria. E parece-me que não existe em nenhuma das secretarias do Estado. Hoje falo aqui sobre a segurança pública!

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Deputado Elmar, peço-lhe dois minutos.

Encontra-se sobre a mesa o seguinte requerimento: (Lê): Requeiro, nos termos do art. 89, parágrafo único do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 300 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.”

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa)
Aprovado.

Retorno a palavra a V.Ex^a.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Portanto, deputado Heraldo, preocupa-nos bastante a Polícia Civil estar relegada a um segundo plano. Talvez ela seja a mais importante de todas porque é a Polícia Judiciária, aquela que investiga. E que crimes! Aí surge o crime desorganizado, deputado Capitão Tadeu, cujo efeito danoso é pior para o Estado, pior até do que o causado pelo crime organizado, que, com a inteligência da polícia, se tem como combater.

Como não se dá condições à Polícia Civil de atuar, o crime desorganizado impera porque impera também a impunidade. As pessoas não sabem a quem reclamar, a quem se dirigir, porque o policial civil, que deveria estar nas ruas investigando para que sejam punidos os crimes, hoje está custodiando presos. Infelizmente hoje grande parcela da Polícia Civil do Estado, em vez de se dedicar à investigação dos crimes para trazer solução, está custodiando presos que estão mantidos nas cadeias públicas em vez de ficarem nos presídios até que seja feito o julgamento.

E o que acontece com os bons policiais, aqueles que desvendam crimes, aqueles que se destacam? Ao invés de serem premiados, são perseguidos, deputado Heraldo Rocha! Vou dar um exemplo: a delegada Dra. Marilda da Luz descobriu a gangue dos grã-finos, aquela de Lauro de Freitas. Ela desvendou. Foi premiada pelo então delegado-chefe da polícia, João Laranjeiras, e lhe foi entregue - esse foi o desastre dela - o inquérito da Fonte Nova para fazer o relatório. Depois que produziu o inquérito de forma imparcial, está colocada em disponibilidade. Uma pessoa capaz, competente e que demonstrou seu valor está em disponibilidade, na fila. Não faz mais nada, não trabalha. E o pior é que a política de segurança pública do Estado tem duas peças: a Polícia Militar, que faz a repressão, e a Polícia Civil, que hoje não tem a cabeça, não tem o planejamento porque está entregue à cúpula da Segurança Pública do Estado toda, a delegados federais que atualmente custam uma fortuna para a Bahia sem dar a correspondente produção no combate ao crime.

Apresentamos requerimento, deputado Heraldo Rocha, a ser encaminhado ao Sr. Governador, porque no site *Transp@rência* não se consegue identificar nada, para saber-mos quanto é que se gasta com esses policiais federais. Porque têm custo! E a política de eficiência, deputado Fernando Torres, presidente da Comissão de Segurança Pública, o princípio da eficiência? É irrazoável que se gaste uma fortuna em viagens, diárias e cursos

para policial federal que está passando uma chuva aqui. Porque muda o governo ou muda a cúpula da Secretaria da Segurança, eles saem. Quem deveria estar sendo treinado são os policiais de carreira, sejam militares ou civis, nunca o policial federal, porque este tem de ser treinado e remunerado pelos cofres da União.

E o pior de tudo, deputado Heraldo Rocha, é que esses policiais foram cedidos pela União no ano passado. Passou um ano daquela seleção, está vencida a portaria, o salário deles tem de ser repassado pelo Estado à União, mas há seis meses não é. A remuneração, eles estão recebendo da União. O Estado não repassa nos termos em que eles foram cedidos. Portanto, a portaria não foi renovada, e eles estão todos ilegalmente ocupando as funções. Está o diretor-geral nessa situação, com todos os atos eivados de nulidade, e isso vai dar nulidade de licitação, dos contratos que estão sendo assinados com a Secretaria da Segurança Pública,...

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- V. Ex^{as} estão inscritos. -(...) das nomeações, a desencadear um processo de colapso na segurança pública mais do que já está havendo.

E vou citar aqui, deputado Capitão Tadeu, uma tragédia anunciada, para depois não dizerem que não sabiam, como fizeram com Fonte Nova: o Complexo Policial dos Barrios só tem capacidade para 50 presos, mas, hoje, há 350 numa área populosa, na qual, quando houver uma rebelião e a polícia intervir, vão morrer inocentes e a tragédia vai ser pior que a da Fonte Nova. Disse aqui ontem e estou dizendo, novamente, hoje, 12 de agosto - podem até dizer que não sabiam de nada -, mas estou dizendo, aqui da tribuna, hoje: é uma tragédia anunciada, existem relatórios de delegados à cúpula da Segurança, e ninguém toma providência. O Ministério Público tem que tomar parte disso, tem que intervir, porque existem 350 presos onde só cabem 50, e o local foi preparado e construído para 50.

A estrutura da Delegacia de Furtos e Roubos foi criada pelo coronel Luiz Arthur de Carvalho há 30 anos e funciona com o mesmo efetivo até hoje, apesar da evolução da criminalidade.

Foi sugerida a criação de uma delegacia especializada no combate ao crime eletrônico, porque todos os dias estão a existir assaltos nos caixas eletrônicos, os quais não existiam no passado, e não se cria essa delegacia. A delegacia de periferia é uma só, aprovamos a criação de oito delegacias, que não foram instaladas. Há só uma delegacia em Periperi para cuidar de 500 mil pessoas.

Portanto, o governador tem, desde a época da transição, encaminhado pela Associação de Delegados - e quero, deputado Fernando Torres, que a Comissão de Segurança Pública traga a esta Casa para ser ouvida a presidente da Associação de Delegados, o presidente do Sindicato - um diagnóstico da situação da Segurança Pública.

Quero ouvir, inicialmente, o deputado Heraldo Rocha; depois, o deputado Gildásio Penedo Filho e, por fim, o deputado Zé Neto.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Elmar Nascimento, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. V.Ex^a, que é um advogado, um parlamentar atuante, traz uma série de fatos que estão concorrendo para o aumento da criminalidade e da violência não só em Salvador e na Região Metropolitana mas também em todo o Estado da Bahia.

Digo a V.Ex^a que o problema da Segurança Pública é de gestão. V.Ex^a está corretíssimo quando diz que falta competência gerencial na aplicação dos recursos públicos. V.Ex^a alerta que – e o deputado Gildásio Penedo Filho já o fez por diversas vezes - o desenvolvimento da aplicação dos recursos da Secretaria da Segurança Pública é ínfimo, é uma das secretarias que menos aplicou os recursos.

Ora, deputado Elmar Nascimento, pela pequena experiência que tive de 13 meses, quando fui secretário da Justiça, o preso não é dessa secretaria da secretaria da Segurança, é do Estado. Não se viu ainda neste governo nenhuma medida sequer que possibilitasse criar um sistema penitenciário, nenhuma atitude tomada por este governo seja nas delegacias, seja no sistema penitenciário. O que falta a esse governo é gestão, é gerenciamento de uma política pública voltada para a Segurança Pública.

Parabéns, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Agradeço e incorporo o aparte de Vossa Excelência.

Com o aparte o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Elmar Nascimento, inicialmente, quero me associar ao elogio do deputado Heraldo Rocha a V.Ex^a, que realmente deu um depoimento extremamente consubstanciado nesta tarde, demonstrando um pouco do verdadeiro e cruel retrato da Segurança Pública do nosso Estado nesses últimos tempos.

Já havíamos denunciado que se soma a essa denúncia de V. Ex^a uma série de denúncias e de medidas equivocadas que ficaram marcadas por um verdadeiro contraste do que se chama gestão pública de segurança pública. O governo contratou, deputado Yulo Oiticica, V. Ex^a, que é também um deputado afeito a essa área, e comprou, por dispensa de licitação, os *contêineres*, à revelia dos delegados de polícia; investiu 1,3 milhão de reais, que estão aí desperdiçados. E nós vamos entrar com uma representação junto ao Ministério Público para responsabilizar aqueles que usaram o dinheiro de forma equivocada.

É um governo, deputado Elmar, que pára uma, duas semanas para discutir mudança de cor do fardamento da Polícia Militar. É um governo que comprou recentemente, deputado Tadeu, viaturas com a cor original, marrom, e gastou uma fortuna para fazer plotagem, deputado Bira Coroa, e mudou a cor para azul. E agora o governo contrata blindagem de carro.

É uma série de políticas equivocadas que já se mostraram extremamente nocivas à população baiana. Mudou-se o secretário da Segurança Pública, o delegado-chefe da Polí-

cia Civil, o comandante-geral da Polícia Militar e, infelizmente, os resultados não aparecem. Sabe por quê, deputado Zé Neto ? Não adianta mudar os personagens desse enredo triste, dessa verdadeira fase caótica vivida pela Segurança Pública. E, enquanto isso, a Bahia vive amedrontada e o crime dominando, infelizmente, o cenário do nosso Estado.

Portanto, quero parabenizá-lo e mostrar que V. Ex^a traz dados importantes, chama a atenção para que assuntos como esse sejam corrigidos e equívocos maiores não venham a acontecer. Parabéns, deputado Elmar.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao meu pronunciamento e queria dizer que eu seria leviano se eu fosse atribuir a responsabilidade pela violência a esse um ano e meio do governo Wagner. Agora, quero alertar para o quadro em que se encontra o Estado e dizer que medidas urgentes precisam ser tomadas, e, infelizmente, não estão sendo, muito pelo contrário.

E V.Ex^a traz uma denúncia aqui que eu também recebi ontem. Os carros da Polícia chegaram aqui, deputado Clóvis Ferraz, como sempre. Foram comprados como estava descrito no edital da licitação, na cor marrom, e foram, depois, plotados na Uranus Comunicação. Gastou-se uma fortuna para se plotarem todos os carros na Uranus e transformá-los em azul. Está sobrando dinheiro no governo, parece. Está sobrando dinheiro para comprar armamento, viaturas, porque se gasta dinheiro plotando carros que chegaram prontos para serem utilizados.

E o pior de todas as denúncias: todas as nomeações e remunerações – isso vai de encontro à política do Partido dos Trabalhadores -, tudo tem que passar na SERIN. Não é mais o delegado-chefe que faz. E foi por isso que o Dr. Laranjeiras não resistiu, teve que sair. Toda nomeação de delegado agora tem de passar na Secretaria das Relações Institucionais do governo. Não quero crer que seja verdadeira essa denúncia que trouxe a Associação de Delegados de Polícia.

Portanto, esse tema Segurança Pública é preciso ser debatido, é da nossa competência. Não podemos deixar que aconteça uma coisa que eu achei inimaginável aqui na Bahia: uma cela para um bandido chefe do crime organizado, vulgo Perna, onde havia duas geladeiras, freezer, TV colorida, dinheiro, arma, acesso à mulher, e o sujeito ainda ficava com a chave da cela. Nunca pensei que isso pudesse acontecer. E, se isso acontece nesse nível, precisa ser repellido urgentemente, porque não podemos transformar Salvador no Rio de Janeiro em termos de crime organizado.

Ouçõ com prazer o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu queria registrar o seguinte. Eu ouvi do DEM a expressão “ fase caótica”, e acho que isso é uma ofensa. A outra coisa que foi referida é falta de pessoal, aí eu concordo. Tanto é que neste governo são 1.170 policiais civis que estão sendo contratados e que passaram 10 anos esperando um concurso. E não se podia fazer outro concurso porque estava suspenso o anterior. V. Ex^a sabe o que é isso. Essa é uma questão do Direito. São 3.200 policiais militares , porque por três anos não se fez concurso público. E nós vamos contratar agora 3.200 policiais. Praticamente, 3 anos sem nenhuma contratação. Nós

elaboramos o concurso no ano passado, estamos treinando e estamos botando para funcionar. Foram 3 novos presídios entregues. Então, apenas para não colocar as questões pontuais e que devem ser trabalhadas, mas lembrar de uma fala em que V.Ex^a foi muito feliz: é não colocar apenas a situação atual como a que gerou todo esse processo. Aliás, a situação atual é fruto de um desmando de muitos e muitos anos.

Agora, o que não dá é para ouvir coisas como o que disse há pouco o deputado Gildásio Penedo, chamar de caótica a situação da segurança pública do Estado, como se fosse construída em 1,5 ano. Desculpe-me, isso é, no mínimo, algo extremamente irracional.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Concluo, Sr. Presidente.

Apenas dizer que trouxe esse tema aqui porque essa situação (...)

(O deputado Zé Neto fala concomitantemente com o orador)

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Para mim pouco importa a responsabilidade. O que importa é a situação que nós vivemos e o que vai ser feito para o futuro, porque não podemos deixar essa situação de violência prosperar em nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de até 20 minutos.

Srs. Deputados, há um orador na tribuna.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras...

(O deputado Zé Neto fala concomitantemente com o orador)

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, deputado J. Carlos, o deputado Zé Neto parece que não tomou gardenal hoje, ele está excitado. O que é isso deputado? V.Ex^a além de estar excitado está mal informado. Não estou entendendo a reação do deputado Zé Neto.

Nós sempre estivemos acostumados às críticas aqui. Aliás, quando o deputado Zé Neto estava na Oposição só havia críticas ferrenhas aqui, fazia obstrução o tempo todo, votava contra tudo e contra todos. Qualquer projeto que viesse para esta Assembléia, se fosse do Executivo, o deputado Zé Neto era o primeiro a votar contra, não queria saber se era de interesse da população ou não.

Essa não tem sido nossa postura aqui nesta Casa. A nossa postura hoje, como Oposição, os eleitores nos colocaram como oposição, mas não ao povo da Bahia, não aos projetos bons, e essa é a nossa posição. Todos os projetos que venham a esta Casa, se forem

bons, benefícios para a população, beneficiar qualquer segmento, beneficiar funcionários públicos, beneficiar servidores da Justiça, do Ministério Público, enfim, nós sempre estaremos aqui votando a favor.

Não fazemos obstrução pela obstrução. Não votamos contra porque somos contra. Não é essa a nossa postura, que era a dos deputados de Oposição no passado. Por isso não entendemos a reação do deputado Zé Neto, que, aliás, está mal informado: ele acabou de dizer que a não sei quantos anos não se faz concurso. Os concursados da Polícia Militar, o concurso foi realizado agora em 2006, no governo de Paulo Souto, que já deixou tudo certo para serem efetuados os contratos. Não se contratou porque entrou o período eleitoral, no final de 2006, então não poderia se contratar, e agora estão sendo contratados os 3200 policiais, concurso que foi feito pelo governo Paulo Souto. Está mal informado, o deputado Zé Neto.

E nós podemos falar muito bem até sobre a questão de segurança, sobre os problemas que estão acontecendo, hoje, na segurança do Estado da Bahia, porque é um problema de gestão, realmente, como disse o deputado Elmar Nascimento. Falar aqui, como fez de forma crítica o deputado Zé Neto quanto à questão da nomeação, que o deputado Elmar falou que está sendo, hoje, nomeado, tem que passar pela Secretaria de Relações Institucionais do Governo. Ora, nós acabamos, o governo passado, governo César Borges, governo Paulo Souto acabou com os chamados delegados de calça-curta, instituiu o concurso para delegado. Foi feito concurso para todos os municípios do Estado da Bahia, foram mais de 800 delegados concursados, contratados e nenhuma nomeação desses delegados passava pelo crivo do governo, a não ser pelo secretário de segurança, que tinha autonomia para nomear os delegados para os diversos municípios do Estado da Bahia. Não havia nenhuma interferência política, até que acabou, deputado Elmar Nascimento, com a questão do delegado de calça curta exatamente para evitar a interferência política. E se quer voltar isso agora? O delegado, para ser nomeado, tem que passar pela Secretaria de Relações Institucionais do Governo? Não estamos entendendo que esse é o governo que se diz republicano. Onde está o republicanismo? Nós estamos querendo saber. Espero que essa denúncia não seja verdadeira, porque se for nós estamos tendo um retrocesso.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras servidores, serventuários da Justiça, nós estamos hoje chegando a um objetivo comum, que é a votação do Plano de Cargos e Salários dos servidores da Justiça. Aqui não há vencedores nem vencidos; o que há é que estão sendo atendidos os reclames dos serventuários, que desde maio estão lutando para que sejam atendidos nesse processo de votação do Plano de Cargos e Salários.

Claro que o governo antes colocou uma série de dificuldades que agora estão sendo sanadas. Eu quero parabenizar o Líder da Maioria, os Líderes dos Blocos Independentes por terem assinado esse acordo de dispensa de formalidades para votar, hoje, esse projeto. E parabenizar também o Líder da Maioria, do governo, pela pressão que sofreu e estar, nesse momento, assinando o requerimento de dispensa de formalidades.

Esta Casa é a Casa dos contrários, é a Casa da discussão dos processos democráticos, é a Casa onde são discutidos todos os projetos que vêm para aqui e o nosso objetivo

não é obstruir, estamos apenas fazendo o processo de discussão, esse é o nosso objetivo. E desde o primeiro momento a Minoria nesta Casa se colocou favorável, até porque nós, deputados, representantes de diversos municípios do interior do Estado, recebemos dos serventuários que servem nas diversas Comarcas nesses municípios, vários pedidos para que votássemos esse projeto, e nós sempre nos colocamos favoráveis.

Até porque também, no passado, o Líder do governo Paulo Souto aqui, fui presidente desta Casa e nunca colocamos dificuldades aqui para votarmos qualquer projeto vindo do Judiciário, seja dos serventuários, seja como a Lei Orgânica da Magistratura, aumento do número de desembargadores, enfim, nós sempre votamos favoravelmente aqui na Casa, nunca colocamos nenhuma obstrução, quando éramos governo, e não vamos nos colocar contra agora.

Por isso, deputado Zé Neto, nós podemos falar muito bem sobre qualquer situação, porque nunca estivemos contra nenhum projeto que viesse para aqui do Judiciário. O que me estranha, deputado Zé Neto, eu acho que agora V.Ex^a está mais calmo, deve ter tomado algum calmante, mas V.Ex^a tem surtado muito ultimamente, é porque caçaram a sua candidatura de prefeito, lá em Feira de Santana, o deputado Sérgio Carneiro lhe deu uma rasteira lá, então V.Ex^a tem estado muito nervoso.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para colocar de vez um ponto final nessa celeuma, como disse aqui o deputado Elmar Nascimento, que começou quando o governador teceu algumas críticas aos parlamentares, inclusive colocando palavras...

Acho que foi um momento infeliz do governador Jaques Wagner quando disse que era uma atitude imbecil dos deputados da Oposição na Casa discutir a blindagem de um carro. O que colocamos aqui é que era um momento totalmente inoportuno em razão da situação de insegurança que vive a população baiana. Isso nós colocamos.

E o que o ex-governador Paulo Souto fez foi encaminhar uma carta ao Líder da Oposição, deputado Gildásio Penedo, Líder da Minoria, solidarizando-se com o Líder e com os deputados. Vou ler esta carta, que não contém qualquer ofensa ou bate-boca com o governador Jaques Wagner, até porque o ex-governador Paulo Souto sempre foi um homem de conduta ética, e que, nos 2 períodos em que governou este Estado, jamais interferiu nem procurou interferir nos outros poderes, numa postura, eu diria, totalmente democrática.

Nunca recebemos qualquer pressão quando o ex-governador Paulo Souto assumiu o cargo. Estou nesta Casa há 14 anos, fui Líder do governo Paulo Souto, fui presidente da Assembléia, e nunca recebemos aqui qualquer pressão, até porque o ex-governador Paulo Souto sempre agiu democraticamente, respeitando a autonomia dos outros poderes. O Poder Judiciário e o Poder Legislativo, ele sempre os respeitou.

Por isso, ele é, sim, governador Jaques Wagner, um democrata. V.Ex^a afirmou que o governador Paulo Souto não pode ser comparado a um arauto da democracia, mas eu afirmo que sim, porque o governador Paulo Souto nunca procurou...

O que estamos vendo, ultimamente, nesses 2 anos, é que o Poder Executivo tem procurado, sim, em determinados momentos, fazer pressão sobre esta Casa Legislativa. Em

alguns episódios, foi feita muita pressão aqui sobre os deputados da Base do governo para que votassem determinados projetos, tomassem determinadas atitudes, numa interferência indevida no Poder Legislativo.

Na carta, o ex-governador Paulo Souto, vou lê-la, diz o seguinte:

(Lê) “*Exmo. Sr.*

Deputado Gildásio Penedo

Líder das Oposições na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia

Prezado Deputado

O comportamento equilibrado e moderado das autoridades, quando sujeita a algum tipo de crítica, é fundamental para manter a civilidade nas relações políticas, sendo essa responsabilidade tanto maior quanto mais alto o cargo ocupado e principalmente quando envolve as relações entre poderes.

Quando esse comportamento adota uma linguagem violenta e ofensiva induz a uma sinalização muito ruim para todos os protagonistas da cena política, estimulando atitudes que não contribuem para os melhores propósitos da política.

Foi sem dúvida desproporcional a reação do Exmo. Sr. Governador do Estado da Bahia a uma crítica absolutamente normal da Oposição em relação a um ato administrativo do Governo. São perfeitamente compreensíveis opiniões contrárias ou a favor do ato, e nesse caso, como de costume, a crítica da Oposição foi feita dentro dos padrões de educação política invariavelmente adotados pela bancada liderada por V. Excia.

A violência da reação a uma simples crítica, taxando a oposição de desqualificada e seus membros de imbecis, é um sinal muito ruim de intolerância e de autoritarismo.

Não poderia absolutamente deixar de registrar a minha solidariedade aos deputados ofendidos, talvez até desnecessária pelo despropósito da agressão.

Tenho certeza que a ofensa não vai amedrontar a Oposição do pleno exercício do seu papel político e constitucional, que tem desempenhado, nem tampouco leva-la a adotar o mesmo tipo de comportamento, que não contribui em nada para o debate dos temas que interessam a nossa população.

Peço a V. Excelência que transmita a todos os seus pares a minha renovada confiança de que continuem a exercer, como têm feito até aqui, com sensatez e equilíbrio, o papel que lhes foi destinado por parte muito expressiva dos baianos.

Atenciosamente

Paulo Souto”.

Esta foi a carta que o ex-governador Paulo Souto enviou ao deputado Gildásio Penedo em solidariedade aos deputados da Oposição.

Estranhamos a manchete que o jornal *A Tarde* coloca hoje: *Governador e ex entram no bate-boca*. Primeiro, o governador Paulo Souto não é afeito a esse tipo de política

do bate-boca. Nunca fez isso! Ele apenas encaminhou uma carta ao Líder da Oposição na Assembléia Legislativa, solidarizando-se com os deputados pela colocação despropositada do governador Jaques Wagner, que tachou os deputados da Oposição de imbecis. Não aceitamos essa pecha, Sr. Governador Jaques Wagner, até porque não a merecemos e não há nenhum imbecil nesta Assembléia Legislativa, seja da Oposição, seja da Situação. Não há nenhum! Este Poder tem de ser respeitado. Só se pode respeitá-lo se forem respeitados os seus membros. Por isso consideramos infeliz a colocação do Sr. Governador.

Está no jornal *A Tarde* de hoje que o governador “... *continua achando o maior besteiro se discutir sobre a questão da blindagem do carro.*” Consideramos normal a blindagem do carro para o Exm^o Sr. Governador usar ou para qualquer que seja a autoridade que necessite disso. O que consideramos despropositado e anormal é o momento por que passa a segurança do Estado, a delicadeza do momento em que toda a população está acéfala. Por isso não consideramos um momento oportuno para se fazer isso. Não consideramos que isso seja um besteiro.

Esta Casa, a Minoria, as oposições nesta Casa vão continuar, sim, fazendo as críticas, desde quando elas sejam procedentes. Fomos eleitos e estamos na Oposição porque o povo assim o quis. Fomos eleitos para representar uma grande parcela da população baiana. Aqui estamos atentos. Esta Casa, além de fazer as leis, votar as leis, tem o papel de fiscalizar o Executivo nos seus atos. As oposições têm um papel fundamental no processo democrático. Vamos exercer esse papel que nos cabe neste momento, seja fazendo as críticas quando são necessárias, seja votando os projetos que vêm a esta Casa, projetos que beneficiem a população do Estado da Bahia. Por isso vamos estar aqui atentos e defendendo o processo democrático.

Nada mais importante na democracia do que uma minoria vigilante. É isso que estamos fazendo nesta Casa e vamos continuar a fazê-lo. Por isso nós, inclusive num ato também de desagravo ao ex-governador, quando o governador Jaques Wagner disse que o ex-governador Paulo Souto “... *não parece ser o maior arauto da democracia para estar dando lições.*”... Primeiro, o ex-governador não quis dar nenhuma lição. Ele apenas mandou uma carta em solidariedade ao Líder da Oposição e aos deputados que foram ofendidos, sim, pelo governador Jaques Wagner. O ex-governador Paulo Souto é um democrata, sim. Sou testemunha, somos testemunhas. Ele nunca fez nenhuma pressão sobre este Parlamento, nunca quis interferir, nem interferiu nos seus mandatos de governador (por dois mandatos governou este Estado de uma maneira ética, de uma maneira civilizada e governou para todos os baianos). Por isso, nós defendemos, sim, a postura do governador Paulo Souto nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós iremos votar a favor do projeto do Judiciário, o Plano de Cargos e Salários dos servidores. Mas gostaríamos, como fiz aqui, de fazer essas colocações para pôr um ponto final nessa polêmica, nessa celeuma da questão do carro blindado do governador Jaques Wagner, que eu respeito muito, acho que foi um momento infeliz quando fez essas colocações e o considero um democrata.

Então, peço que o governador continue governando os baianos, mas que mantenha a sua governança e que olhe para os baianos nas questões mais prementes que realmente assombram os baianos nesse momento, que são segurança pública, saúde e educação. A segurança está um caos. Nós acreditamos que não é mudando as peças do xadrez, mudando os secretários, comandantes etc, consideramos competentes as pessoas que estão entrando, mas que não é mudando essas peças que vai mudar a questão da segurança se não houver uma gestão eficaz. Tem que haver uma gestão eficaz. É isso que a segurança está precisando, de gestão para que realmente venha a ter os resultados que toda a população baiana espera, que é a segurança para toda a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao nobre deputado Gildásio Penedo pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, o deputado Zé Neto, do PT, com todo o respeito que tenho a V.Ex^a, às vezes perde um pouco do bom-senso aqui na Casa. Nós temos feito uma oposição aqui de forma muito criteriosa, responsável, sempre tratando as questões no mais alto nível até porque é isso que interessa à população da Bahia, é essa a nossa posição, deputado Zé Neto. Por mais que V.Ex^a tenda a levar o discurso para o campo pessoal, nós não vamos entrar nesse equívoco. Essa tem sido a nossa posição. V.Ex^a insiste em que votemos, nós vamos votar o projeto hoje.

É importante que a Casa tome conhecimento, principalmente os servidores e serventuários, que a Casa Legislativa vem funcionando, desde a última segunda-feira, praticamente esvaziada, deputado Heraldo Rocha. O governo já tentou aqui, salvo engano por três oportunidades, inclusive por seus principais líderes, derrubando a sessão ordinária em plena luz do dia. A sessão se iniciava e o governo a derrubava. As Comissões Temáticas da Casa não funcionam há quase 10 dias, o governo não permite que sua Bancada se faça presente àquelas comissões, fazendo com que o Legislativo baiano, nesse momento, viva um momento ruim, arranhando ainda mais a nossa imagem. E o deputado Zé Neto não quer sequer que os deputados, deputado Elmar Nascimento, venham aqui cobrar e chamar a atenção de assuntos graves.

O deputado Elmar Nascimento coloca que é um deputado da base independente, não tem intenção de criticar o governo pela crítica. Ele foi muito honesto nas suas palavras. O único que está protegido na Bahia, nesse momento, é o governador Jaques Wagner que comprou um carro blindado, enquanto a população vive desassistida. O deputado Zé Neto quer colocar e quer sair do debate sem trazer números importantes. É importante, deputado Javier Alfaya, V.Ex^a, que preza pelo bom debate, pelo debate com conteúdo, deputado Zé Neto, V.Ex^a fala em relação à construção de presídios no Estado, e eu tenho aqui dados do

próprio governo Jaques Wagner. A execução orçamentária do seu governo é pífia. Dinheiro não é problema para esse governo.

É importante que a Bahia tome conhecimento. Deputado J. Carlos, V.Ex^a tem noção de quanto foi arrecadado só de ICMS nesse primeiro semestre de 2008? Eu vou dizer a V.Ex^a: são 10 bilhões de reais, uma arrecadação superior a quase 14% do que foi arrecadado no ano passado.

Definitivamente, dinheiro não é problema para Jaques Wagner; os cofres estão abarrotados. O problema é de gestão, de planejamento, é de competência, deputado J. Carlos. Sabe por que? Mesmo com recursos suficientes na Secretaria de Segurança Pública, mesmo com esse agravamento da área de segurança pública, o governo Jaques Wagner, até o dia 31.07.2008, deputado Javier, - dados do governo Jaques Wagner - para a área de investimento em segurança pública, essa área crítica, caótica do governo, havia uma previsão de cerca de 80 milhões de reais.

Sabe quanto foi investido até o momento, deputado Javier, até o dia 31. 07.2008, mais da metade do ano de governo? Pouco mais de 16%. Eu serei preciso, matemático, deputado Javier Alfaya. A Secretaria de Segurança Pública investiu exatamente até o momento 16,36% do seu orçamento para a área de segurança pública. Mesmo com todo o agravamento da área, olhe que estamos em mais da metade do ano, pouco mais de 16%, deputado Joélcio Martins.

A Secretaria de Direitos Humanos que poderia estar construindo presídios no Estado, deputado Zé Neto, sabe quanto investiu nessa área? Vou dizer a V.Ex^a: esta secretaria aplicou até o momento pouco mais de 11%, deputado Zé Neto. Exatamente, deputado Ferreira Ottomar, 11.13%. O problema é de gestão. Nós dizemos isso com muita tristeza, o governo é inoperante mesmo.

É bom que a Bahia tome conhecimento, deputado Heraldo Rocha, nós tivemos recentemente, veja a gravidade da área de segurança pública do nosso Estado: nós estivemos recentemente com o Dr. Hugo Acero, que é um especialista em segurança pública nacional e foi o principal responsável pelo trabalho efetivo de combate à violência numa das principais cidades do mundo, Bogotá, na Colômbia.

Esta cidade, no ano de 1993, no ápice da criminalidade daquele país, registrava a taxa de 83 homicídios a cada 100 mil habitantes. A terra do tráfico, a terra de Escobar. O mundo todo conhece a história da Colômbia. Pois bem, deputada Virgínia Hagge, lá, no auge da criminalidade, no momento mais crítico daquele governo e daquele país, se registrou uma taxa de 83 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Eu vou dizer um dado que estarrece pela grandeza: a Região Metropolitana, - são dados de um centro de estudo extremamente balizado - mostra que a continuar a crescente tendência de violência na Região Metropolitana, principalmente em Salvador, nós vamos, ao final de 2008, para a taxa de 67 homicídios a cada 100 mil habitantes. É importante que a Casa tome conhecimento.

Deputado Gilberto Brito, eu tenho procurado, e faço isso com muita tranquilidade, me esmerar e estudar muito consubstanciando os meus pronunciamentos em dados para não parecer nenhum tipo de tendência ideológico-partidária.

A média do Brasil representa hoje 28 homicídios a cada 100 mil habitantes. Salvador hoje já - hoje já! - tem uma média de 56 mortes por cada 100 mil habitantes. Portanto, é muito grave a situação da área de Segurança Pública do nosso Estado. Temos um agravamento. O governador Jaques Wagner, acho até que de forma muito equivocada, porque às vezes não se sustenta com a razão e o conteúdo o seu discurso, tentou nacionalizar a questão da segurança pública dizendo que esta era uma tendência nacional e que estava havendo aumento de homicídios em outros Estados. Não é verdade! Não é verdade! Pelo contrário. Nós temos dados que mostram que há uma tendência de redução no Brasil.

O Estado de São Paulo reduziu em 18% o número de homicídios neste ano de 2008. O nosso vizinho Sergipe, com características muito próximas das nossas porque é um Estado da região nordestina também governado pelo PT - tem lá o governador Marcelo Déda -, igualmente reduziu. Reduziu Minas Gerais, Goiás, Pernambuco. Este é uma área crítica, tem a Região Metropolitana do Recife que em valores absolutos é maior do que Salvador, mas também reduziu em quase 7% o número de homicídios. Portanto, é uma tendência de redução.

No entanto a Bahia hoje sofre com números que infelizmente, deputado Zé Neto... Digo isso com muita tristeza porque quem nos conhece sabe do nosso papel aqui enquanto Oposição. Temos sido extremamente responsáveis. Não queremos o “quanto pior, melhor”, não. Desejamos que a política de fato seja ajustada e que haja resultados concretos, mas infelizmente as mudanças, as táticas não têm trazido resultados.

É importante que a Bahia tome conhecimento, por exemplo, de um dado também estatístico, numérico, irrefutável, inquestionável. O investimento na área da segurança pública, deputado Javier Alfaya, que nos ouve com atenção neste momento, em 2006 representava mais de 12% do Orçamento. Em 2007, mesmo com este crescimento da violência, o governo Jaques Wagner reduziu para 11,73. Em 2008, mesmo com um agravamento ainda maior, diminuiu para 10,87.

O governo está indo na contramão. Não se faz segurança pública sem recursos financeiros, seja para dotar a polícia com equipamentos melhores, seja para remunerá-la com salários mais avantajados. Porém lamentavelmente a realidade é outra. O governador não encontrou ainda o nó da questão da segurança pública. Não encontrou! Tanto é assim que já se mudou o comandante da Polícia Militar, o delegado-chefe da Polícia Civil e o próprio secretário da Segurança Pública.

Há uma série de medidas equivocadas, deputado Zé Neto, que infelizmente de uma certa forma contribuíram para este avanço. Comprar um milhão e trezentos mil reais de *contêineres*, jaulas que estão aí agora desperdiçadas?! Denunciamos no início do ano, o governo insistiu. E de forma equivocada, porque logo na primeira compra 15 presos fugiram porque esqueceram, deputado Heraldo Rocha, de fechar a tampa dos contêineres. De-

pois foram incendiados. E está aí hoje a Justiça determinando a sua interdição imediata. Foi jogado fora, deputado Zé Neto, um milhão e trezentos mil reais! Esse dinheiro foi para o beleléu, jogado ao vento!

É um governo que pára um tempo para se debruçar e ver se vai mudar ou não a cor do fardamento da Polícia Militar, um governo que passa o tempo plotando... Isso é política de segurança pública, deputado Zé Neto?! Discutir se a cor da viatura é azul ou marrom?! Pelo amor de Deus, deputado J. Carlos! Efetivamente não é essa a melhor forma de combater os problemas da segurança pública em nosso Estado. Os números estão aí, infelizmente. E, por fim, agora o governador resolve resolver a sua situação própria. É redundância mesmo, porque é absurdo, é inoportuno o gesto de contratar uma empresa de blindagem por 44 mil reais para se beneficiar, deputado Heraldo Rocha, blindar seu carro, nada contra. Mas, e o resto da população? E o resto daqueles que infelizmente não têm essa condição avantajada de poder dotar-se de R\$44 mil para blindar automóvel, deputado J. Carlos? Está se fazendo política de segurança pública com engodo. O governador ainda não parou para assumir.

Nós fizemos um apelo desde o ano passado, mostrando o agravamento, pedimos a intermediação da Força Nacional de Segurança Pública. O governo faz vista grossa, não tem a humildade de reconhecer a falência, deputado J. Carlos, da sua política de segurança pública, e os números estão aí. Nós não estamos falando de um crescimento de 10% ou 12%, estamos falando de aumentos expressivos.

Em 2007, nós registramos um aumento de 42% a mais de homicídios na Região Metropolitana. No primeiro semestre de 2008, esse índice já chega a quase 60% a mais de mortes, de assassinatos. Está se matando por besteira. Claro que sabemos que o problema está ligado ao tráfico, então, tem que se combater com inteligência, equipar melhor a polícia de segurança e de inteligência. O que fez o governo? Extinguiu, deputado Javier Alfaya, havia dentro da polícia, a contra-polícia, os grupos de extermínio, que se extinguiram. Portanto, há uma série de equívocos deste governo no trato da questão da segurança pública.

O Sr. Javier Alfaya:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- com um aparte o deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Deputado Gildásio, V. Ex^a é um deputado que procura se informar de tudo que diz respeito à nossa Bahia e interpreta as informações de acordo com seu jeito e modo de fazer política pública, de acordo com os interesses que V. Ex^a defende, é um dos oradores mais presentes na tribuna desta Casa, razão pela qual tenho certeza de que V. Ex^a soube do seminário promovido por duas secretarias, na semana passada, realizadas essas atividades abertas ao público no Centro de Convenções.

Apesar e a despeito das dificuldades que estamos tendo na política de segurança pública, nosso governo, acho que é o primeiro do nosso Estado que faz de maneira pública, convocando entidades representativas da sociedade, segmentos políticos, igrejas, estâncias diversas dos poderes públicos, no terreno do Ministério Público, da Justiça e do Poder Exe-

cutivo, para debater abertamente as próprias mazelas da situação da segurança em nosso Estado e as propostas de políticas para a segurança pública.

Isso nunca aconteceu entre nós, não tenho registro de isto ter acontecido, esse debate franco e aberto, de se ouvirem críticas, reclamos e de se ouvirem até os familiares de vítimas de eventual violência cometida pela estrutura policial, que tem cometido violências indevidas, completamente descabidas contra segmentos da nossa população, especialmente, a juventude popular, negra em Salvador e em outros lugares da Bahia também, mas acho que V. Ex^a faz uma crítica, neste momento, estereotipada ao esforço que o governo tem feito de sistematizar, já tendo apresentado os pilares básicos de uma nova política de segurança pública.

Amanhã, teremos aqui o novo comandante da Polícia Militar do Estado da Bahia e, certamente, será uma outra oportunidade para se debater a política pública de segurança e desse jeito democrático, estamos construindo uma nova política, especialmente, com o início, agora, da aplicação de recursos no bairro Tancredo Neves, aqui em Salvador, provenientes do Programa Nacional de Segurança, que é implementado na Bahia com muita ênfase, muita dedicação e identidade por parte do nosso governo, coisa que provavelmente não tenha sido feita com muita acuidade no governo anterior. Portanto, tenho muita segurança acerca disso.

Procuró tratar o assunto da segurança pública com muito cuidado, porque, de fato, é muito sensível e me toca muito o problema da presença da repressão de maneira inadequada em relação a alguns segmentos e a ausência da repressão e da atitude e da ação de prevenção de segurança que as polícia tinham que ter, deverão ter e certamente terão aqui na Bahia no que diz respeito à desarticulação do possível ato criminoso que é o que interessa, que o ato não aconteça, que seja desmanchado antes que aqueles que estão organizando as ações o façam.

Deputado, com todo respeito a V.Ex^a, sempre tivemos um embate civilizado, não acho que deveríamos reduzir a abordagem crítica de V.Ex^a à segurança do Estado a uma política de pintar as viaturas ou homogeneizar a pintura em azul entre a polícia civil e a polícia militar; acho que se trata de uma proposta muito mais extensa de uma coisa mais profunda e tenho certeza de que V.Ex^a terá tempo de ler com mais cuidado os documentos sobre segurança pública, e já deve fazer observações críticas mais profundas que é o seu estilo de fazer intervenção neste Plenário.

Muito obrigado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Incorporo o seu aparte, deputado Javier Alfaya, infelizmente o que o governo tem apresentado como sugestões para a área de segurança pública são esses questionamentos, essa tem sido a tônica da atuação do governo, se muda ou não muda a cor da viatura, se compra ou não compra *contâineres*, se blinda ou não carro para o governador.

Gostaríamos de estar aqui tratando as questões de segurança pública com o respeito e a gravidade que o assunto exige, o problema é que de fato o seu governo com pro-

postas concretas para a área de segurança pública foi pautado nesse tipo de ações e infelizmente o resultado não tem aparecido.

Deputado Zé Neto, tenho certeza de que neste momento está apreensivo, às vezes se exacerba no trato e na fala, sei quanto isso lhe incomoda, não tenho dúvida que incomoda a V.Ex^a, incomoda a mim, incomoda a qualquer baiano que quer ver a sua Bahia crescer, melhorar a sua qualidade de vida. Sei que essa sua indignação é fruto do que está aí; esse seu desespero é resultado do que está vendo, tenho certeza de que é abordado na sua Feira de Santana, lá as coisas não têm sido diferente. Feira de Santana que era uma cidade relativamente pacata está manchada todos os dias nos jornais por assassinatos.

Deputado J. Carlos, V.Ex^a que é homem também ligado a área de transporte, sabe do número do aumento de assaltos a coletivos em Salvador. Tivemos uma informação de que na Ladeira dos Bandeirantes um assaltante matou há pouco um passageiro dentro do ônibus, deixando a população em polvorosa, e essa tem sido infelizmente a nossa retórica, a Bahia infelizmente vem ocupando a cada dia as manchetes negativas, deixamos de ser um atrativo, deputado Javier Alfaya, comprometendo o turismo, o Pelourinho está às moscas.

Espero que amanhã, deputado Waldenor Pereira, o novo comandante possa de fato apresentar propostas concretas, efetivas, para reduzir esse grave problema que assola a população baiana, é esse o nosso desejo; a nossa expectativa e esperança é de que o governador de fato possa assumir pessoalmente a questão da segurança pública, porque até o momento não passou de sugestões emblemáticas que infelizmente tem ido e tem sido marcado para o folclore baiano como: muda a cor de viatura, muda a polícia militar, blinda ou não blinda carro? E não se faz segurança pública.

Por isso, desejamos do fundo do coração, com a consciência tranqüila, que de fato se possa acertar no quesito de segurança pública do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o último orador inscrito para discutir o projeto, nobre deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da TV Assembléia, radioouvintes da Rádio Oposição... meu site é www.heraldorocha.com.br.

Quero ler um e-mail que recebi hoje e por uma questão de ética não vou dizer o nome da pessoa, e ela não me pediu reservas.

O ideal seria que cuidassem da segurança sem uso de blindagens, nós pobres baianos não temos mais nenhum prazer em sair de casa.

Vox populi, vox Dei, ou seja, a voz do povo é a voz de Deus.

Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas e Srs. Deputados, hoje, no expediente normal da Casa, tratei de um assunto que tem sido o foco do meu quinto mandato, que é, exatamente, da minha área: a Saúde . Se não bastasse o caos da Segurança Pública, a que a Bahia toda assiste, estamos, eu e vários parlamentares, desde o início desta legislatura, debatendo a grave situação que atravessa o Estado da Bahia no que diz respeito à saúde do nosso povo.

Esta Bancada de Oposição, na qual eu, particularmente, tenho tido uma luta em várias áreas, deu entrada no Ministério Público a várias representações em defesa de portadores de síndrome renal crônica, que foram submetidos a hemodiálise, e outros pacientes, que foram submetidos a transplantes de rins, vieram a perder os rins porque o Estado não lhes deu medicamento.

Isso é apenas é uma janela triste da história da saúde do nosso Estado. Se não bastasse o patrulhamento ideológico realizado pelo Exm^o. Sr. Secretário de Saúde do Estado da Bahia, estão brigando lá, de um lado, o Partido dos Trabalhadores e, de outro, o partido de V. Ex^a, deputado Javier Alfaya. A briga esta feia, e quem sofre com ela é o pobre, é o negro, é o analfabeto, é aquele que não tem plano de saúde , que não é funcionário público, é aquele que necessita do Sistema Único de Saúde e está morrendo nos hospitais por falta de UTIs.

Deputado Joel, V. Ex^a, que foi prefeito e é uma líder incontestada da região do Sisal, conhece a dificuldade que existe para internar um paciente nos hospitais de Salvador. Deputado Elmar Nascimento, estou com uma senhora de 80 anos, de Morro do Chapéu, município em que não sou votado, na Emergência do Roberto Santos, sem conseguir um leito na UTI. Ela vai morrer. Hoje, o filho dela me ligava, pela manhã, dizendo: “Mas, deputado, o senhor é médico, ponha minha mãe na UTI!” E eu respondi-lhe: “Meu filho, tudo que pude fazer já fiz”.

O Sr. Javier Alfaya – Um aparte, deputado.

Darei um aparte a V. Ex^a, chegarei a Vossa Excelência e dar-lhe-ei um aparte. Mas, Sr. Presidente...vou dar um aparte a V. Ex^a, é um honra ser apartado por V. Ex^a, que é o presidente da Comissão de Saúde desta Casa. Com todo o respeito que lhe tenho, essa é uma das primeiras vezes essa comissão não tem como presidente um médico, mas, como V. Ex^a é arquiteto, pode ser que, com a sua capacidade intelectual, a arquitetura do PT e do PCdoB vá resolver os debates sobre a Saúde em nosso Estado.

Mas como respeito V. Ex, repito, quero trazer à pauta um assunto, para o qual quero pedir seu apoio, pois sei que vou ter o desta Casa.

Após a publicação de duas matérias, na *Tribuna da Bahia*, de ontem e de hoje, uma das quais tem como título e “*Hospital de Irmã Dulce pede socorro*” e como teor “*Ele é o último refúgio para o pobre. Nasceu do esforço e da abnegação de uma freira que podia ser santa apenas pelos milagres que fez na Terra, pelas vidas que salvou e ajudou a salvar. Sozinho, atende uma legião de desassistidos. Fechando as portas, o hospital de Irmã Dulce pode deixar 4 mil pobres sem atendimento. Gente humilde não só de Salvador, mas de todo o Estado.*”

Tive a honra de ser estagiário desse hospital. Tive a hora, como secretário estadual do Trabalho e Ação Social, de implantar alguns serviços nas Obras Sociais de Irmã Dulce, porque elas não se limitam apenas ao hospital. Mas por que isso aconteceu, nobre deputado Javier Alfaya, deputada Neusa Cadore, deputado Ferreira Ottomar, companheiros serventuários da Justiça? Aconteceu por culpa única e exclusiva do Sr. Secretário da Saúde do Estado, e vou dizer o porquê. Contra fatos, deputado Gildásio Penedo, não há argumentos. Veja que quando V.Ex^a falou da segurança mostrou fatos, números que não temos como discutir.

Quando o Secretário da Saúde entrou, não vou entrar no mérito, já disse isso aqui várias vezes, já é uma matéria vencida na discussão, cancelou o convênio da Coopamed e contratou Reda. Foi aquele vexame, inclusive criando uma chacota em nível de Brasil, porque ele colocou anúncio nos jornais mais importantes do País convocando anestesistas para serem contratados por 23 mil reais. Meus colegas de turma que trabalham em outros estados ligaram para mim: “Mas Heraldo, o que é isso, esse secretário está maluco? Não contratou um. O anestesista ia morrer dando anestesia, porque ele tinha que dar 180 horas. Um absurdo, uma verdadeira ignomínia.

Muito bem. Como ele não pode contratar os médicos, especialistas, intensivistas, nefrologistas, anestesistas... Passava eu, deputado Gildásio, sábado, em uma carreta com nosso futuro prefeito de Salvador, por Cajazeiras, e vi o Hospital Maternidade Albert Sabin que nós visitamos em companhia do deputado João Carlos Bacelar e do deputado Sandro Régis, em nome da Bancada que V.Ex^a lidera, e vimos que lá não tinha anestesistas.

Na volta, quando a carreta terminou, fui a maternidade Albert Sabin e lá perguntei se já havia anestesista. Disseram: “Olhe, doutor, já tem.” Sabe quem era o médico que trabalhava na maternidade como anestesista? Uma ambulância que ficava parada na porta da maternidade. Quando a mulher chegava em trabalho de parto, se era um parto normal a enfermeira fazia, se era um parto que tinha alguma distocia, um parto complicado, eles colocavam dentro da ambulância e levavam para a maternidade Tsylla Balbino e para a maternidade Dr. José Zito que o Estado construiu no governo passado.

O que aí fez o Exm^o Sr. Secretário da Saúde do Estado? Contratou as Obras Sociais Irmã Dulce e a Fundação José Silveira. Foi o que eu disse aqui da tribuna, que ao invés de terceirizar a saúde da Bahia este governo “quarterizou”. Pois bem, as Obras Sociais Irmã Dulce cancelaram o convênio com o Estado, porque o Ministério Público denunciou que estava acontecendo irregularidades. Na Fundação José Silveira, a mesma coisa.

E o que aconteceu? O secretário da Saúde, Dr. Jorge Solla, o que fez? Está perseguindo o hospital de Irmã Dulce.

O hospital de Irmã Dulce é uma obra filantrópica, não pode ficar limitado a atender única e exclusivamente ao SUS (Sistema Único de Saúde). Ele tem que receber os recursos – que chamamos no Estado de subvenção social – de que o Estado dispõe e repassa para o Aristides Maltez, e tem que repassar para as Santas Casas e também para o Hospital Santo Antônio, das Obras Sociais Irmã Dulce.

O hospital de Irmã Dulce, não pode se limitar, deputado Waldenor, faço um apelo a V.Ex^a, que é o nosso Líder, a atender apenas aos procedimentos pagos pelo Sistema Único de Saúde. Por quê? Porque o Hospital Santo Antônio atende a quem chegar. Se a cota definida pelo Sistema terminar, ele terá que fechar as portas e não atender mais, como fazem outras clínicas particulares. Mas o Hospital Santo Antônio, não! E vai fechar! E quem vai fechar é esse governo, na próxima semana. Mas não vamos deixar.

Então, faço um apelo ao presidente da Comissão de Saúde, deputado Javier Alfaya. Enviei um convite à superintendente das Obras Sociais Irmã Dulce, e já foi publicado o meu requerimento, para que na próxima semana a Comissão de Saúde desta Casa, presidida pelo deputado Javier Alfaya, e todos os deputados desta Casa ouçam o depoimento da Sr^a Maria Rita Lopes Pontes, sobrinha da nossa querida e inesquecível Irmã Dulce.

O Sr. Javier Alfaya:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou dar-lhe o aparte. Vou dar-lhe o aparte.

(O deputado Javier Alfaya fala fora do microfone.)

O Sr. HERALDO ROCHA:- Não, de forma alguma. Quero o apoio de V.Ex^a para não deixarmos fechar o hospital de Irmã Dulce. Quero o apoio de V.Ex^a e do seu governo!

O déficit é muito grande.

Deputado, V.Ex^a, que é conterrâneo do secretário, não vai permitir que esse hospital feche.

(Lê) *“Médicos e profissionais do hospital justificam o quadro financeiro da unidade e o risco de seu fechamento com a defasagem no valor repassado pelo SUS que atualmente é de R\$ 4.282.347,24 milhões. O último reajuste no contrato que era para acontecer de forma anual ocorreu há cerca de dois anos.”*

Claro, claro, cristalino como água de rocha. Cristalino.

(Lê) *“Nesse período, segundo a equipe médica houve aumento na demanda e nos custos da unidade.”*

Claro, os hospitais do Estado estão com as portas fechadas. E quando um doente não vai para um hospital do Estado, vai para onde? Para o de Irmã Dulce.

Deputado Zé Neto, V.Ex^a conhece Feira de Santana, mas conhece também o Hospital Santo Antônio. V.Ex^a, inicialmente, defendia muito o secretário da Saúde aqui. Depois, deve ter havido algum atrito entre vocês dois, e talvez ele não tenha nomeado o diretor que V.Ex^a queria para o Hospital Clériston Andrade.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Nomeou.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Nomeou agora? Então já fez as pazes. V.Ex^a já deve ter nomeado o seu diretor lá. Ô povo que gosta de nomear! Ô povo que gosta de cargo. Se cargo ganhasse eleição, não íamos perder a eleição de Paulo Souto e nem Waldir Pires

teria perdido aquela eleição. Cargo não dá voto, não, tira. Se você dá um cargo a uma família de dez pessoas, nove ficam com raiva de você. Não vá por aí...

Deputado-presidente a coisa é séria. Sr. Presidente, inclusive agradeço até a presença de V.Ex^a, porque Dr^a Maria Rita ligou para V.Ex^a, e sei que...

O Sr. Javier Alfaya:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou lhe dar. V.Ex^a tem espaço aqui, depois V.Ex^a se inscreve.

Presidente, quero lhe fazer um apelo. V.Ex^a teve um papel importante no Hospital Aristides Maltez. Maria Rita me disse que inclusive havia ligado para V.Ex^a para vir a esta Casa. Ora, disse a ela hoje: o local importante é a Comissão de Saúde.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Pois não.

E tenho certeza de que V.Ex^a nos ajudará. ... solicitando ao deputado Javier Alfaya que, sem colocar requerimento em votação, nós vamos lá. Sr. Presidente, deputado Elmar, um minutinho, se o deputado Javier Alfaya não quiser atender Maria Rita na Comissão de Saúde, eu comuniquei a ela hoje que iremos ao Hospital Santo Antônio o mais rápido possível, iremos e convidamos os deputados do governo.

O Sr. Javier Alfaya:- Dê-me um aparte.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou lhe dar.

E convidamos os deputados da base aliada do governo, tenho certeza de que não ficarão insensíveis porque não vamos deixar, o povo da Bahia não vai deixar fechar o Hospital Santo Antônio.

As doações do hospital...

O Sr. Javier Alfaya:- Um aparte.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou lhe dar. V.Ex^a irá rebater desta tribuna.

(...) só chegam a 4%. Como é que um hospital, uma unidade daquela que é hoje um centro de estudos, tem residência médica, é um hospital que dá atendimento aos estudantes de Medicina, aos médicos recém-formados para que eles se especializem, pode viver com apenas 4% de doação.

Faço um apelo patético desta tribuna. Não poderia hoje, peço desculpas aos serventuários que foram obrigados a ficar aqui até agora, mas aproveitando o meu tempo de encaminhamento de projeto, trazer este assunto grave, normalmente quando chega esta hora não temos mais cobertura da imprensa, e não é essa a minha preocupação, a minha preocupação é com os pobres que não têm plano de saúde, não têm Planserv, não têm condição para pagar um atendimento digno, mas têm um atendimento digno no Hospital Santo Antônio.

Ai de nós políticos se não tivéssemos o apoio das Obras Sociais Irmã Dulce. Vá lá de manhã e veja as ambulâncias com pessoas que vêm do interior, de outros hospitais para serem atendidas no Hospital Santo Antônio.

Portanto, Sr. Presidente, deixe que o deputado Javier Alfaya venha contraditar desta tribuna o que eu disse: a saúde da Bahia é um caos. E a responsabilidade por esse caos no hospital das Obras Sociais Irmã Dulce é do governador. É o senhor, governador, é o senhor, porque o povo da Bahia votou no senhor, não foi no secretário. O povo da Bahia votou no senhor no primeiro turno, então o senhor é o responsável pelo fechamento das Obras Sociais Irmã Dulce.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado a unanimidade o projeto nº 17.299/08, de procedência do Ministério Público, que altera as leis nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, e 10.703, de 1º de novembro de 2007, que dispõe sobre o Plano de Carreiras de Vencimentos, reajusta os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia e dá outras providências.

Aprovado a unanimidade.

Gostaria de parabenizar V.Ex^{as} pelo alto índice de comparecimento dos parlamentares, são 57 Srs. Deputados presentes nesta sessão.

Há um requerimento assinado pelos Líderes, deputados Waldenor Pereira, da Maioria, Gildásio Penedo Filho, da Minoria, Roberto Muniz, do Bloco PP/PRP, e Elmar Nascimento, do PR.

(Lê) “Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, o Líder da Bancada do PR, bem como o Líder do Bloco PP/PRP, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Ex^a., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 17.281/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia; altera as Leis nºs 5.516 de 17 de novembro de 1989, 6.355 de 30 de dezembro de 1991, 6.955 de 04 de junho de 1996, 7.816 de 04 de junho de 2001, 7885 de 23 de agosto de 2001, 8.977 de 12 de janeiro de 2004, 9.653 de 09 de setembro de 2005, 10.555 de 13 de abril de 2007 e dá outras providências.”

Defiro o requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Zé Neto para relatar o projeto em foco de nº 17.281/2008, de procedência do Tribunal de Justiça.

O Sr. Zé NETO:- Sr. Presidente, para mim é um grande prazer poder relatar um projeto da importância deste que está em tela, no momento em que estamos, sem dúvida, focando o Judiciário como passo decisivo na reconstrução e na construção do estado de direito.

(Lê) “*Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.281/2008, de autoria do Poder Judiciário, o qual 'Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia; altera as Leis nºs. 5.516, de 17 de novembro, de 1989, 6.355, de 30 de dezembro de 1991, 6.955 de 04 de junho de 1996, 7.816, de 04 de junho de 2001, 7.885, de 23 de agosto de 2001, 8.977, de 12 de janeiro de :2004, 9.653, de 09 de janeiro de setembro de 2005, 10.555, de 13 de abril de 2007, e dá outras providências.'*”

Encaminha, à apreciação da Assembléia Legislativa, a Exm^a Sr^a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, projeto de lei dispondo sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário e propondo alterações em diversas leis que versam sobre vencimentos, gratificações e outras vantagens desses servidores.

As medidas propostas resultam 'do trabalho empreendido por comissão, instituída para esse fim pelo Tribunal de Justiça, por meio do Decreto Judiciário nº 047, de 12 de dezembro de 2007, atendendo, assim, a justa reivindicação dos servidores, no sentido do aprimoramento da gestão dos Recursos Humanos', conforme registra a Sr^a Presidente Tribunal em seu ofício encaminhando a proposição a esta Casa, onde é ressaltado ainda que 'o Plano de Carreiras e Vencimentos tem como referência central os parâmetros utilizados pelo Poder Judiciário Federal, sem se descuidar, porém, do impacto financeiro do projeto, em face da capacidade de custeio do Poder Judiciário.'

O Plano proposto cuida, entre outros aspectos: do estabelecimento das carreiras Funcionais em três grupos - Analista Judiciário (exigência de formação superior), Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário (formação de nível médio); reagrupamento dos cargos com o mesmo requisito de escolaridade e equivalência remuneratórias; criação da Gratificação por Atividade Externa - GAE, para as categorias funcionais que desempenham preponderantemente suas no âmbito externo; instituição da Gratificação Especial por Eficiência - GEE para os servidores que ingressaram no Poder Judiciário após 4 de junho de 2001 que não a percebam; criação de mecanismos mais eficazes para concessão e controle do pagamento da Gratificação Adicional por Função, limitando sua vigência ao mandato da autoridade concedente; unificação dos vencimentos dos cargos comissionados; enquadramento dos servidores na nova situação criada pelo Plano, adotando como critério básico o tempo de serviço; e estabelecimento de prazos para a estruturação de um programa de capacitação continuada dos servidores.

Cabe ainda ressaltar que a proposição foi, posteriormente, objeto de um Aditamento encaminhado à Assembléia pela Presidência do Tribunal de Justiça, na forma do Regimento Interno da Assembléia, propondo, como principais modificações ao projeto: o escalonamento da Gratificação de Atividade Externa; fixação, em R\$13 milhões, do valor da suplementação orçamentária em 2008 necessária à implantação da Lei; fixação de novos prazos com relação ao impacto financeiro decorrente da implementação da Lei; ampliação do período em que o servidor do Quadro Especial do Judiciário (Escrivão de Paz) fará jus ao acréscimo anual de 5% sobre os seus vencimentos.

Trata-se, portanto, de matéria de grande relevância para os servidores do Poder Judiciário, esta importante categoria do funcionalismo estadual que presta inestimáveis serviços à população do nosso Estado, sendo, portanto, uma matéria que mobiliza as atenções de todos os Parlamentares desta Casa, sendo votada na presente Sessão graças a, e aqui vamos ressaltar, Acordo firmado entre as Lideranças, e devendo, enfim, receber o apoio unânime de todos os presentes.

Por fim, apresento, na condição de Relator, as seguintes emendas à proposição

Emenda de Relator nº 1:

O § 1º do art. 13 do Projeto de Lei nº 17.281/2008 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13-.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 30% (trinta por cento) do vencimento básico do servidor, sendo implantada de forma gradativa, na proporção dos incisos I a V deste parágrafo, vedada a instituição de quaisquer outras gratificações dessa natureza no período compreendido entre 1º de setembro de 2008 e 31 de dezembro de 2017.

I - 20% (vinte por cento) da gratificação, a partir de 1º de julho de 2013;

II - 40% (quarenta por cento) da gratificação, a partir de 1º de julho de 2014;

III - 60% (sessenta por cento) da gratificação, a partir de 1º de julho de 2015;

IV - 80% (oitenta por cento) da gratificação, a partir de 1º de julho de 2016;

V - 100% (cem por cento) da gratificação, a partir de 1º de julho de 2017.

Emenda de Relator nº 2:"

Acresça-se, ao Projeto de Lei nº 17.281/2008, artigo, que será o 32, com a redação a seguir indicada, renumerando-se os demais artigos:

"Art. 32 - Ficam vedados reajustes lineares nas remunerações dos cargos de provimento efetivo das Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, cargos comissionados e dos contratados em Regime Especial de Direito Administrativo, no período compreendido entre 01 de setembro de 2008 e 31 dezembro de 2010."

Justificativa: Estas duas emendas vêm contribuir para o aperfeiçoamento da proposição, sendo também decorrentes de entendimento com a direção dos Sindicatos representantes dos servidores." que aqui cumpriram o papel extremamente importante por legitimidade e simplesmente aguerridos na hora em que se precisa.

Esta Casa, como a Casa da Democracia, e esse governo que tem especialmente atendido também nesses momentos ao bom senso de ouvir; esta Casa tendo a posição atenta à necessidade do diálogo tem, neste momento, que dizer aos servidores, aos seus representantes sindicais que a importância da democracia realmente é essa, é poder fazer com que dos atritos nós tenhamos luz e os atritos são atritos de idéias, que eles também não prevaleçam além das idéias e permaneçam dando luzes, como foram dadas as luzes para que

alcancemos um projeto como esse, com unanimidade na Casa, com plena satisfação de todas as partes, dando um passo decisivo no processo de construção e reconstrução do nosso Poder Judiciário na Bahia.

(Lê) *“Ante o exposto, opino pela aprovação da proposição ora relatada, na forma do projeto original, com as modificações introduzidas pelo posterior aditamento, bem como as alterações decorrentes das emendas de relator.*

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2008.

Relator

Deputado Zé Neto.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em discussão no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em primeira discussão no Plenário, o Projeto de Lei nº17.281/2008 do Tribunal de Justiça do Estado.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 17.281/2008

Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia; altera as Leis nºs 5.516 de 17 de novembro de 1989, 6.355 de 30 de dezembro de 1991, 6.955 de 04 de junho de 1996, 7.816 de 04 de junho de 2001, 7.885 de 23 de agosto de 2001, 8.977 de 12 de janeiro 2004, 9.653 de 09 de setembro de 2005, 10.555 de 13 de abril de 2007 e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - As Carreiras dos Servidores do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado da Bahia passam a ser regidas por esta Lei.

Art. 2º - Os cargos de provimento efetivo das Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Bahia são estruturados na forma do Anexo IV desta Lei.

Art. 3º - O Quadro de Pessoal efetivo do Poder Judiciário é composto pelas seguintes Carreiras Judiciárias, constituídas pelos respectivos cargos de provimento efetivo:

I - Analista Judiciário;

II - Técnico Judiciário; e

III - Auxiliar Judiciário.

Art. 4º - Os cargos efetivos das Carreiras referidas no art. 3º desta Lei são estruturados em Classes e Padrões, na forma do Anexo I desta Lei, de acordo com as seguintes áreas de atividade:

I - área judiciária, compreendendo os serviços realizados privativamente por bacharéis em Direito, abrangendo processamento de feitos, execução de mandados, exercício da procuratura, análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito, bem como elaboração de pareceres jurídicos;

II - área de apoio especializado, compreendendo os serviços cuja execução exige dos titulares o devido registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão ou o domínio de habilidades específicas, a critério da administração; e

III - área administrativa, compreendendo os serviços relacionados com recursos humanos, material e patrimônio, licitações e contratos, orçamentos e finanças, controle interno e auditoria, segurança e transporte e outras atividades complementares de apoio administrativo.

Parágrafo único - As áreas de que trata o *caput* deste artigo poderão ser classificadas em especialidades, quando for necessária formação especializada, por exigência legal, ou habilidades específicas para o exercício das atribuições do cargo.

Art. 5º - As atribuições dos cargos serão descritas em regulamento, observado o seguinte:

I - Analista Judiciário: atividades de planejamento, organização, coordenação, supervisão técnica, assessoramento, elaboração de laudos, consultoria e execução de tarefas de elevado grau de complexidade, podendo ser de natureza interna e externa;

II - Técnico Judiciário: execução de tarefas de suporte técnico e administrativo; e

III - Auxiliar Judiciário: atividades básicas de apoio operacional e serviços gerais.

Parágrafo único - Aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário – área judiciária cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, na forma estabelecida pela legislação processual civil, penal, trabalhista e demais leis especiais, é conferida a denominação de Oficial de Justiça Avaliador Estadual, para fins de identificação funcional.

Art. 6º - Os cargos comissionados do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado da Bahia escalonados de TJ-FC-1 a TJ-FC-5; de IP-FC-1 a IP-FC-6; de JM-FC-1 a JM-FC-6, e TJ-FG-1 e JM-FG-1, para o exercício de atribuições de direção, chefia, assessoramento e assistência, assumem a nomenclatura e valores constantes no Anexo III desta Lei.

§ 1º - A quantidade e a distribuição dos Cargos Comissionadas ficarão como disposto na legislação vigente.

§ 2º - Cada órgão destinará no mínimo 60% (sessenta por cento) do total dos cargos comissionados para serem exercidos por servidores integrantes das Carreiras do seu Quadro Efetivo de Pessoal, sendo as restantes de livre nomeação, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos em regulamento.

§ 3º - Os cargos comissionados correspondentes ao escalonamento FC-1 a FC-4, inclusive, serão exercidos por servidores com formação superior.

§ 4º - Os servidores do Quadro Efetivo nomeados para o exercício de cargos comissionados ficarão obrigados a participar de cursos, seminários, congressos e outros eventos, em suas respectivas áreas de atuação, oferecidos pelo Tribunal de Justiça, para fins de aprimoramento e capacitação.

Art. 7º - É vedada a nomeação para cargos comissionados de cônjuge, companheiro, parente ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ou servidores exercentes de cargo de direção e assessoramento, salvo se ocupante de cargo de provimento efetivo das Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, caso em que a vedação é restrita à nomeação para servir perante magistrado ou servidor porventura determinante da incompatibilidade.

Do Ingresso na Carreira

Art. 8º - O ingresso em qualquer dos cargos de provimento efetivo da Carreira do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado da Bahia dar-se-á no primeiro padrão da classe “A” respectiva, após aprovação em concurso público, de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo único - O Tribunal de Justiça da Bahia poderá incluir, como etapa do concurso público, programa de formação, de caráter eliminatório, classificatório ou eliminatório e classificatório.

Art. 9º - São requisitos de escolaridade para ingresso:

I - para o cargo de Analista Judiciário: curso de ensino superior, inclusive licenciatura plena, correlacionado com a especialidade, se for o caso;

II - para o cargo de Técnico Judiciário: curso de ensino médio, ou curso técnico equivalente, correlacionado com a especialidade, se for o caso; e

III - para o cargo de Auxiliar Judiciário: curso de ensino médio.

Parágrafo único - Além dos requisitos previstos neste artigo, poderão ser exigidos formação especializada, experiência e registro profissional, a serem definidos em regulamento e especificados em edital de concurso.

Do Desenvolvimento na Carreira

Art. 10 - O desenvolvimento dos servidores nos cargos de provimento efetivo das Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário dar-se-á mediante progressão funcional, conforme definido em regulamento.

§ 1º - A progressão funcional horizontal compreende a elevação do nível de vencimento do servidor dentro da carreira a que pertence e será concedida, alternadamente, pelos critérios de antiguidade e merecimento.

§ 2º - A progressão vertical é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte.

Da Remuneração

Art. 11 - A remuneração dos cargos de provimento efetivo das Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário é composta pelo vencimento básico do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.

Art. 12 - Os vencimentos básicos das Carreiras do Poder Judiciário da Bahia são os constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 13 - Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa – GAE, devida exclusivamente aos ocupantes de cargos cujas atribuições sejam soberanamente de natureza externa e no exercício destas.

§ 1º - A gratificação de que trata este artigo corresponde a 30% (trinta por cento) do vencimento básico do servidor, sendo implantada de forma gradativa, na proporção dos incisos I a V deste parágrafo, vedada a instituição de quaisquer outras gratificações dessa natureza no período compreendido entre 1º de setembro de 2008 e 31 de dezembro de 2017:

I – 20% (vinte por cento) da gratificação, a partir de 1º de julho de 2013;

II - 40% (quarenta por cento) da gratificação, a partir de 1º de julho de 2014;

III - 60% (sessenta por cento) da gratificação, a partir de 1º de julho de 2015;

IV - 80% (oitenta por cento) da gratificação, a partir de 1º de julho de 2016;

V - 100% (cem por cento) da gratificação, a partir de 1º de julho de 2017.

§ 2º - É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada.

§ 3º - A percepção da gratificação de que trata o *caput* deste artigo é incompatível com o adicional de periculosidade.

Art. 14 - Fica instituída a Gratificação Especial de Eficiência – GEE, devida exclusivamente aos servidores efetivos que ingressaram no Poder Judiciário após 04 de junho de 2001 que não a percebam, nem a vantagem pessoal instituída pela Lei Estadual nº 7.816, de 04 de junho de 2001, passando a percebê-la a partir da vigência desta Lei.

Art. 15 - As gratificações de que tratam os artigos 13 e 14 também serão consideradas no cálculo da gratificação natalina, remuneração de férias, abono pecuniário resultante de parte de férias a que o servidor tenha direito, aposentadoria e pensão que ocorrerem a partir da vigência desta Lei.

Art. 16 - O servidor cujas gratificações ou vantagens pessoais percebidas, inclusive as já incorporadas a qualquer título, quando somadas alcancem valor igual ou superior a 150% (cento e cinquenta por cento) do vencimento básico, ficará impedido de perceber a gratificação prevista no artigo 13.

Parágrafo único - A gratificação de que trata o art. 14 desta Lei, os adicionais de tempo de serviço e os adicionais por trabalho noturno ficam excluídos do cômputo a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 17 - A Gratificação do Adicional de Função, criada pelo art. 5º da Lei Estadual nº 6.355, de 30 de dezembro de 1999, concedida e ainda não incorporada aos vencimentos dos servidores públicos do Poder Judiciário e demais servidores públicos à disposição deste Poder, terá a sua vigência limitada ao prazo máximo de até 90 (noventa dias) após o encerramento da gestão de cada Mesa Diretora, podendo ser revalidado, dentro do prazo acima indicado, pelo novo Presidente do Tribunal.

§ 1º - A revalidação da concessão da Gratificação de Adicional de Função, no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, ficará condicionada à solicitação da chefia imediata do servidor, mediante exposição de motivos que justifique a permanência das condições objetivas que motivaram a concessão original da vantagem ou o cometimento de novas condições e, ou, atribuições que a justifiquem.

§ 2º - Fica vedado o deferimento do pagamento de horas extras, a qualquer título, para servidores que percebam a Gratificação de Adicional de Função, mesmo nas hipóteses em que a referida parcela já tenha sido incorporada ao seu vencimento.

§ 3º - Observado o limite percentual total de 150% (cento e cinquenta por cento), ao servidor que já tenha incorporado ao seu patrimônio, a título de vantagem pessoal, Gratificação de Adicional de Função, em parcela inferior ao referido limite, e que ainda perceba parcela complementar da mesma gratificação, fica garantido o direito de incorporar o correspondente resíduo, em parcela distinta, desde que cumpridos os mesmos requisitos e condições previstos no art. 8º da Lei Estadual nº 10.400, de 23 de outubro de 2006.

§ 4º - O servidor beneficiado pela vantagem pessoal, decorrente de gratificação de adicional de função já incorporada, que vier a exercer cargo comissionado, poderá optar pela percepção da referida vantagem incorporada, acrescida da diferença entre esta e a gratificação que passar a ser concedida a título de adicional de função, ou pela gratificação do adicional de função incidente sobre o valor integral do símbolo correspondente, ficando, nesta última hipótese, suspenso o pagamento da parcela correspondente à vantagem pessoal incorporada, enquanto perdurar a referida opção.

Art. 18 - A retribuição pelo exercício do cargo comissionado é a constante do Anexo III desta Lei.

Parágrafo único - Ao servidor integrante das Carreiras de que trata esta Lei, investido em Cargo Comissionado, aplica-se o disposto no art. 78 da Lei Estadual 6.677/94 – Estatuto dos Servidores Públicos do Estado da Bahia.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 19 - Os concursos públicos para servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia, realizados ou em andamento, na data da publicação desta Lei, são válidos para ingresso nas Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, observados as correlações entre as atribuições, as especialidades e o grau de escolaridade.

Art. 20 - Todos os servidores deverão ser enquadrados de acordo com o seu adicional de tempo de serviço ou o tempo de serviço efetivamente prestado no Poder Judiciário, nos termos do Anexo II e demais dispositivos constantes no presente diploma legal.

§ 1º - Contabilizado o tempo de serviço conforme descrito no *caput* deste artigo, cada ano corresponderá a um padrão.

§ 2º - Fica assegurado aos servidores que progrediram por merecimento, relativo à escolaridade prevista no Decreto Judiciário 002/2004, a elevação em padrões com o acréscimo devido na proporção de 1, 2 ou 3 padrões previstos nesta Lei.

§ 3º - Os servidores que progredirem por merecimento, relativo à escolaridade, após a vigência desta Lei, terão os seus direitos assegurados nos mesmos padrões previstos no parágrafo anterior, até a efetivação de Programa de Capacitação Continuada instituída pelo Poder Judiciário, em até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 21 - A gratificação constante no artigo 15 desta Lei e a vantagem pessoal tratada na Lei Estadual nº 7.816, de 04 de junho de 2001, têm o valor de R\$ 369,38 (trezentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos) a partir da vigência desta Lei, e será reajustada sempre que o vencimento básico sofrer reajuste e na mesma proporção deste.

Art. 22 - Aos servidores públicos postos à disposição do Poder Judiciário do Estado da Bahia aplicar-se-ão os valores constantes do Anexo II, para fins de pagamento de complementação dos vencimentos, tomando por base o tempo de serviço público, quando for o caso, e cálculo de demais vantagens e respectivos consectários, enquanto perdurar a disposição.

Art. 23 - Ao servidor que, em decorrência do enquadramento previsto nesta Lei, sofrer redução de sua remuneração, fica assegurada a percepção da diferença como vantagem pessoal.

Art. 24 - Serão aplicadas aos servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia as revisões gerais dos servidores públicos, bem como uma avaliação técnica, a cada 02 (dois) anos, da implantação do plano instituído nesta Lei.

Art. 25 - Caberá ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia baixar os atos regulamentares necessários à aplicação desta Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 26 - A elaboração dos regulamentos de que trata esta Lei contará com a participação de representante das entidades sindicais.

Art. 27 - O disposto nesta Lei aplica-se aos aposentados e pensionistas, no que couber.

Art. 28 - O impacto financeiro decorrente da implementação desta Lei será absorvido por recursos do orçamento do Poder Judiciário, oriundos do Tesouro Estadual, conforme o limite das cotas orçamentárias estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício.

§ 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a proceder uma suplementação orçamentária de até R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) no ano de 2008, para atender à implementação desta Lei.

§ 2º - O impacto financeiro citado no *caput* deste artigo não poderá exceder os percentuais estabelecidos no parágrafo seguinte, tomando como referência o custo total da folha de pagamento dos servidores ativos do mês de maio do ano de 2008, excluídos os valores referentes à remuneração dos magistrados.

§ 3º - A implantação se dará em parcelas sucessivas e não cumulativas, observada a seguinte razão:

I - 6% (seis por cento), a partir de 1º de julho de 2008;

II - 19% (dezenove por cento), a partir de 1º de janeiro de 2009;

III - 38% (trinta e oito por cento), a partir de 1º de janeiro de 2010;

IV - 57% (cinquenta e sete por cento), a partir de 1º de janeiro de 2011;

V - 77% (setenta e sete por cento), a partir de 1º de janeiro de 2012; e

VI - 92% (noventa e dois por cento), a partir de 1º de maio de 2013, e, integralmente, em 1º de outubro do mesmo ano.

Art. 29 - As dúvidas decorrentes da implantação do Plano de Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário da Bahia serão dirimidas pelo Tribunal de Justiça.

Art. 30 - Os direitos, deveres, garantias e vantagens dos Servidores da Justiça, inclusive dos integrantes dos Ofícios Judiciais e Extrajudiciais oficializados, são os constantes da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado da Bahia, da Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia e do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado (Lei Estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994), no que lhes for aplicável.

Parágrafo único - Aos Servidores do Poder Judiciário aplicar-se-ão, entre outras, as normas de ingresso nos cargos e empregos de caráter permanente, mediante concurso público, e as normas de probidade, zelo, eficiência, disciplina e urbanidade no desempenho dos respectivos cargos.

Art. 31 - O vencimento dos servidores que ingressarem no Poder Judiciário no período compreendido entre 1º de julho de 2008 e 1º de outubro de 2013 corresponderá ao definido na Lei Estadual nº 10.555, de 13 de abril de 2007, para a classe e nível iniciais do respectivo cargo, acrescido do percentual de implantação vigente para o ano de ingresso.

Art. 32 - Ficam vedados reajustes lineares nas remunerações dos cargos de provimento efetivo das Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, dos cargos comissionados e dos contratados em Regime Especial de Direito Administrativo, no período compreendido entre 1º de setembro de 2008 e 31 de dezembro de 2010.

Art. 33 - Os Assessores Jurídicos Judiciários remanescentes de estrutura jurídica anterior (parágrafo único do art. 30 da Lei nº 5.516, de 17 de novembro de 1989) serão enquadrados no cargo de Analista Judiciário, observado o constante no art. 20 desta Lei.

Art. 34 - O cargo em extinção, que não mais se adequar à estrutura administrativa do Poder Judiciário, passa a compor o Quadro Especial, conforme Anexo V, assegurando-se ao seu ocupante o direito aos reajustes lineares concedidos aos demais servidores.

Parágrafo único - No período compreendido entre 2008 e 2013, fica assegurado ao atual ocupante do cargo referido no *caput* deste artigo um reajuste anual de 5% (cinco por cento) no vencimento básico, em decorrência da implantação do Plano de que trata esta Lei.

Art. 35 - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de julho de 2008, revogando-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2008.

Deputado Zé Neto
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para discutir, o deputado Gildásio Penedo Filho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, coroados, como já disse no primeiro momento, com essa luta extremamente justa dos servidores e serventuários do Poder Judiciário da Bahia, a Bancada de Oposição, deputado Waldenor, em um gesto que tem sido uma tônica da atuação desta Bancada nesta Casa, percebendo que as ações e os gestos não podem ser tratados sob o viés político-eleitoral, a Bancada de Oposição, desde o dia de ontem, vinha cobrando, deputado Isaac Cunha, o cumprimento do acordo assumido com o Poder Legislativo estadual e com o governo no final de junho passado, onde se encerrou uma greve do Poder Judiciário, com a perspectiva e o comprometimento de se votar logo após a reabertura dos trabalhos nesta Casa o projeto de lei oriundo do Tribunal de Justiça que dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário do Estado da Bahia.

O projeto foi agendado na última semana e corria prazo normal de tramitação e a Bancada de Oposição, numa proposição que encontrou ressonância e apoio também da Bancada de governo e do Bloco independente, dando um sinal claro de que o projeto neste momento encontra a sua unanimidade, encaminharemos, deputado Gaban, pela sua votação à unanimidade, inclusive com a dispensa das formalidades regimentais, coroados uma luta dos servidores, dos serventuários, dos seus principais líderes sindicais que estiveram aqui por diversos momentos, dormindo inclusive nesta Casa em muitas oportunidades, mas entendemos que nada mais fazemos, como dissemos no primeiro momento, que cumprir aquilo que foi assumido, honrando e coroados esse esforço conjunto desde o Tribunal de Justiça e principalmente dos servidores e serventuários da Justiça baiana que vêm neste momento à unanimidade aprovado o seu projeto de cargos e salários.

O projeto, no primeiro momento, foi apresentado para uma execução de 5 anos, depois ampliado por 10 anos, portanto, dando também uma demonstração da boa vontade dos servidores de Poder em fazer um projeto que pudesse atender, principalmente respeitando todos os limites legais, desde o limite da responsabilidade fiscal.

Portanto, a Oposição, com o sentimento do dever cumprido, encaminha favoravelmente à aprovação desse projeto por unanimidade. É esse o entendimento da Bancada de Oposição, parabenizando todos, principalmente o Poder Legislativo, deputado Heraldo Rocha, que dá uma contribuição de forma uníssona, mostrando que, quando há o interesse co-

num da Bahia e dos baianos, nada, deputado Bira Coroa, nos afastará de sempre servir à população baiana e neste momento aos servidores do Poder Judiciário.

A Bancada de Oposição votou pela dispensa das formalidades e encaminhou nesse sentido e vai votar favoravelmente a esse projeto, parabenizando e coroando essa luta dos servidores e serventuários da Justiça.

Parabéns e bons frutos com esse projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban por 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, mais uma vez, esta casa dá uma demonstração de boa vontade com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. Aliás, todos os assuntos referentes ao Tribunal de Justiça e Ministério Público aqui nós aprovamos. Foi assim no caso da URV dos serventuários, tivemos a maior boa vontade; também esta Casa, por unanimidade, ajudou; no projeto que aprovamos aqui da reforma do Judiciário, um projeto ao qual já fiz críticas aqui, porque não houve discussão nenhuma. Foi o projeto que mais audiências públicas teve. Ouvimos a AMAB, os serventuários, a OAB, enfim, todos os segmentos interessados, foram inúmeras críticas, inúmeras sugestões ao projeto original. Mas, infelizmente, no final, quando poderíamos marcar esta legislatura e os 63 deputados se tivessem se debruçado uma semana a mais nesse projeto da reforma do Judiciário, ele poderia ter ficado marcado como um dos grandes projetos aprovados por esta Casa . Mas, mesmo os 63 parlamentares não tendo conhecimento daquelas 280 e tantas páginas , aprovamos aqui também por unanimidade.

Então foi mais uma demonstração da nossa boa vontade, acho que é uma questão de justiça, mas é também uma demonstração que a Assembléia Legislativa da Bahia tem plenas condições de exigir do Ministério Público que se atenha às suas obrigações , às suas funções e não extrapole como alguns membros do Ministério Público tem extrapolado, julgando, dando diretrizes, legislando, dando uma de Executivo quando determina que o prefeito deve fazer isso ou aquilo. Faz também as vezes de vereador, fazendo inúmeras e inúmeras denúncias , e depois vê-se que são infundadas.

Recentemente, vimos aí o Ministério Público fazendo denúncias, dizendo que praticamente toda a classe política do nosso Estado estaria com ficha suja. Não tenho o número oficial ainda, porque algumas estão em julgamento, mas mais de 90%, posso afirmar, foram julgadas improcedentes as denúncias do Ministério Público. É preciso se ter cuidado. As armas e os instrumentos que a Assembléia Legislativa tem dado para o Tribunal de Justiça e para o Ministério Público são todas as que eles nos solicitaram.

Aproveito a presença de membros do Ministério Público, de seus serventuários, lógico que não cabe aos senhores, mas podem lá também, como servidores, fazer as colocações para que cada um cumpra com a sua obrigação, como a Assembléia Legislativa tem

cumprido, aumentando o número de desembargadores. Já por duas vezes nesta Casa aumentamos o número de juizes . Enfim, o que se tem pedido esta Casa tem feito.

Sr. Presidente Marcelo Nilo, nós ficamos mais uma vez soberanos e à vontade com qualquer recomendação ou qualquer crítica que porventura venhamos fazer à ação do Ministério Público do nosso Estado bem como ao Tribunal de Justiça, ficamos acavaleiros, porque o que tem sido solicitado tem sido atendido.

Dão mais uma uma demonstração de que todos os segmentos organizados só conseguem atingir os seus objetivos se estiverem mobilizados e saber, de forma ordeira como foi esse movimento, alcançar os seus objetivos. Então parabéns aos serventuários e aos membros do Ministério Público que aqui compareceram, de uma maneira extremamente ordeira, como sempre. Houve alguns dias em que dormiram nesta Casa de maneira ordeira, procurando atingir os objetivos, e esta Casa nunca falhou. E eu tenho a certeza de que não haverá de falhar com vocês, porque Justiça e Ministério Público têm que andar de mãos dadas , mas sobretudo atendendo aos anseios da sociedade . São os instrumentos que são dados por esta Casa , e eu não poso deixar de parabenizar os 62 deputados por essa manifestação de carinho e apreço aos membros do Tribunal de Justiça e Ministério Público.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira por 5 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. E Sr^{as} Serventuários da Justiça, nós consideramos que é imprescindível, de importância que para o pleno funcionamento de um parlamento, de uma Assembléia Legislativa como esta, que tenhamos uma Oposição atuante, participativa, que debata, que discuta os principais problemas que afligem o nosso Estado. E assim tem sido o nosso reconhecimento da atuação da Oposição nesta Casa. Todavia, permita-me, na condição de Líder do Governo, rapidamente fazer alguns reparos a respeito de críticas, legítimas críticas que aqui foram feitas e que a nós cabe refutá-las, respeitosamente.

Nós queríamos dizer, em primeiro lugar, que não procede a informação, ainda que legítima de membros da Oposição, de que secretários do nosso governo estejam decidindo pela escolha de nomeação de delegados. O nosso governo tem primado pela autonomia do funcionamento da segurança pública. Eu quero testemunhar, pessoalmente, essa autonomia conferida, delegada ao secretário de Segurança Pública do nosso Estado, à própria Polícia Militar no que diz respeito à transferência de policiais e, respeitosamente, gostaria de refutar e até condenar a afirmativa aqui feita de que a nomeação, transferência ou designação desse ou daquele delegado estivesse submetida a uma decisão do secretário de Relações Institucionais, o nosso companheiro, valoroso secretário Rui Costa.

Em segundo lugar, rapidamente, queria também, por dever de ofício como Líder do Governo, informar aos serventuários aqui presentes que a execução orçamentária do nosso governo é perfeitamente compatível com a execução orçamentária dos governos an-

teriores. Já tive oportunidade de apresentar aqui, em outro momento, a execução orçamentária do nosso governo, comparada com o governo anterior, e a nossa execução orçamentária, aqui estão os dados da Secretaria da Fazenda, são superiores em termos absolutos e em termos relativos, em termos percentuais aos do governo apoiado pelos nobres colegas da Oposição.

Por exemplo: segurança pública – o governador Paulo Souto, no primeiro semestre do seu segundo ano de governo destinou 40% de um orçamento de 14 bilhões; o nosso governo destinou 42,52% de um orçamento de 19 bilhões e 500 milhões de reais. Saúde, duramente criticada aqui pelo nobre colega, deputado Heraldo Rocha, no mesmo período o governo Paulo Souto destinou 40,91%, o nosso governo destinou 43,28%. No total o nosso governo destinou, no primeiro semestre do segundo ano de governo, 52%, aproximadamente, contra 47,5% do governo anterior.

Portanto, são execuções orçamentárias compatíveis, semelhantes, similares, inclusive no que diz respeito à realização de investimentos. O governo Paulo Souto realizou 17%, de investimentos, contra 15% do nosso governo.

Portanto, as críticas, contundentes críticas, muitas vezes aqui apresentadas e que à primeira vista podem impressionar os telespectadores, os serventuários aqui presentes, na prática não correspondem com os dados oficialmente levantados na Secretaria da Fazenda.

Nós reconhecemos a preocupação da apresentação da crítica, a presença nas galerias de servidores, mas, infelizmente são dados que não são comprovados com as fontes fidedignas apresentadas por nós.

Para concluir, naturalmente, nós vamos encaminhar, como já destacado anteriormente, favoravelmente à aprovação desse importante projeto, cumprindo o compromisso do governo Jaques Wagner, o nosso compromisso de que na primeira votação do segundo semestre legislativo nós apresentaríamos o projeto, votaríamos e aprovaríamos esse projeto.

Quero, mais uma vez, de forma ponderada, e humilde até, agradecer aos Líderes da Minoria e dos Blocos Independentes e parabenizá-los, os quais, naturalmente, acolheram a nossa solicitação, a nossa defesa de dispensa das formalidades, o que foi imprescindível para que pudéssemos aprovar esse importante projeto de interesse dos serventuários e servidores da Justiça do Estado da Bahia.

Parabéns aos serventuários, ao Sindicato, ao Poder Judiciário e a esta Casa Legislativa por mais esse importante projeto que aprovamos em defesa dos interesses maiores do povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o projeto. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Convoco uma sessão extraordinária, a ser iniciada um minuto após o encerramento desta, para votar, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 17.281/2008, de procedência do Tribunal de Justiça, e o Projeto de Lei nº 17.299/2008, de procedência do Ministério Público, vez que eles têm que ser aprovados em duas votações.

Antes de encerrar esta sessão, quero ratificar a convocação de uma sessão extraordinária, um minuto após o encerramento desta, para votação dos projetos citados anteriormente.

Tendo em vista que não mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, está encerrada a sessão.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br>. Acesse ao caminho Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias e leia-as na íntegra.